

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARCUS DA SILVA DORNELES

**PORTUGUESES NA ÁSIA ORIENTAL
uma análise conectada sobre a rota de Macau a Nagasaki (1557-1640)**

Porto Alegre

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARCUS DA SILVA DORNELES

**PORTUGUESES NA ÁSIA ORIENTAL
uma análise conectada sobre a rota de Macau a Nagasaki (1557-1640)**

Dissertação de Mestrado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn.

Linha de Pesquisa: Relações de Poder Político-institucionais

Porto Alegre

2022

MARCUS DA SILVA DORNELES

PORTUGUESES NA ÁSIA ORIENTAL: uma análise conectada sobre a rota de Macau a
Nagasaki (1557-1640)

Dissertação de Mestrado em História apresentada
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação
em História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn.

Linha de Pesquisa: Relações de Poder Político-
institucionais

Porto Alegre, Julho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Carla Doré
Departamento de História
Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Helen Osório
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Regina Weber
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Dorneles, Marcus
Portugueses na Ásia Oriental: uma análise conectada
sobre a rota de Macau a Nagasaki (1557-1640) / Marcus
Dorneles. -- 2022.
136 f.
Orientador: Fábio Kühn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. História Moderna. 2. Histórias Conectadas. 3.
História da Ásia. 4. História do Império Português. I.
Kühn, Fábio, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao corpo docente Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter confiado na minha capacidade para conduzir uma pesquisa cujo recorte temático e geográfico poderia ser considerado até então atípico para os padrões do Departamento de História. Sinto a necessidade de fazer uma menção especial aos professores Benito Bisso Schmidt, Luiz Alberto Grijó e Mara Cristina de Matos Rodrigues, que avaliaram inicialmente o projeto inicial e permitiram meu ingresso no corpo discente de 2020. Agradeço também aos professores Fábio Kuhn, Valter Lenine Fernandes e Regina Weber que acompanharam mais de perto a evolução dos trabalhos que eventualmente resultaram na dissertação em sua presente forma. Por fim, agradeço também à professora Helen Osório, que aceitou fazer parte da banca examinadora em companhia da professora Andréa Carla Doré, que – embora não faça parte do corpo docente ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – também contribuiu com suas próprias colocações que enfim possibilitaram a conclusão desta importante etapa de minha trajetória acadêmica.

Agradeço também a todos os familiares e amigos que se fizeram presentes durante o período de investigação e de escrita deste texto, especialmente aqueles que tiveram paciência e demonstraram disponibilidade para lidar comigo em momentos de felicidade, de frustração e até mesmo angústia, que caracterizaram bem os dolorosos anos que vivemos em função da pandemia de COVID-19. Espero que os anos que seguirão sejam mais leves, repletos de esperança e, principalmente, de perspectivas para aqueles que lutam por um país e por um mundo mais justo com aqueles que acreditam na educação como força motriz da sociedade como um todo.

RESUMO

O presente trabalho contempla a evolução das interações sociais entre portugueses, japoneses e chineses no contexto de comércio entre a cidade de Macau, na China, e Nagasaki, no Japão. Para tanto, foram analisadas em uma perspectiva conectada as circunstâncias que levaram os lusitanos aos mares, a crise dinástica que levou à queda dos Ming e as guerras civis que eventualmente resultaram na ascensão do Xogunato Tokugawa. Nesse contexto de intercâmbio comercial, a atenção voltou-se ao momento de estabelecimento português nas respectivas regiões, ao momento de auge da rota comercial e ao declínio das relações luso-nipônicas que enfim levaram à expulsão dos portugueses no Japão.

PALAVRAS-CHAVE: Império Português, Histórias Conectadas, China, Japão

ABSTRACT

The present work contemplates the evolution of social interactions between the Portuguese, the Japanese and the Chinese in the context of commercial trade between Macau, in China, and Nagasaki, in Japan. In order to do so, the circumstances that led the Portuguese to the seas, the dynastic crisis that led to the fall of the Ming and the civil wars that eventually resulted in the rise of the Tokugawa Shogunate were analyzed in a connected perspective. In this context of commercial exchange, the focus turned to the moment of Portuguese establishment in the respective regions, to the peak of the commercial route and to the decline of Luso-Japanese relations that finally led to the expulsion of the Portuguese from Japan.

KEYWORDS: Portuguese Empire, Connected Histories, China, Japan

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Portugal, China e Japão em perspectiva conectada: as ligações entre a expansão ultramarina lusitana, a queda da Dinastia Ming e as guerras civis japonesas	19
2.1 - Portugal: os primórdios da expansão ultramarina	19
2.2 - China: ascensão e queda da dinastia Ming	30
2.3 - Japão: crise sucessória e o Sengoku Jidai	39
3. A evolução das interações sociais entre portugueses, chineses e japoneses no contexto de intercâmbio comercial	49
3.1 – Contextualizando Macau e Nagasaki: geografia e crescimento populacional	49
3.2 - As Navegações no Litoral Chinês e a Chegada Acidental ao Japão (1511-1543)	58
3.3 - As Viagens Anuais ao Japão e o Direito à Permanência em Macau (1544-1570)	64
3.4 - A Criação do Leal Senado e o Auge do Comércio com o Japão (1571-1639)	71
3.5 – Sistematizando a Rota de Comércio de Macau a Nagasaki	86
4. O declínio da rota de comércio entre Macau e Nagasaki	95
4.1 - Revisitando as origens da crise no Japão	95
4.2 - As tentativas de Restabelecimento das Relações com o Japão	102
4.3 - Sakoku: o fim de uma era?	111
5. Considerações Finais	121
Lista de Fontes	127
Arquivo de Macau	127
Textos Japoneses	128
Outros	129
Referências Bibliográficas	130

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1 - MAPA DA CIDADE DE MACAU DO SÉCULO XVI	54
FIGURA 2 - MAPA DA CIDADE DE MACAU (1635)	55
FIGURA 3 - PORTO DE NAGASAKI, 1636	56
FIGURA 4 - PORTO DE NAGASAKI, 1647	57
QUADRO 1 - LISTAGEM DOS CAPITÃES-MORES DA VIAGEM AO JAPÃO (1555-1570)	68
QUADRO 2 - LISTAGEM DOS CAPITÃES-MORES DA VIAGEM AO JAPÃO (1570-1600)	74
QUADRO 3 - LISTAGEM DOS CAPITÃES-MORES DA VIAGEM AO JAPÃO (1600-1640)	79
QUADRO 4 - LISTAGEM DAS MERCADORIAS DE UMA “NAU DO TRATO” (séc. XVII)	82
FIGURA 5 – VIAGEM DO JAPÃO	87
QUADRO 5 – QUANTIDADE DE NAVIOS ENVIADOS A NAGASAKI E VALOR DO COMÉRCIO EM KG DE PRATA	89
QUADRO 6 – ENVIO DE INFORMAÇÕES DE UMA CIDADE À OUTRA	92
QUADRO 7 – CHEGADA DE INFORMAÇÕES A MACAU	93

1. Introdução

Logo nas décadas iniciais do século XV, o pequeno Reino de Portugal localizado na Península Ibérica deu início a um ambicioso processo de expansão territorial pelo ultramar, incorporando Ceuta, Madeira e Açores nos seus domínios. Nesse mesmo período, os portugueses também passaram a explorar a costa africana, eventualmente dobrando o Cabo da Boa Esperança - anteriormente chamado de Cabo das Tormentas - no ano de 1488. Dez anos depois, os lusitanos finalmente chegam à Índia, estabelecendo rotas marítimas de comércio até então inéditas para os europeus.

O século seguinte continuou sendo uma época de conquistas e de expansão para os portugueses. Em 1500, Pedro Álvares Cabral desvia da rota na costa da África e chega ao Brasil, acrescentando a América aos domínios ultramarinos. Em 1511, os lusitanos tomam Malaca enquanto estabelecem os primeiros contatos com a China. Algumas décadas mais tarde, em 1543 os primeiros viajantes europeus chegam por acidente ao Japão, e em 1557 é concedido o direito à permanência na cidade de Macau. Por fim, em 1571 o porto de Nagasaki é cedido aos viajantes, solidificando a dimensão global desse Império em ascensão.

No que se refere à historiografia do Império Português, iniciativas que tentaram abordar sua dimensão mundial foram bem mais escassas se comparadas aos estudos mais regionais. Houve, é claro, as brilhantes contribuições de autores como Charles Boxer e Russell-Wood, que escreveram influentes obras com base em extensiva pesquisa nos arquivos de todo o mundo. Em âmbito nacional, José Roberto do Amaral Lapa desenvolveu ainda na década de 1960 um importante trabalho ligando o Brasil à Carreira da Índia, demonstrando que havia condições materiais e metodológicas para um estudo interligado entre os extremos do Império a partir de suas periferias. Seus trabalhos continuam sendo influentes até os dias atuais, servindo como referência para muitos estudiosos que se interessam pelo processo de expansão lusitana em perspectiva global.

Mesmo assim, por questões de viabilidade e até mesmo de dificuldade de acesso às fontes preservadas em instituições estrangeiras, a tendência de privilegiar dimensões locais na pesquisa histórica acabou se provando mais recorrente. Pesquisadores renomados como Charles Boxer e Russell-Wood, por exemplo, tiveram a oportunidade de contar com tempo e com recursos que acabaram viabilizando sua pesquisa de caráter mais amplo. Em síntese, o acesso às bibliotecas e ao financiamento de universidades dos países desenvolvidos certamente facilitou a produção de suas obras. Sua realidade não era a mesma da maioria dos pesquisadores

e das pesquisadoras que se viram em condições mais restritas de trabalho, principalmente daqueles e daquelas nativos de países em vulnerabilidade econômica ou em fragilidade social.

A fragmentação operacional do Império Português inclusive contribuiu para a sua fragmentação também em âmbito historiográfico. No que tange às interpretações desse momento de apogeu territorial do império, não é incomum separá-lo em pelo menos dois grandes eixos: um oriental centrado no Oceano Índico e outro ocidental centrado no Oceano Atlântico. O eixo Índico, concentrado na capital do Estado da Índia, Goa, era essencialmente definido por seu complexo de fortalezas, de centros administrativos e de comunidades mercantis. A estratégia lusitana nos mares asiáticos, segundo essa interpretação, teria se caracterizado por sua natureza comercial e militar, uma vez que o interesse principal residia na eliminação de possíveis rivais e no monopólio das rotas marítimas (SCHWARTZ, 2007, p. 29).

Já o eixo Atlântico, cujo epicentro era o Brasil e em menor parte as Ilhas Atlânticas, ancorava-se no tripé envolvendo as grandes propriedades, a monocultura de exportação e a escravidão como base da mão-de-obra. O investimento na produção e na organização de capital da América Portuguesa contrastava com o *modus operandi* na Ásia, mais voltado ao comércio e à circulação de mercadorias do que necessariamente ao lucro a partir da posse de terras e da organização dos processos produtivos, salvo algumas exceções¹ (SCHWARTZ, 2007, p. 32).

De fato, a estratégia de ocupação lusitana nos dois subsistemas foi vastamente diferente, o que evidentemente confirma o caráter heterogêneo e inclusive fragmentado do Império Português. Até mesmo a prosperidade de cada se deu em momentos distintos: se o Estado da Índia e o seu comércio de especiarias foi a joia da Coroa portuguesa durante praticamente todo o século XVI e a primeira metade do século XVII, nos anos seguintes o Brasil do açúcar, do ouro e do café acabou tomando o papel político e econômico antes exercido pela Índia Portuguesa.

A separação do Império Português em dois eixos, contudo, acaba por negligenciar - direta ou indiretamente - uma importante parte das relações intracoloniais, especialmente aquelas que se estabeleceram ao longo dos anos entre possessões na América e na Ásia. Desde os princípios da expansão lusitana, ainda em meados do século XVI, houve momentos em que Ocidente e Oriente acabaram se aproximando nesse contexto ultramarino de grandes navegações, com ou sem o aval da Coroa e das autoridades que a representavam, através, por exemplo, da circulação de pessoas, de ideias e de mercadorias. Como demonstrado por Lapa

¹ Destaca-se aqui, por exemplo, o Ceilão - atual Sri Lanka - onde, segundo Schwartz (2020), mais de 80% dos rendimentos da Coroa estava nas taxas e rendas sobre as terras. Em meados do século XVII, estas fontes de rendimento teriam representado cerca de um terço do total.

(1961), o Brasil foi continuamente usado como ponto de escala para a Carreira da Índia, além de estar presente na circulação de bens contrabandeados do Oriente, como diamantes, porcelanas e tecidos finos.

Há de se pensar ainda que a presença dos viajantes europeus na Ásia acabava por influenciar em maior ou menor escala as decisões administrativas relativas à América, e vice-versa. A própria criação do Conselho Ultramarino em 1642, por exemplo, que redirecionou o foco da Coroa às possessões do Atlântico (MICHELI; DIAS, 2020, p. 38), ocorreu apenas dois anos após a expulsão dos portugueses do Japão. Isso ocorreu no momento em que não apenas a estrutura político-administrativa do Estado da Índia demonstrava sinais bastante expressivos de declínio como também a economia açucareira do Brasil ganhava destaque nos mercados europeus. No ano de 1630, o Brasil teria produzido aproximadamente vinte e duas mil toneladas de açúcar, cujo lucro só não foi maior do que as décadas anteriores devido à baixa de preços, que voltaram a subir entre 1640 e 1650 (SCHWARTZ, 2020, p. 34). Por volta de 1654, mesmo com o fim da guerra luso-holandesa, a produção brasileira superou a de seus concorrentes em mais de dezoito mil toneladas (SCHWARTZ, 2020, p. 35).

Esses acontecimentos não são apenas comparáveis: eles estão conectados. A eventual crise no Leste Asiático intensificada pelo crescimento da influência de concorrentes europeus na região - notavelmente os ingleses e os holandeses, que inclusive ocuparam o papel exercido pelos portugueses até então no Japão - e a arrancada do açúcar brasileiro na economia mundial são elementos que em conjunto teriam justificado, pelo menos em parte, a mudança de orientação administrativa da Coroa, cujo foco passou do Oceano Índico para o Oceano Atlântico.

Considerando a possibilidade de se explorar melhor essas formas de conexões, alternativas metodológicas para a pesquisa histórica passaram a ser pensadas no intuito de diminuir essas distâncias e de aproximar redes e agentes que estiveram mais próximos do que anteriormente se imaginava. O crescente processo de integração cultural, econômica e social que as nações estavam atravessando com o avanço das tecnologias de comunicação e de transporte a partir da década de 1980 contribuiu para que diferentes historiadores se debruçassem sobre o interesse em produzir História que contemplasse processos históricos de diferentes países e regiões (REVEL, 2015, p. 21). O grande problema, no entanto, é que pouco tempo depois do entusiasmo inicial envolvendo as possibilidades desse ambicioso projeto muitos desses estudiosos não tardaram em perceber as significativas dificuldades em executar tal feito. A concretização desse tipo de iniciativa não só demandava domínio sobre múltiplos

idiomas e acesso a fontes nem sempre disponíveis em um único local como também esbarrava em uma série de complicações teóricas e metodológicas envolvendo discussões centradas no eurocentrismo, no relativismo e no anti-imperialismo. Nos anos seguintes, a viabilidade da pesquisa histórica tornou-se importante alvo de discussão metodológica.

A preocupação em escrever História para além da Europa já não era novidade e desde meados do século XIX autores de diferentes partes do globo tentavam mudar seu foco para outras regiões do planeta. O próprio termo “história-mundo”, por exemplo, já aparecia em textos de Hegel como “*Lectures on the Philosophy of World History*”, de 1830, eventualmente se tornando um conceito constantemente utilizado e revisitado no âmbito das teorias e metodologias em História. Contudo, abordar o passado de diferentes locais não se provou suficiente para vencer a tendência de colocar o velho continente no centro das análises. Em muitos casos, inclusive reforçava um etnocentrismo baseado em uma suposta cultura ocidental que contrastava com o atraso e a excentricidade dos povos que não passaram pelas mesmas experiências europeias ancoradas em uma noção de avanço ou de progresso.

Assim sendo, nesse panorama de críticas na segunda metade do século XX, a história conectada surgiu em meados da década de 1990 como uma resposta aos métodos da história comparada, que, em termos resumidos, abordava diferentes sociedades ou contextos durante um mesmo período em uma perspectiva comparativa. Comparar processos históricos de diferentes localidades era uma prática relativamente comum entre autores que buscaram escrever a “história do mundo” até os anos 1950, quando surgiram as primeiras críticas a respeito dos fins e da viabilidade desse tipo de abordagem. Até então, a história comparada era amplamente defendida por historiadores que a viam como uma forma de vencer as tendências nacionalistas que se consolidaram ainda no contexto da Primeira Guerra Mundial, a exemplo do historiador belga Henri Pirenne, que enfatizava que “o confinamento da pesquisa histórica dentro dos espaços estritamente nacionais impedia a compreensão da história do próprio país” (PRADO, 2005, p. 13-14), e do medievalista francês Marc Bloch, que acreditava que “historiadores que se debruçavam exclusivamente sobre a história nacional mantinham, entre eles, um diálogo de surdos, pois caminhavam de uma história nacional a outra sem que se ouvissem mutuamente” (PRADO, 2005, p. 16).

Sanjay Subrahmanyam, o principal representante dessa linha de pesquisa, definiu as histórias conectadas como “um conceito abrangente para interpretar as mudanças históricas em grande e pequena escala, e cuja posição central é desafiar a concepção geográfica que sustenta a historiografia convencional” (SUBRAHMANYAM, 2016, p. 1). Nesse sentido, sua

metodologia permitiria realizar jogos de escalas geográficas e temporais até então pouco explorados, confrontando especialmente os métodos comparativos que, no seu entendimento, não seriam mais suficientes para vencer barreiras do eurocentrismo. Subrahmanyam tornou-se especialista nos impérios ibéricos, sobretudo o Império Português, e também realizou uma série de contribuições para o debate historiográfico acerca dos temas em questão com publicações de obras como “O Império Asiático Português” e “Impérios em Concorrência”.

Subrahmanyam acreditava que era preciso considerar as conjunturas internas dos locais afetados pelas dinâmicas do colonialismo. Para tanto, ao invés de focar sua investigação na expansão europeia sobre suas colônias - e conseqüentemente na narrativa dos desbravamentos que acabou se tornando padrão nesse contexto -, Subrahmanyam dedicou atenção especial às conexões e às relações entre os povos que se formaram nesse contexto. O autor especializou-se no estudo da expansão ultramarina dos impérios ibéricos, principalmente no avanço lusitano sobre o subcontinente indiano, e, utilizando seu conhecimento adquirido de diferentes idiomas e sua própria experiência pessoal em numerosos países, contou com uma variedade de fontes para além daquelas preservadas nos arquivos europeus.

Na medida em que o conceito de histórias conectadas foi ganhando forma e se difundindo pelo mundo, acrescentou-se ainda sua função enquanto procedimento de ordem teórico-metodológica para desafiar narrativas colonialistas e eurocêntricas. Nesse sentido, a professora Kalina Vanderlei Silva acrescenta suas próprias colocações à conceitualização das histórias conectadas, definindo-as como:

Uma abordagem que pensa movimentos e personagens nas rotas coloniais para muito além de uma relação de submissão das colônias às metrópoles. E que, favorecendo o estudo de trajetórias individuais e da circulação de pessoas e ideias dentro de um ou mais circuitos coloniais, vira de cabeça para baixo as concepções clássicas acerca da direção única e rígida, estabelecida por um pacto colonial, entre metrópoles e colônias (SILVA, 2016, p. 9-10).

Em outras palavras, as histórias conectadas não estão mais interessadas em definições consolidadas pela historiografia como “pacto colonial” ou “eixos”. Trata-se de uma abordagem que visa a pensar diferentes objetos de estudo, como os impérios modernos, em sua totalidade, considerando o protagonismo de diferentes agentes históricos que não parte necessariamente da metrópole. É um esforço contínuo de desconstrução e reconstrução, que prioriza narrativas menos centradas em uma perspectiva unilateral envolvendo metrópoles e suas colônias e mais focadas na diversidade de atores, de redes e de circunstâncias.

Os estudos dos impérios modernos ultramarinos beneficiaram-se muito dessa nova abordagem, mas as histórias conectadas também permitem jogos de escalas temporais e geográficas que não se limitam necessariamente a algum tipo de fronteira geopolítica. Segundo

Subrahmanyam, ideias e construções mentais se espalharam através delas e além delas, muitas vezes estabelecendo conexões menos explícitas, mas igualmente importantes. Exemplos plausíveis seriam as ligações entre a expansão dos impérios pré-colombianos e do Império Espanhol: trata-se de fenômenos ocorridos em contextos temporais e geográficos diferentes, que acabam convergindo na medida em que entram em contato no contexto do mercantilismo. Nesse sentido, os processos históricos envolvendo os povos americanos e europeus não seriam apenas comparáveis como também estariam conectados.

Com esses novos jogos de escalas temporais e geográficas, a história comparada tornou viável a revisitação de temas considerados tradicionais ou até mesmo ultrapassados no âmbito acadêmico. Considerando a influência dos debates decoloniais durante a segunda metade do século XX, a metodologia de pesquisa surgiu em um momento marcado pela necessidade de desconstruir e de repensar certas tendências intelectuais que acabaram fortalecendo e até mesmo ratificando preconceitos e etnocentrismos. Assim sendo, a produção historiográfica dos países que acabaram vivenciando as dinâmicas coloniais no passado tende a se beneficiar muito desse tipo de perspectiva, já que ela possibilita o estabelecimento de uma narrativa menos dependente do ponto de vista de seus colonizadores e mais voltada à agência de outros sujeitos históricos.

Nesse sentido, um conceito mais pertinente aos objetivos deste trabalho é o de monarquia pluricontinental, desenvolvido por João Luís Fragoso. O conceito de monarquia pluricontinental foi proposto como forma de se diferenciar do conceito de monarquia compósita (FRAGOSO; GOUVÊA, p. 42). A monarquia compósita, de J.H. Elliott, aplica-se especialmente ao contexto do Império Espanhol, que se dividiu em vários reinos em diferentes regiões com estatutos próprios, ou seja, com conjuntos de normas, de leis e de direitos locais.

No caso dos estudos envolvendo o Império Português e sua organização político-administrativa, existem algumas diferenças sutis, mas importantes. No Império Português, existia apenas um único reino que contava com uma diversidade de leis e instituições que garantiam relativa coesão a nível local. Em termos resumidos, pode-se resumir a monarquia pluricontinental da seguinte forma:

A monarquia pluricontinental é aqui entendida de modo bastante diverso. Nela há um só reino [...], uma só nobreza de solar, mas também diversas conquistas extra-europeias. Nela há um grande conjunto de leis, regras e corporações – concelhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos – que engendram aderência e significado às diversas áreas vinculadas entre si e ao reino no interior dessa monarquia. Ela se constitui, cabe salientar uma vez mais, de modo totalmente diverso daquele descrito por John Elliott em relação à monarquia compósita, visto acima. Tratavam-se, na verdade, na América lusa, por exemplo, de poderes locais – no limite, se organizaram enquanto capitânias – que tomavam instituições sócio-organizacionais reinóis como referência para a formalização de sua organização social (FRAGOSO; GOUVÊA, p. 42-43).

Fragoso e Gouvêa utilizam como exemplo a América lusa, mas o conceito pode ser aplicado às possessões asiáticas também, principalmente aquelas que estavam mais distantes em termos geográficos de Portugal. A organização jurídica da cidade de Macau, por exemplo, não era muito diferente daquela encontrada em outras cidades importantes do Império Português, a exemplo de Malaca, de Goa, de Cochim ou até mesmo de Porto e Coimbra; no final das contas, como Fragoso e Gouvêa observaram em suas proposições, a monarquia pluricontinental era ainda apenas um único reino, ao contrário dos vários reinos locais da monarquia compósita. Ainda assim, os cidadãos macaenses contavam com uma série de particularidades que os diferenciavam daqueles que viviam nos centros urbanos citados anteriormente. Um vereador de Goa, por exemplo, dificilmente iria contrariar os desejos e as ordens do Vice-rei, do Governador ou ainda das autoridades religiosas. Já em Macau, a atuação do Senado costumava limitar as tendências despóticas das lideranças locais, e a ausência do Tribunal da Santa Inquisição contribuía ainda mais para o estabelecimento de uma ordem mais liberal (BOXER, 1968, p. 9) - pelo menos até o estabelecimento da Monarquia Constitucional.

Os fatores que contribuíram para o estabelecimento dessa ordem tão particular a Macau são muito debatidos e nem sempre são consenso entre os especialistas que investigam o assunto. Uma relação de causa e consequência constantemente levantada se volta à própria geografia do Império Português: considerando as longas distâncias entre a metrópole e suas possessões asiáticas, a duração das viagens variavam muito de acordo com uma série de circunstâncias. O trajeto de Lisboa para Goa, nos dois sentidos e sem interrupções, poderia durar seis ou oito meses, mas ao longo dos anos os portugueses deram cada vez mais preferência às paradas em portos brasileiros e açorianos para realizar reparos nos navios (RUSSELL-WOOD, 2016, p. 69); já de Goa para Macau acrescentavam-se mais um ou três meses, dependendo dos ventos de monções e da demora na aquisição das cargas. A distância entre Macau e os principais portos portugueses na Europa, nesse sentido, impossibilitava uma presença mais firme da Coroa na cidade asiática, já que era difícil estabelecer contato contínuo e duradouro.

Ainda sobre as proposições de metodologia, Subrahmanyam também defendia que as histórias conectadas se constituíam como uma alternativa metodológica realista (SUBRAHMANYAM, 2020, p. 16) no que dizia respeito à necessidade de compreensão e escrita das relações entre o global e o local que estavam se construindo no contexto da modernidade, já que exigir de um estudioso desse período a especialização aprofundada sobre fenômenos históricos de diferentes regiões ao mesmo tempo seria uma expectativa praticamente quimérica. E segundo o historiador indiano, a história da Idade Moderna - e, mais

especificamente, do que chama de “primeira modernidade” assim como outros intelectuais oriundos de tradições historiográficas não-europeias - é essencialmente conectada, já que:

Quando falamos de conexões supralocais no mundo moderno, tendemos a nos concentrar em fenômenos como os fluxos globais do metal e seu impacto, as armas de fogo e a chamada “Revolução Militar”, ou a circulação de renegados e mercenários. Mas ideias e construções mentais também fluíram através das fronteiras políticas naquele mundo e, mesmo quando encontraram uma expressão local específica, nos permitem ver que não estamos lidando com histórias separadas e comparáveis, mas sim conectadas (SUBRAHMANYAM, 2020, p. 18-19).

As colocações de Subrahmanyam são particularmente relevantes para a operacionalização das fontes primárias selecionadas neste trabalho. O objetivo desta pesquisa é analisar um fenômeno local - neste caso, as atividades comerciais entre Macau e Nagasaki - dedicando atenção aos seus impactos globais. Para tanto, serão investigadas inicialmente as maneiras com que a presença portuguesa afetou a conjuntura interna desse território. Logo em seguida se atentará à importância desse comércio ao Império Português para além das dinâmicas político-administrativas do Estado da Índia.

O objetivo geral do trabalho em questão centra-se no desejo de investigar a evolução das interações sociais que se formaram no contexto da rota comercial estabelecida pelos portugueses entre Macau e Nagasaki, desde o contato inicial ao declínio definitivo - o que por si só já representa o estabelecimento de uma conexão inédita entre povos até então isolados entre si². Contudo, mais do que isso, interessa também analisar as maneiras com que as conjunturas internas desses territórios acabaram moldando as circunstâncias que definiram o estabelecimento e a expulsão dos lusitanos na região, ou seja, o modo com que as guerras civis japonesas ou a queda dos Ming na China, por exemplo, definiram os rumos dessas relações.

Para tanto, apenas a documentação produzida pelos europeus na época não é suficiente: ela representa uma perspectiva unilateral a respeito de uma série de eventos que contemplou outros agentes históricos. Com a incorporação de outros tipos de documentos - como os textos japoneses que abordam a chegada dos primeiros viajantes portugueses ao arquipélago nipônico na ilha de Tanegashima - é possível estabelecer uma perspectiva mais multifacetada sobre os acontecimentos que possibilitaram esse intercâmbio. E este cruzamento de pontos de vista é o que possibilita o estabelecimento de uma história autenticamente conectada; que não se limita às comparações, mas que estabelece ligações a partir de diferentes narrativas consideradas outrora separadas pela escrita historiográfica mais tradicional.

² Evidentemente, se considerada a veracidade dos relatos de “As Viagens de Marco Polo”, os portugueses não foram de fato os primeiros europeus a estabelecer contato com o Leste Asiático. No entanto, o pioneirismo lusitano reside em particular na continuidade dessas relações, ou seja, na forma como os navegantes não apenas desembarcaram na região como também mantiveram vínculos em um período estendido de tempo.

A documentação selecionada para este trabalho foi majoritariamente armazenada e preservada pelo Arquivo de Macau, que disponibiliza para consulta virtual parte de seu acervo. Dentre as fontes destacadas, incluem-se principalmente tratados de comércio, termos e mapas de carga dos navios que chegavam de Macau ao Japão ou vice-versa, escritas pelas autoridades locais que representavam a Coroa portuguesa da época em questão. Os textos japoneses, por sua vez, são os registros conhecidos como *Teppōki*, *Tanegashima kafu* e *Kunitomo Teppōki*, sendo que cada um aborda, de diferentes maneiras, o momento de chegada dos primeiros viajantes portugueses ao arquipélago nipônico bem como o que potencialmente poderia ter sido o primeiro contato comercial entre lusitanos e japoneses: a compra de duas armas de fogo pelo *daimyō* Tanegashima Tokitaka.

Serão revisitados ainda alguns éditos e decretos lançados pelas autoridades japonesas da época no contexto de crise das relações luso-japonesas que escalou para a expulsão definitiva dos portugueses daquele território. A partir dos éditos japoneses, torna-se mais fácil compreender a forma com que as interações sociais foram evoluindo até a conjuntura de 1640, na medida em que eles não apenas contemplam as medidas utilizadas para controlar com maior rigor o fluxo de pessoas e de mercadorias como também abordam as preocupações que as lideranças locais tinham em relação às intenções e à conduta dos viajantes estrangeiros em seus portos e cidades.

Como citado por Subrahmanyam, existem muitos fluxos que podem ser utilizados como ponto de partida de uma história conectada no contexto da Idade Moderna. Esses fluxos, por sua vez, podem ser materiais - através das mercadorias, por exemplo - ou imateriais - através do fluxo de ideias e conhecimentos. E o caso da rota de comércio entre Macau e Nagasaki não é diferente: essas conexões podem ser identificadas, por exemplo, através do fluxo de ideias movimentado pelos missionários cristãos que tentaram difundir a sua fé entre a população local ou do fluxo de pessoas - administradores coloniais - que viajaram da América à Ásia para fins diplomáticos e militares. Para este trabalho, volta-se a atenção ao fluxo comercial, protagonizado por comerciantes que trocaram mercadorias nos portos e movimentaram metais preciosos pelo ultramar.

A atuação dos comerciantes, nesse sentido, foi elemento de suma relevância no que diz respeito às interações sociais entre europeus e asiáticos, desde o seu auge ao seu declínio. Com a introdução da arma de fogo em 1543, por exemplo, o Japão passou a replicar em grandes quantidades os arcabuzes portugueses, que eventualmente passaram a ser utilizados nas batalhas dos anos seguintes. Posteriormente, os portugueses passaram a desempenhar um

importante papel como intermediadores de uma série de produtos - como seda e metais - entre China e Japão, já que o império da dinastia Ming estava sob política de isolacionismo e, portanto, retraiu sua presença marítima que outrora havia se tornado uma das mais expressivas em contexto mundial muito em função das proezas do almirante muçulmano Zheng He.

Assim sendo, considerando todas as colocações acima, no capítulo inicial, "Portugal, China e Japão em perspectiva conectada: as ligações entre a expansão ultramarina lusitana, a queda da Dinastia Ming e as guerras civis japonesas", será realizada uma revisão bibliográfica sobre três fenômenos históricos que, apesar de serem comumente interpretados como distintos, tornam-se conectados na medida em que relações sociais inéditas vão se formando nos locais contemplados em um contexto de mundialização. Atenta-se aqui especialmente aos primórdios da expansão ultramarina portuguesa, às crises que levaram à queda da dinastia Ming na China e às guerras civis do *Sengoku Jidai* japonês.

O objetivo dessa etapa é localizar as conjunturas internas desses diferentes territórios e questionar se as crises políticas e sociais no Leste Asiático acabaram por beneficiar - direta ou indiretamente - os viajantes lusitanos no seu estabelecimento naquela região. Outra hipótese também levantada se volta à possibilidade de que a China e o Japão também tenham se beneficiado desse comércio envolvendo os viajantes portugueses. No final das contas, seria improvável que a rota de comércio tenha se estabelecido sem que ela oferecesse algum tipo de vantagem para os habitantes e para as autoridades locais daquela região.

O capítulo seguinte, "A evolução das interações sociais entre portugueses, chineses e japoneses no contexto de intercâmbio comercial", aborda as diferentes fases da rota de comércio envolvendo as cidades de Macau e Nagasaki. Desde as viagens extraoficiais na costa chinesa à expulsão definitiva do arquipélago nipônico, serão observados - com auxílio das fontes primárias reunidas - os motivos que levaram os portugueses àquela região bem como a importância, sobretudo econômica, desse intercâmbio para o Império Português como um todo. Trata-se de um esforço em compreender as formas com que fenômenos locais se tornam parte de um empreendimento de dimensões globais; para tanto, questões como a lucratividade e a frequência das viagens comerciais serão destacadas para que se estabeleça um panorama mais empírico do objeto de estudo, com base nas estatísticas e nos relatos de agentes históricos que estiveram presentes.

Por fim, o capítulo "O declínio da rota de comércio entre Macau e Nagasaki" foca nos acontecimentos ocorridos logo depois da expulsão dos portugueses do Japão. Incluem-se nesse contexto as tentativas de restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com o

xogunato e a criação do Conselho Ultramarino em 1642. Em síntese, estaria correto afirmar que as decisões administrativas envolvendo o Império Português foram realizadas em função dos acontecimentos no Mar da China durante esses anos finais? E o fim formal das relações com o Japão realmente simboliza um capítulo encerrado por definitivo dessa história? Para responder estas perguntas, será consultada tanto a bibliografia especializada quanto a documentação acerca das embaixadas enviadas por Portugal na tentativa de reverter as perdas que posteriormente se provaram permanentes.

2. Portugal, China e Japão em perspectiva conectada: as ligações entre a expansão ultramarina lusitana, a queda da Dinastia Ming e as guerras civis japonesas

2.1 - Portugal: os primórdios da expansão ultramarina

No que tange à expansão europeia ultramarina e a formação dos impérios modernos ocidentais, o pioneirismo de Portugal é algo que cativa a atenção de quem estuda a história do continente europeu. No final das contas, como um pequeno reino da Península Ibérica foi capaz de protagonizar um empreendimento de dimensões globais, que impactou permanentemente as relações entre diferentes povos?

Alguns elementos que teriam possibilitado a iniciativa portuguesa foram amplamente discutidos ao longo de décadas de pesquisas históricas. Questões como a posição geográfica privilegiada com acesso facilitado ao Oceano Atlântico, o contato com povos islâmicos que detinham conhecimentos avançados de astronomia e álgebra e a centralização monárquica que antecedeu outros reinos da Europa Ocidental foram levantadas como as principais circunstâncias que contribuíram para o pioneirismo português no contexto das grandes navegações.

A relação entre a posição geográfica do Reino de Portugal e a viabilidade das viagens marítimas seria, nessa perspectiva, praticamente autoexplicativa. Portugal localiza-se no sudoeste do continente europeu, mais especificamente na zona ocidental da Península Ibérica, onde faz fronteira apenas com a Espanha ao norte e ao leste; ao oeste e ao sul, o território de Portugal é limitado pelas águas do Oceano Atlântico. A vasta maioria dos rios portugueses nasce na Espanha e deságua no oceano, mas apenas os rios Douro, Tejo e parte do Guadiana são aptos à navegação.

O contato com povos islâmicos envolveria a presença muçulmana na Península Ibérica e a proximidade portuguesa com territórios islamizados do norte africano. No século VIII, a Península Ibérica - conhecida em árabe como al-Andalus - foi anexada ao ascendente Califado Omíada. E diferentemente da grande maioria dos reinos europeus da mesma época, o mundo islâmico era muito próspero no que dizia respeito à produção e a preservação do conhecimento científico. Muitos elementos dessa presença muçulmana persistem até hoje na sociedade e na cultura portuguesa, ainda que a historiografia tenha enfatizado muito mais o processo de reconquista da Península Ibérica do que o período que corresponde aos séculos VIII e XIII. Portugal tornou-se um reino independente em 1139, quando Alfonso Henriques se declarou rei,

solicitou ajuda do papado e tomou o título de vassalo da Santa Sé. Depois de receber apoio diplomático dos cistercienses, a Independência de Portugal foi formalmente reconhecida pelo papa Alexandre III no ano de 1179 (JACKSON, 1994, p. 65-66). A conclusão da Reconquista é constantemente considerada um marco no que diz respeito ao interesse lusitano pelo comércio externo. O rei Dinis I, filho de Alfonso III, foi responsável pela organização da exportação de cereais para outros reinos europeus, eventualmente estabelecendo relações comerciais com portos da Bretanha, da Catalunha, de Flandres e da Inglaterra. Entre algumas de suas medidas visando o estímulo ao comércio externo, destacam-se a instituição da Bolsa dos Mercadores - responsável pela elaboração de um fundo de seguro marítimo para os comerciantes portugueses - e a assinatura de tratados com genoveses e ingleses.

Por fim, a centralização monárquica diria respeito aos eventos relacionados à Revolução de Avis e suas consequências para Portugal depois de 1385. A revolução teve origem na disputa entre D. Leonor Teles - regente que ascendeu em função da crise sucessória causada pela ausência de um herdeiro do rei D. Fernando I, que havia falecido em 1383 - e João, o mestre de Avis - escolhido pela burguesia, pela população e por parte da nobreza para defender Portugal da ameaça de Castela. O medo dos castelhanos residia no fato de que D. Leonor Teles teria pedido auxílio a João I contra as insurreições que ocorreram durante seu impopular governo. Depois de derrotar os castelhanos, o mestre de Avis foi coroado em 1385, dando início à dinastia de Avis. Apesar do Reino de Portugal já ter sido na época um reino independente e reconhecido como tal, foi com a Revolução de Avis que se consolidou de fato a formação territorial portuguesa e o afastamento das ambições dos castelhanos na reconquista de Portugal. Essas circunstâncias em questão teriam sido fundamentais para o desenvolvimento econômico do reino e para o estabelecimento de uma estabilidade política, essenciais para o desenvolvimento náutico que caracterizou os anos seguintes da história portuguesa através do ultramar.

Evidentemente, os elementos citados também foram criticados por autores que questionaram as implicações teóricas e até mesmo ideológicas que permeiam essas afirmações. António Manuel Hespanha, por exemplo, foi abertamente crítico ao que chamava de “mito da centralização precoce” envolvendo a unificação portuguesa. De acordo com Hespanha, o mito foi construído principalmente em função de uma agenda ideológica que serviu para estabelecer um contraste entre Portugal e o resto da Europa Ocidental. Nessas circunstâncias, a Coroa foi enaltecida como agente de correção dos abusos feudais (HESPANHA, 2005, p. 50), e a separação entre Estado e sociedade civil - com o monopólio das instâncias resolutivas ao poder central - passou a ser vista como um processo histórico natural e até mesmo desejável no que

dizia respeito à organização político-administrativa da nação portuguesa. O mito da centralização precoce ainda teria contribuído para um entendimento demasiadamente teleológico sobre as transformações políticas e sociais que se sucederam no período em questão, em que, segundo o autor, ocorre uma transposição praticamente incontestável de um direito feudal - imperfeito, baseado nos costumes - a um direito burguês - absoluto, baseado no rigor das leis.

Outro ponto que estimula o debate envolvendo o início das grandes navegações portuguesas é o papel da epidemia de peste bubônica que atingiu a Europa em meados do século XIV, menos mencionado no contexto de discussões relativas aos fatos e acontecimentos que antecederam o estabelecimento do Império Português. De acordo com alguns autores, os surtos da Peste Negra teriam fomentado o abandono da agricultura nos campos e o aumento do desemprego nos centros urbanos. Assim sendo, o mar acabou se tornando a alternativa mais lógica (NEWITT, 2005, p. 9), na medida em que a população se fixava nos portos e se concentrava nas atividades de pesca e, evidentemente, de comércio.

Foi no século XIV que o rei D. Afonso IV concedeu financiamento público para levantar uma frota comercial, liderada pelo almirante genovês Manuel Pessanha. Ainda que a partir dessas viagens - ocorridas entre os anos 1325 e 1357 - Portugal tenha chegado às Ilhas Canárias (BUTEL, 1999, p. 36), elas acabaram sendo concedidas ao Reino de Castela, que acabou no final das contas reivindicando o território em questão. Felizmente para os portugueses, o século XIV também foi um período marcado pelo estabelecimento de tratados, como o Tratado de Windsor - que estabeleceu um pacto de apoio mútuo entre Portugal e Inglaterra -, e pela instituição de novas associações que viriam a fomentar melhores condições para o estabelecimento do comércio externo, como a Companhia das Naus - que proporcionava aos proprietários de navios uma espécie de seguro.

Os motivos que levaram Portugal à expansão ultramarina também são alvos de um debate historiográfico ainda em aberto. Uma das razões levantadas por historiadores e historiadoras especialistas volta-se à potencialidade das cidades do Marrocos em possibilitar o acesso ao ouro africano que atravessava o Deserto do Saara (SCHWARTZ, 2010, p. 24). Haveria ainda o interesse na conquista motivado pelo excedente de cereais produzido por certas regiões marroquinas, o que também teria contribuído para a iniciativa portuguesa de se expandir ainda no século XIV (SCHWARTZ, 2010, p. 24). Atenta-se nessas circunstâncias particularmente aos interesses de ordem econômica que serviram como um dos principais

catalisadores das grandes navegações que viriam a continuar ocorrendo por vários séculos seguintes.

Algumas circunstâncias internas também são consideradas no que diz respeito ao início das navegações. A opção da Coroa em priorizar o âmbito comercial teria resultado no esvaziamento de feudos, uma vez que os servos migraram em massa aos centros urbanos. Como resultado, parte da nobreza - especialmente aquela envolvida com a economia agrária - empobreceu e passou a depender quase exclusivamente de impostos coletados pelo rei. Quando a Coroa passou a estender a dotação de novos títulos a funcionários públicos e ex-soldados, as circunstâncias agravaram-se, e surgia assim uma nova baixa nobreza envolvida com atividades marítimas (RAMOS, 2015, p. 35). Nesse sentido, atenta-se ao fato de que havia uma parcela da população lusitana já envolvida com as navegações, atuando principalmente no Mediterrâneo, no Mar da Inglaterra e no norte da África.

Para as camadas sociais mais baixas, a opção de fugir para o mar tornava-se interessante muito em função das más condições de alimentação e de moradia nas principais cidades portuguesas da época, como Lisboa e Porto. As viagens nos oceanos eram, assim sendo, uma grande oportunidade para buscar melhores condições de vida (RAMOS, 2015, p. 61), já que o saneamento precário, a falta de higiene e a ameaça de pestes se constituíam como sérios agravantes à qualidade e à expectativa de vida, que girava em torno dos 30 anos na época em questão.

Naturalmente, o interesse das camadas populares pelas navegações deve ser relativizado. Ainda que, de fato, as viagens aos mares poderiam parecer para alguns uma alternativa melhor ao duro cotidiano das cidades portuguesas daquela época, o trânsito pelos mares também não se provou nada fácil durante praticamente todos os séculos de expansão ultramarina. Condições precárias de higiene e de subsistência nos navios, por exemplo, acabavam resultando na proliferação de doenças entre as tripulações, sendo o escorbuto um dos exemplos mais clássicos no que tange à literatura relativa ao tema. Em terra, os viajantes também muitas vezes se viram impotentes perante a destrutividade de doenças tropicais, como a malária e a febre tifoide. Populações locais também foram afetadas por graves epidemias de varíola, sífilis e gripe, trazidas pelos europeus em suas viagens marítimas.

Somados às enfermidades, os acidentes de percurso também contribuiram para o elevado grau de periculosidade no que se referia às navegações. Considerando as variações meteorológicas e o próprio desconhecimento cartográfico, naufragos e desvios imprevistos de rota não foram raros durante os vários séculos de atividade marítima. Para piorar a situação,

buscando preservar o monopólio sobre suas colônias e coibir o contrabando, Portugal vetou em múltiplas ocasiões a possibilidade de escala em diferentes portos - sobretudo na América.

Apesar do despacho de 28 de agosto de 1501 emitido por D. Manuel, que na ocasião declarou a descoberta do Brasil como “conveniente e necessária” para a navegação à Índia, o uso dos portos brasileiros como pontos de escala na Carreira da Índia esteve muito dependente do interesse português de manter o monopólio sobre as colônias e das mudanças de perspectivas econômicas na medida em que o Brasil foi tomando o papel comercial antes exercido pelo Estado da Índia (ANTHONY, 2013, p. 144). Em 1565, 1615, 1632, 1661, 1665, 1667 e em 1670 foram emitidas provisões e cartas reais que explicitamente proibiam a realização de escala na Bahia e a venda de mercadorias orientais no Brasil, sendo tais práticas passíveis de punição pela lei a partir de 1671 (ANTHONY, 2013, p. 149). Mesmo que a escala pudesse contribuir com a segurança das viagens, as poucas exceções foram concedidas em circunstâncias extraordinárias: em 1666, permitiu-se especificamente que barcos de menor porte atracassem nos portos brasileiros nas viagens de volta, ou seja, no sentido Goa-Lisboa. A partir de 1672 também foi permitida a permanência no Rio de Janeiro caso houvesse muitos doentes a bordo e na Bahia se a navegação em torno do cabo da Boa Esperança se provasse inviável no tempo previsto de viagem (ANTHONY, 2013, p. 149).

As navegações inclusive foram utilizadas como forma de lidar com elementos indesejados da sociedade, através do degredo. A condenação ao exílio foi aplicada desde o século XV até meados do século XVIII e contemplou praticamente todas as diferentes regiões do Império Português - América, África e Ásia. Segundo Russell-Wood (2016), existia uma certa hierarquia no que diz respeito ao destino dos degredados, sendo o Marrocos suficientemente perto da Europa para alimentar a esperança do retorno à metrópole. Já Angola, Benguela e Moçambique seriam praticamente sentenças de morte devido às condições adversas. O Brasil, o Grão-Pará e a Índia, por sua vez, também davam poucas esperanças de regresso a Portugal. O degredo teve como alvos principalmente criminosos, cristãos-novos, ciganos e até mesmo leprosos (RUSSELL-WOOD, 2016, p. 150), frequentemente atingindo aqueles que eram vítimas de preconceitos da sociedade ou de perseguições. Os degredados em sua maioria eram homens, e as políticas envolvendo o estímulo do fluxo de mulheres pelo ultramar não se provaram suficientemente bem sucedidas ou foram abandonadas em pouco tempo, como é o

caso das órfãs do rei³ enviadas à Índia para se casarem com funcionários (RUSSELL-WOOD, 2016, p. 154-155).

O envolvimento dos degredados na fundação de cidades pelo ultramar foi surpreendentemente alto, especialmente nos séculos XVI e XVII. Em 1536, por exemplo, Vasco Fernandes Coutinho - fidalgo português e primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo - levou cerca de 70 degredados em sua embarcação. No ano de 1549, Tomé de Sousa - primeiro governador-geral do Brasil - transportou entre 400 a 600 degredados para o estabelecimento de Salvador como a primeira capital brasileira (RUSSELL-WOOD, 2016, p. 155-156).

Nesse contexto, a Conquista de Ceuta no ano de 1415 é comumente considerada o início do Império Português. Como a primeira possessão portuguesa no continente africano, Ceuta era considerada estratégica para as futuras explorações pelo Oceano Atlântico que viriam a acontecer nos anos posteriores. Com cerca de 20.000 homens, o Reino de Portugal iniciou a tomada da cidade em 21 de agosto, sendo esta bem sucedida no dia seguinte com pouquíssimas baixas em seu exército, composto também por combatentes ingleses, biscainhos e galegos. De certa forma, a tomada de Ceuta e as iniciativas militares que se seguiram posteriormente no Marrocos podem ser lidas como um prolongamento da Reconquista (COSTA, 2013, p. 153); o esforço em difundir a religião cristã nos territórios tomados do Império Merínida, nessa perspectiva, tornava a guerra justa.

É geralmente aceito que as viagens portuguesas começaram, de forma oficial ou não, poucos anos depois - mais especificamente em 1419 -, variando entre iniciativas formalmente apoiadas pela Coroa e viagens individuais (RUSSELL-WOOD, p. 35). A partir do ano em questão, os portugueses ancoraram em Madeira, Açores, Cabo Verde, Santa Helena e Ascensão e Tristão da Cunha, concluindo as explorações nas ilhas atlânticas no ano de 1506. Dois momentos do século XV em particular foram de extrema relevância para o avanço dos portugueses no ultramar: a virada do cabo Bojador em 1434, que abriu caminho para Níger, Senegal e Guiné, e do cabo da Boa Esperança em 1488, que possibilitou as navegações nas águas do Oceano Índico. Em 1498, Vasco da Gama chegou a Calecute, na Índia, dando início a uma nova era comercial e missionária para a história de Portugal. Em 1500, um desvio de Pedro Álvares Cabral fez com que os lusitanos acabassem encontrando o Brasil e incorporando a América no seu contexto de explorações ultramarinas. Em 1512, os portugueses chegaram às Ilhas Banda e às Ilhas Molucas e iniciaram a primeira missão náutica a Cantão apenas dois anos

³ Segundo Russell-Wood (2016), as órfãs do rei eram mulheres em idade de se casar - ou nem isso - enviadas ao ultramar com o intuito de contrair matrimônio com funcionários civis ou oficiais das guarnições. Tratou-se de uma política fracassada, uma vez que o fluxo dessas mulheres raramente ultrapassava uma dúzia ao ano.

depois. Eles ainda chegaram à Nova Guiné em 1525, ao Japão em 1543 e conseguiram o direito à permanência na cidade de Macau em 1557.

Pela cronologia dos séculos XV e XVI, a princípio poderia se considerar que o empreendimento português de expansão territorial se provou extremamente proveitoso logo no seu início, mas as viagens e as conquistas portuguesas desse período nem sempre se demonstraram economicamente rentáveis. No final do século XV, a falta de políticas de povoamento claras e a mudança das rotas de comércio transaarianas, que acabaram se afastando das cidades dominadas pelos portugueses, afetaram negativamente a viabilidade econômica das ambições lusitanas (SCHWARTZ, 2010, p. 24). O norte da África ainda foi castigado por fomes e por miséria por volta de 1521, em um período em que os custos envolvendo a defesa do território superavam drasticamente os ganhos imediatos (SCHWARTZ, 2010, p. 24). O Brasil em 1500 também era visto com pouco interesse pela Coroa portuguesa, sendo o pau-brasil o único produto cujas potencialidades comerciais se demonstraram suficientemente lucrativas nas décadas iniciais de exploração em solo americano. Nessa época, as tentativas de encontrar minérios preciosos não se provaram proveitosas, alimentando uma frustração que só viria a se modificar com a descoberta do ouro na década de 1690.

O Império Português também passou por um período de particularidades geopolíticas após o fim da Guerra da Sucessão Portuguesa em 1583, quando D. António foi derrotado por Felipe II de Espanha. O conflito teve origem na morte abrupta do jovem rei D. Sebastião, que não deixou descendentes, na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578. Devido à proximidade de parentesco, foi apontado como seu sucessor Henrique I, que ganhou a alcunha de “Cardeal-Rei” devido aos seus vínculos com a Igreja Católica. O Cardeal-Rei, no entanto, veio a falecer dois anos depois, agravando ainda mais a crise de sucessão do trono lusitano que envolvia o Rainúncio I Farnésio, D. Catarina, Filipe II de Espanha, Emanuel Felisberto de Saboia, João I de Bragança e D. António. Dentre os candidatos ao trono, D. António - afastado por ser tido como ilegítimo - proclamou-se como Rei de Portugal no dia 24 de julho de 1580, com grande apoio popular; mas depois de governar por apenas algumas semanas, foi derrotado na Batalha de Alcântara pelo duque de Alba, Fernando Álvarez de Toledo.

D. António tentou incessantemente retomar o seu governo a partir do arquipélago dos Açores, mas foi por fim derrotado na Batalha Naval de Vila Franca. O Prior do Crato viria a falecer em 1595 no seu exílio aos 65 anos sem jamais retornar ao trono, mesmo com o apoio de

Isabel I da Inglaterra. Nesse contexto, iniciou-se a dinastia filipina⁴, que sucedeu a dinastia de Avis em Portugal. Considerando todas as circunstâncias relativas à crise de sucessão portuguesa e a conseqüente Guerra da Sucessão Portuguesa, é importante ressaltar que a “União Ibérica” foi um termo cunhado por historiadores para se referir ao período e às circunstâncias em questão, não sendo utilizado de forma oficial pelas autoridades em documentos escritos ou quaisquer outros tipos de fontes históricas.

Durante a União Ibérica foi criado o Conselho de Portugal, que tinha como função primordial garantir a autonomia e a independência portuguesas mesmo com a aproximação das diferentes Coroas ibéricas. Os territórios sob a jurisdição do Conselho de Portugal incluíam, além de Portugal Continental, todos os territórios previamente conquistados pelos lusitanos no ultramar. Nesse contexto, o órgão de governo em questão era composto apenas por portugueses, separados entre um chanceler-mor, um vedor da fazenda, dois desembargadores do Paço e quatro escrivães.

Ainda que o Conselho de Portugal garantisse independência administrativa para os lusitanos sobre seus territórios, a União Ibérica privou Portugal de uma política externa independente. Como resultado, antigos inimigos da Espanha - sobretudo a Inglaterra e a Holanda - voltaram-se contra os portugueses e suas possessões no ultramar. Isso foi particularmente importante para o Brasil, onde os holandeses protagonizaram invasões no Nordeste em 1624 e em 1630, para São Jorge da Mina em 1637 e para o Ceilão em 1638. O Japão também foi afetado pela presença holandesa a partir de 1639, que acabou a longo prazo substituindo a atividade portuguesa naquele território quando este adotou uma política externa de isolamento⁵. Apenas um ano depois, insurgências portuguesas deram início à Guerra da Restauração, que demarcou o fim da União Ibérica.

Nesse sentido, a União Ibérica teria sido impopular entre nobres e burgueses de Portugal. No período em que os reis espanhóis foram, simultaneamente reis portugueses, setores ligados ao comércio não tardaram em perceber que, ao invés de novas oportunidades econômicas, a união acabou por fomentar a concorrência. Além disso, especialmente em seus anos finais, nobres portugueses passaram a sentir os efeitos das guerras protagonizadas pelos

⁴ A dinastia filipina também é constantemente referenciada como a dinastia de Habsburgo, uma vez que os três reis que governaram Portugal entre 1580 e 1640 - Filipe I, Filipe II e Filipe III - pertenciam à Casa de Habsburgo, uma importante família de nobres que compuseram governos de diferentes territórios europeus, incluindo o Sacro Império Romano-Germânico e a Áustria.

⁵ Mais detalhes serão comentados no capítulo seguinte.

Habsburgo na Europa, na medida em que o endividamento e a dependência econômica diminuían sua capacidade de governabilidade no mundo colonial.

É possível argumentar, no entanto, que o triunfo português envolvendo o seu empreendimento ultramarino nem sempre era de ordem econômica ou política: havia também os componentes religiosos que eram de suma relevância no contexto das navegações. O controle de feitorias em diferentes territórios tinha importância tanto simbólica, no sentido de confirmar uma presença cristã em território islâmico - no caso das conquistas na África -, quanto prática, já que protegia as embarcações que voltavam do Brasil da atuação de corsários (SCHWARTZ, 2010, p. 24).

O mesmo pode ser dito sobre o avanço lusitano sobre o Oceano Índico, ainda que - diferentemente dos casos da América e da África - os retornos financeiros puderam ser observados com mais rapidez. Por esse motivo, o Estado da Índia, ou seja, o conjunto de fortalezas e cidades portuárias localizadas na costa oriental da África, no Subcontinente Indiano e no Leste Asiático, tornou-se a grande joia da Coroa portuguesa durante o século XVI e a primeira metade do século XVII. No seu auge, as potencialidades econômicas, religiosas e políticas do Estado da Índia certamente se destacaram no contexto ultramarino.

Entre 1487 e 1492, Pero da Covilhã - diplomata e explorador português - realizou as primeiras viagens por mar e por terra na África Oriental, no golfo Pérsico e na costa ocidental da Índia, visitando no processo Cananor, Goa e Ormuz. Poucos anos depois, entre 1497 e 1499, Vasco da Gama também chegou à Índia, carregando na sua viagem de regresso a Portugal especiarias, tecidos e pedras preciosas. Apesar de todas as dificuldades ao longo do trajeto e de estabelecer comércio com governadores locais - uma vez que as mercadorias oferecidas pelos portugueses foram recebidas com pouco entusiasmo especialmente devido ao seu baixo valor -, a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia é comumente considerada o marco inicial do comércio ultramarino de especiarias, um dos grandes triunfos econômicos do Império Português.

A chegada portuguesa à Índia também teve repercussões políticas muito importantes no resto da Europa. A notícia de que Vasco da Gama havia retornado a Lisboa em 1499 gerou repercussões no Sacro Império Romano-Germânico (COSTA, 2013, p. 156) e alimentou a reputação de D. Manuel entre outros líderes europeus. Interessantemente, a proeza envolvendo a conclusão de uma viagem de ida e volta com parada em Calecute era muito mais associada à figura do monarca do que ao capitão que esteve presente na embarcação (COSTA, 2013, p. 156).

O Estado da Índia foi formalmente constituído no ano de 1505, com a nomeação de seu primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida. Seu nome, entretanto, só passou a ser utilizado de forma oficial em 1510, quando Afonso de Albuquerque conquistou Goa e fez dela a sua capital. D. Manuel soube aproveitar bem o potencial propagandístico das viagens à Ásia: além de distribuir especiarias em conventos estrangeiros, o rei também mandava imprimir descrições das vitórias daqueles que agiam de acordo com suas vontades e até mesmo chegou a passear com animais pelas ruas de capitais (COSTA, 2013, p. 156).

Na época, conselheiros espanhóis haviam defendido de maneira suficientemente plausível que uma parcela expressiva dos mares asiáticos estava nos seus domínios (COSTA, 2013, p. 152). No final das contas, os europeus ainda não tinham noções muito precisas das dimensões do Oceano Pacífico ou dos territórios que encontravam na medida em que protagonizavam sua expansão ultramarina. D. Manuel, apesar de ter conhecimentos mais precisos de cartografia à sua disposição, manteve-se receoso no início do século XVI (COSTA, 2013, p. 152). No ano de 1506, enviou D. Francisco de Almeida à Ásia para que acelerasse o descobrimento de Malaca e erguesse uma fortaleza na região como forma de ter vantagem sobre os rivais castelhanos quando chegassem às águas malásias (COSTA, 2013, p. 152).

Nesse sentido, é possível levantar a hipótese de que uma das grandes motivações à chegada na Ásia era justamente evitar que os rivais europeus a fizessem primeiro. Sobre a questão, afirma-se que:

D. Manuel I manifestou por várias vezes pressa em que os seus oficiais atingissem Malaca, a fim de evitar que os Castelhanos se antecipassem. [...] O problema não estava em saber se as terras do Noroeste do Atlântico pertenciam ao continente asiático, como insinuava o mapa de Rosselli - o problema principal era o receio de que no Atlântico tropical não houvesse uma linha contínua de terra firme, e que fosse possível prosseguir navegação mais para ocidente até à Ásia, o que era tema de discussão desde as viagens do Gama e de Cabral (COSTA, 2013, p. 149).

O clima de rivalidade entre lusitanos e castelhanos no que se referia à Ásia se tornou particularmente perceptível por volta de 1512, quando D. Manuel I optou pela neutralidade a favor da França na guerra entre Fernando II de Aragão e Luís XII (COSTA, 2013, p. 151). Nesse contexto, a presença portuguesa em determinados territórios asiáticos tinha caráter estratégico; ainda que Portugal fosse o único reino europeu com condições para explorar os mares da Ásia naquela época, os lusitanos mantinham-se preocupados com a possibilidade de retaliação por outros rivais europeus (COSTA, 2013, p. 153).

A importância política e religiosa das conquistas portuguesas é um dos pontos que gera mais divergências entre historiadores especialistas no tema. Ainda na primeira metade do século

XX, Charles Boxer já chamava a atenção para as posições antagônicas que teria identificado entre historiadores modernos e tradicionais, relatando que:

A conquista de Ceuta, em agosto de 1415, e, mais importante ainda, o fato de a terem conservado, foram fundamentalmente inspirados pelo ardor de cruzada de infligir um golpe aos infiéis, e pelo desejo dos infantes portugueses de ascendência inglesa de serem armados cavaleiros, de modo espetacular, no campo de batalha. Como se sabe, esta explicação tradicional fornecida pelos cronistas não satisfaz alguns historiadores modernos. Argumentam que os motivos econômicos e estratégicos devem ter desempenhado um papel muito mais importante, uma vez que Ceuta era [...] um florescente centro comercial, uma base naval muçulmana e uma testa-de-ponte para uma possível invasão através do estreito de Gibraltar (BOXER, 2017, p. 36)

Nesse sentido, um fator a ser relevado no que tange às motivações religiosas ou econômicas de Portugal reside no fato de que elas não foram necessariamente antagônicas. Na verdade, em determinadas circunstâncias poderia se considerar que havia uma complexa relação de mutualismo entre aqueles que se dedicavam à fé e os que se voltavam aos negócios. Isso é particularmente observável no caso do Japão, onde missionários e comerciantes muitas vezes dependiam do que o outro lado tinha a oferecer para o sucesso do estabelecimento português naquele território. Sobre a questão, é possível afirmar que:

O caso do Japão nos estimula a pensar que apesar da dicotomia entre esses dois segmentos sociais, ambos precisavam um do outro, pois de um lado, os comerciantes, assim como os aventureiros – levados pela fama ou pela fortuna – abriam espaço nesse universo territorial desconhecido que era o extremo oriente. Do outro lado, esses mesmos exploradores precisavam decodificar os símbolos culturais dessas civilizações, outrora consideradas exóticas e por isso, precisavam dos missionários (LEÃO, 2009, p. 297).

O Japão inclusive poderia ser considerado uma exceção no que diz respeito a uma clara separação entre o que seriam os homens responsáveis pela fé e aqueles que se voltavam aos negócios. Isso ocorria porque as expectativas e as circunstâncias locais no que se referia ao comportamento esperado dos missionários os levavam a desdenhar dos jesuítas que se dedicavam abertamente ao comércio (RUSSELL-WOOD, 2016, p. 136), e a partir disso era possível observar uma divergência de interesses. Em outras regiões, o comum era que funcionários civis, soldados e membros do clero se deixassem seduzir pelas possibilidades de lucro envolvendo a circulação de mercadorias. Mesmo em casos de proibições por decretos régios, formas de escapar à censura eram toleradas ou até mesmo incentivadas entre indivíduos da mesma categoria (RUSSELL-WOOD, 2016, p. 137).

Em termos gerais, os motivos que levaram os portugueses aos mares podem ter sido diversos, e nem sempre há um consenso entre historiadores no que diz respeito a qual deles teria sido mais relevante do que os outros. É possível afirmar de forma suficientemente segura, no entanto, que diferentes interesses nem sempre se excluam, mas inclusive se complementavam. Em diferentes ocasiões, o avanço comercial - por exemplo - só foi possível

porque havia uma atividade missionária que se ocupou em aprender e traduzir a língua local, como ocorrera no arquipélago nipônico. Semelhantemente, o domínio sobre determinada região poderia não se provar imediatamente lucrativo, mas a presença lusitana no ultramar dava ao pequeno Reino de Portugal um triunfo político contra outros reinos europeus, como foi o caso do Norte da África ou até mesmo o Brasil nos seus primeiros anos de colonização.

Considerando as circunstâncias que motivaram a expansão territorial portuguesa e os elementos econômicos, sociais e políticos que permeavam a continuidade dessa ambiciosa iniciativa, serão investigadas nos subcapítulos seguintes as conjunturas internas de dois territórios asiáticos afetados - em maior ou menor escala - pela presença de viajantes portugueses: a China e o Japão. Nesse sentido, atenta-se ao fato de que os lusitanos se beneficiaram de condições externas que se eventualmente demonstraram favoráveis, pelo menos em um primeiro momento, para o seu estabelecimento nessas respectivas regiões. Serão analisadas agora quais foram essas condições e como elas se tornam conectadas com as várias - e controversas - motivações que levaram o pequeno reino de Portugal aos mares do Oriente.

2.2 - China: ascensão e queda da dinastia Ming

Quando os portugueses manifestaram interesse pelo Império Chinês por volta de 1510, a população chinesa era governada pelo Imperador Zhengde, da poderosa dinastia Ming. Os Ming ascenderam ao trono no ano de 1368, apoderando-se de um espaço que era até então ocupado pelos estrangeiros mongóis da dinastia Yuan, fundada pelo neto de Gengis Khan - Kublai Khan. Assim que chegaram ao poder, os Ming centraram boa parte de seus esforços na reorganização das estruturas administrativas do império em moldes mais “sinocêntricos”, ao restringir os aparatos de governança aos indivíduos que falassem e escrevessem chinês e que estivessem incluídos em contextos sociais e familiares indiscutivelmente chineses (DARDESS, 2012, p. 1). No seu auge, os Ming estavam sob o controle da maior potência econômica e militar do Leste Asiático.

A China Imperial, nesse sentido, é um período consideravelmente longo da história da China, compreendendo um vasto espaço temporal que compreende o início da dinastia Qin no século II a.C até o fim da dinastia Qing no ano de 1912⁶. Por mais que seja possível argumentar que as sucessivas crises dinásticas tenham representado momentos de ruptura

⁶ Houve uma breve e fracassada tentativa de restauração imperial em 1917, depois que a República da China foi proclamada.

política ou social, os diferentes governos compreendidos nessa sucessão milenar de anos são incorporados pela historiografia em um única divisão cronológica, incluindo aqueles considerados estrangeiros - como as previamente citadas dinastias Yuan e Qing - ou os períodos marcados pela fragmentação geopolítica interna, como o caso do Período dos Três Reinos, de 220 a 280, em que a China Continental se encontrava dividida pela disputa entre os reinos de Wu Oriental, Cao Wei e o Reino de Shu.

O reinado dos Ming é frequentemente entendido e discutido como uma das eras de ouro da história da China Imperial, sendo lembrado por seus diversos avanços nos âmbitos das artes, da diplomacia, do poder bélico e da medicina. Aos grandes feitos da dinastia, podem ser atribuídos a conclusão da Grande Muralha e a construção da Cidade Proibida em Pequim - ambas realizações importantes não apenas sob a perspectiva arquitetônica como também por seu valor político e até mesmo militar. Além disso, os Ming observaram um notável florescimento cultural, exemplificado principalmente pelos avanços com as técnicas de porcelanato e pela publicação de livros que eram acessíveis à população que dominava, em grande parte, leitura e escrita. Importantes obras literárias que podem ser traçadas ao reinado dos Ming incluem “Margem da Água”, de Shi Nai'an⁷, e “Jornada ao Oeste”, de Wu Cheng'en.

O legado dos Ming também está amplamente ligado às proezas marítimas do almirante Zheng He. Zheng He, da etnia *hui*⁸, era um filho de família muçulmana, e sua atuação pode inclusive ter ligação direta com a difusão mundial do islã. Segundo Tsai (2001), em suas viagens para a costa oriental da África - por volta de 1421 a 1422 -, Zheng He teria presenteado comerciantes locais com prata, ouro, seda e porcelana, recebendo em troca bens e iguarias como camelos, ostras, marfim e zebras. Ao todo, Zheng He participou de sete viagens, contemplando ainda o Sudeste Asiático, o Subcontinente Indiano e a Península Arábica em seus trajetos ultramarinos. Para a época, as atividades marítimas de Zheng He poderiam ser consideradas as maiores que o mundo até então observara, devido à grande dimensão percorrida e à sua importância em âmbito econômico, social e cultural.

As décadas seguintes à morte de Zheng He por volta de 1433 e 1435 são alvo de debate historiográfico no que diz respeito às atividades marítimas protagonizadas pela China. Historiadores ocidentais como John Fairbank e Joseph Needham, por exemplo, defenderam na década de 1950 a tese de que, depois de Zheng He, o desenvolvimento da tecnologia naval chinesa viveu um período acentuado de estagnação, já que os Ming teriam adotado uma política

⁷ Há um debate acadêmico envolvendo a autoria da obra em questão.

⁸ Os *hui* compõem um dos 56 grupos étnicos chineses. Eles se distinguem por serem majoritariamente adeptos do islamismo e estão concentrados principalmente no noroeste do país.

de isolacionismo que se estendeu até a ação imperialista de potências europeias - como a França e a Inglaterra - quando os Qing haviam ascendido ao poder. O argumento baseia-se principalmente no impacto e nas consequências dos decretos *Haijin*, que, de fato, procuraram banir a atividade marítima privada como forma de combater a pirataria nas regiões costeiras do império. Outros historiadores, no entanto, principalmente chineses, rebatem tal afirmação, ressaltando que a China manteve uma presença naval ativa especialmente no Sudeste Asiático até meados do século XIX, e que as próprias políticas *Haijin* sofreram modificações com o passar dos anos ou simplesmente deixaram de ser executadas com precisão na medida em que se provaram insuficientes para atingir o seu objetivo principal⁹.

No que se refere ao seu aumento demográfico, a dinastia Ming foi a primeira a observar uma aceleração constante no ritmo de crescimento populacional: ao longo das dinastias imperiais anteriores, a população da China nunca havia experienciado uma marca permanente de 100 milhões de habitantes¹⁰. A partir de 1500, no entanto, a respectiva estimativa demográfica foi evoluindo de tal forma que os chineses não apenas haviam a superado durante a ascensão dos Qing em 1644 como também ela já beirava os 200 milhões de indivíduos por volta de 1749 (SMIL, 1993, p. 16). É possível afirmar inclusive que, já nas primeiras décadas do século XVII, a China dos Ming era o império mais populoso de todo o mundo com uma grande vantagem numérica sobre outros territórios, a exemplo do Império Mogol da Índia ou do Sacro Império Romano-Germânico (ROWE, 2009, p. 91).

Contudo, é mais do que plausível imaginar que ao longo de seus 276 anos de existência a dinastia Ming veio a passar por crises e por problemas envolvendo a sua forma de administrar e governar sua sociedade, suas fronteiras e seus recursos. Sobre essa questão em particular, é possível afirmar que:

Os Ming durante muito tempo estiveram sob uma nuvem de opróbrio por coisas como seu terrível costume de açoites na corte, seu uso rotineiro de tortura judicial, seu contingente grosseiramente saturado de eunucos palacianos [...], sua classe enorme e parasita de clãs imperiais e sua lista de imperadores inábeis. A isso se pode adicionar a corrupção rotinizada e o partidarismo cada vez mais disfuncional e eventualmente letal que atormentou sua administração central, especialmente em meados de seu último meio século. Não há como esconder o fato de que houve uma tendência enlouquecida e sangrenta para a política Ming (DARDESS, 2012, p. 73).

Os problemas citados anteriormente se tornaram bastante evidentes a partir do reinado do imperador Wanli, de 1573 a 1620, mais especificamente após o desfecho da Guerra Imjin. O conflito envolveu o Japão, o Império Chinês e a Coreia e iniciou em função do ambicioso

⁹ Ver: DENG, Gang. *Maritime Sector, Institutions, and Sea Power of Premodern China*. Londres: Praeger, 1999.

¹⁰ A dinastia Song (960-1279) chegou a ultrapassar os 100 milhões de habitantes por volta de 1103, mas logo em seguida observou um acentuado decréscimo que acabou resultando no retorno à taxa mais ou menos constante de 60 milhões de indivíduos.

desejo do segundo dos unificadores japoneses - Toyotomi Hideyoshi - em conquistar territórios da China (HAWLEY, 2014, p. 11). Nesse contexto, o *daimyō*¹¹ japonês teria solicitado auxílio aos governantes coreanos da dinastia Joseon e livre passagem por seu território, mas teve o seu pedido recusado, uma vez que os coreanos eram aliados aos chineses. Como resposta, Hideyoshi preparou suas tropas para invadir a Península Coreana no ano de 1592, dando início a um dos maiores e mais destrutivos conflitos ocorridos no contexto geográfico do Leste Asiático.

A Guerra Imjin durou seis anos, tendo encerrado em dezembro de 1598 com a vitória da China e da Coreia sobre o Japão. Apesar disso, as perdas humanas e econômicas teriam sido decisivas para o declínio dos Ming nos anos posteriores; no final das contas, os territórios dos combatentes permaneceram os mesmos e nenhum ganho significativo se demonstrou suficientemente palpável, mesmo para o lado vencedor. O conflito também serviu como um verdadeiro teste à resiliência do poder militar chinês, que contou com dezenas de milhares de mortes - incluindo a de lideranças importantes como o almirante Deng Zilong, que morreu na Batalha de Noryang. A dimensão da guerra teria inclusive superado praticamente todos os conflitos europeus durante a Renascença: apenas as tropas de Hideyoshi - que contavam com cerca de 158.800 homens - superavam os maiores contingentes militares da Europa durante o século XVI (HAWLEY, 2014, p. 12). Isso, somado aos 100.000 homens enviados pelos Ming, às dezenas de milhares de combatentes coreanos e aos guerrilheiros que acabaram participando das lutas teria contribuído para um número total que superou a marca de 300.000 indivíduos envolvidos no que potencialmente foi a primeira tentativa de expansionismo protagonizada pelo Japão (HAWLEY, 2014, p. 12).

Mas ainda que a Guerra Imjin tenha de fato servido como um dos maiores catalisadores do declínio dos Ming, atribuir única e exclusivamente a crise dinástica ao conflito é uma ideia demasiadamente simplista. O papel dos eunucos, citado anteriormente, representou um grande problema que já afetava a eficácia do governo Ming muito antes da ascensão de Wanli ao poder. A princípio, por decreto do fundador da dinastia - o imperador Hongwu -, os eunucos estavam proibidos de se engajar na política administrativa do império; contudo, pouco tempo depois de sua morte, no reinado do imperador Yongle - iniciado em 1403 e encerrado em 1424 -, os eunucos faziam-se presentes em várias instâncias governamentais primordiais, como o exército e a diplomacia. De acordo com Doran (2010), existiram dois tipos de eunucos ao longo da

¹¹ Os *daimyō* eram os senhores de terras do Japão pré-moderno, muitas vezes comparados aos senhores feudais do Ocidente.

história imperial chinesa: aqueles que foram submetidos à castração forçada e os que a escolheram voluntariamente. A autora ainda argumenta que não é possível estabelecer algum tipo de proporção entre as duas categorias, mas que é notável a forma com que os segundos foram se tornando cada vez mais comuns com o passar dos séculos. Ao longo do reinado da dinastia Ming, estima-se que pelo menos 70.000 eunucos trabalharam na capital e mais 100.000 nas províncias (DORAN, 2010, p. 17).

Alguns desses eunucos foram particularmente cruéis no que se referia às suas atribuições e ofícios. Um exemplo especialmente infame é o de Liu Jin, um eunuco que teria feito parte da corte do imperador Zhengde e que teria se destacado pela corrupção desenfreada durante a sua gestão. Além de ter acumulado muita riqueza, o oficial também ficou conhecido por tramar uma rebelião que acabou sendo denunciada e eventualmente descoberta pelas autoridades imperiais. Por sua traição, Liu Jin foi condenado à execução pela morte por mil cortes em praça pública.

A corrupção na corte chinesa e o estabelecimento dos portugueses na região têm uma relação direta e complexa. Antes do estabelecimento formal dos lusitanos na cidade de Macau, em 1557, algumas missões portuguesas foram enviadas até a China. Os chineses de um modo geral procuraram tratar os viajantes europeus em um primeiro momento com cordialidade, ainda que permanecessem desconfiados das verdadeiras intenções desses visitantes. Em uma ocasião de impasse diplomático, o primeiro embaixador português que fora enviado até a China acabou sendo preso e espoliado dos bens e presentes que levava a mando do próprio imperador chinês (RAMOS, 2015, p. 142), provavelmente em função de deslizamentos de etiqueta que acabaram sendo interpretados no final das contas como sinais de desrespeito.

Durante esse período, os navegantes portugueses estavam entrando em contato com indivíduos escravizados. O primeiro relato envolvendo lusitanos e escravos chineses pode ser encontrado no manuscrito “Lendas da Índia”, de Gaspar Correia (DE SOUSA, 2019, p. 17). O livro relata que duas crianças – um garoto e uma garota – teriam sido oferecidas a Pedro Álvares Cabral por volta de 1501, mas que este acabou as recusando na ocasião (DE SOUSA, 2019, p. 18). Um segundo relato encontra-se na obra “Décadas da Ásia”, cuja autoria é atribuída ao cronista João de Barros (DE SOUSA, 2019, p. 19). No terceiro volume, que aborda eventos ocorridos entre 1516 e 1526, o autor menciona a missão liderada por Fernão Pires de Andrade, acompanhado de seu irmão, Simão de Andrade (DE SOUSA, 2019, p. 19). Simão teria

aproveitado a ocasião para adquirir escravos na cidade de Cantão¹², o que teria enfurecido as autoridades chinesas e motivado a prisão e a eventual execução de membros da missão. Nas décadas seguintes, portugueses que navegassem nos mares da China acabavam sendo perseguidos, e até 1542 a presença lusitana na China se restringiu a um número muito diminuto de comerciantes e de piratas que se organizavam em pequenos grupos (DE SOUSA, 2019, p. 20).

A relação da China com a escravização de pessoas era complexa e variou consideravelmente de acordo com cada período histórico. A exploração da escravidão na China teria persistido até o fim do Império; no entanto, durante o reinado dos Ming se iniciaram os primeiros esforços para restringir a prática, motivados pelas instabilidades causadas por invasões dos manchus e pelas rebeliões internas a partir da década de 1330, que antecederam sua ascensão ao trono. De acordo com Hallett (2006), o imperador e fundador da dinastia - Zhu Yuanzhang - tentou abolir a escravidão através de decretos, mas ela persistiu tanto em âmbito público quanto privado. Assim sendo, as medidas acabaram centrando-se principalmente em formas mais ou menos indiretas de coibição, como limitação do número de escravos por residência e aumento da tributação, com graus variados de sucesso.

Essa fase das relações sino-lusitanas, por sua vez, foi marcada pelo declínio definitivo dos avanços diplomáticos, que já não eram muito significativos. Além do envolvimento com a escravização de chineses, Simão de Andrade prejudicou ainda mais a situação dos portugueses quando resolveu construir uma fortificação para conter a atividade dos piratas nativos por volta de 1519 (RAMOS, 2015, p. 142). Na ocasião, ele também teria impedido comerciantes estrangeiros de realizar negócios antes dele próprio finalizar os seus (RAMOS, 2015, p. 142), o que acabou sendo visto como uma afronta grave à soberania chinesa. A infâmia de Simão de Andrade e as consequências de suas ações inclusive teriam posteriormente chamado a atenção dos líderes de outros reinos da região, que passaram a desconfiar ainda mais das verdadeiras intenções dos viajantes portugueses. O imperador Zhengde, apesar disso, lidou com a situação através da diplomacia, permitindo o comércio em suas terras desde que os lusitanos respeitassem os mandarins - funcionários públicos que representavam a autoridade imperial - e não tentassem mais construir feitorias (RAMOS, 2015, p. 143).

Zhengde, no entanto, veio a falecer subitamente no ano de 1521, e ascendeu ao trono seu sucessor, o imperador Jiajing. Jiajing não compartilhava do mesmo ímpeto de seu

¹² A cidade de Cantão não deve ser confundida com a província homônima de Cantão. Em mandarim, existe uma diferenciação entre a cidade, chamada Guangzhou (广州), e a província, chamada Guangdong (广东).

antecessor e proibiu de vez o comércio marítimo na região (RAMOS, 2015, p. 143), adotando uma postura muito mais antagônica aos interesses dos viajantes que ainda tentavam algum tipo de intercâmbio em território chinês. Até 1554, as atividades comerciais com a China acabaram se restringindo ao âmbito privado, protagonizadas por navegadores que atuavam de forma independente, sem o apoio formal da Coroa portuguesa. Eles então permaneceram nas cidades de Sanchoão, Liampó e Lampacau, onde as autoridades que representavam o governo chinês aceitavam subornos (RAMOS, 2015, p. 144) em troca da possibilidade de estabelecer comércio.

Algumas teorias mais antigas atribuem a atuação dos europeus que chegaram à China no início do século XVI como um catalisador de instabilidades que trouxeram impactos econômicos negativos para o império. Esses viajantes teriam reconhecido o grande mercado consumidor de prata na China e, nesse sentido, envolveram-se diretamente com a importação do metal em questão. Essas teses, contudo, passaram a ser questionadas por alguns acadêmicos em meados dos anos 1990, o que levou à publicação em 2005 da obra “*Another look at silver imports into China*”, de William Atwell. Atwell descreveu ainda na década de 1980 um acentuado declínio nas importações de prata para a China durante o final dos anos 1630 e início dos anos 1640, que teria sido um importante fator para o declínio da dinastia Ming poucos anos depois (ATWELL, 2005, p. 467). Essa queda, segundo o autor, teve origens em diversas circunstâncias, incluindo a piora das relações entre chineses e espanhóis de Manila, as tentativas desesperadas do governo central em contornar as crises políticas e econômicas da época com o aumento de impostos e a própria ascensão do xogunato Tokugawa no Japão, que modificou as relações marítimas na região com a expulsão dos portugueses de seu arquipélago e com o isolamento do país nos séculos seguintes.

Nesse contexto de debate acadêmico, responderam ao professor Atwell diversos pesquisadores que chegaram a conclusões diferentes e até mesmo antagônicas. Alguns desses acadêmicos foram Brian Moloughney, Wenzhong Xia e Jack A. Goldstone, que argumentaram que o declínio das importações de prata não teria sido tão acentuado como fora sugerido anteriormente e que a economia chinesa ainda era suficientemente diversa para não colapsar completamente em função desse fator em particular. A essas colocações, Atwell replicou afirmando que tais pesquisas se basearam em fontes pouco confiáveis ou que equívocos foram cometidos - como o uso de informações relativas ao Japão e não à China. Duas décadas depois, o autor então reafirmou sua tese, embora concordando que outros fatores teriam, de fato, sido mais importantes para a queda dos Ming (ATWELL, 2005, p. 483).

Nesse sentido, houve, de fato, alguns acontecimentos posteriores à Guerra Imjin que certamente agravaram a situação dos Ming, ainda que estes não tenham necessariamente uma relação direta com o conflito e tampouco sejam consequência direta do seu modo de governar. Um desses infortúnios foi o que os climatologistas chamam de “Pequena Idade do Gelo”, um período de resfriamento cujas datas de início e fim ainda são discutidas¹³. O clima frio e seco incomum teria encurtado as colheitas na China do século XVII, gerando fomes - principalmente na região norte - e, conseqüentemente, miséria. Atualmente, a Pequena Idade do Gelo é mais citada como uma das principais circunstâncias envolvendo a queda da dinastia Ming do que a atuação predatória de navegantes europeus na exportação e na importação de prata, por exemplo.

Durante esse mesmo período, os chineses ainda teriam sofrido com graves epidemias que tornaram ainda mais difícil a conjuntura interna (SPENCE, 1990, p. 22). De acordo com as fontes produzidas na época, uma praga teria afligido o império na década de 1640 e dizimado um número alarmantemente elevado de pessoas. A exata natureza e causa dessa enfermidade não pode ser completamente descrita, mas os escritos da época indicam sintomas como diarreia, febre intermitente e inchaço dos linfonodos (SPENCE, 1990, p. 24). No que diz respeito à sua origem, uma tese comumente aceita é a da migração de microrganismos em função dos manchus que passaram a protagonizar invasões no território chinês. Eles eventualmente ascenderam ao trono em 1644, dando início à dinastia Qing, a última do período imperial da China.

Nesse contexto, o papel da Europa - e em particular dos portugueses - na queda da dinastia Ming de forma alguma deve ser superestimado. Ainda que a atuação dos viajantes no comércio de prata tenha sido levantada por alguns historiadores, o declínio dos Ming parece estar mais associado a conflitos e problemas que jamais envolveram agentes europeus. Pode-se considerar ainda que, mesmo com todos os fatores que prejudicaram seu governo na época, os Ming jamais abriram mão de sua soberania sobre os territórios em que lusitanos se fizeram presentes, demonstrando sua notável resiliência mesmo em períodos de crise.

As origens das relações desiguais entre potências ocidentais e o continente asiático que se formaram na contemporaneidade foram comumente traçadas ao século XV, principalmente durante a primeira metade do século XX. Historiadores como K. Panikkar defenderam a tese de que as atividades protagonizadas por portugueses, espanhóis e holandeses já em meados de

¹³ Por convenção, normalmente se atribui o início da Pequena Idade do Gelo ao século XVI e o fim ao século XIX. No entanto, alguns estudiosos defendem que o fenômeno teria origem já no século XIV.

1600 contribuíram para as crises no século seguinte que abalaram vários dos territórios em que viajantes europeus estabeleceram contato, incluindo a China. Essas teorias, contudo, passaram a ser questionadas com cada vez mais frequência, e autores como Jürgen Osterhammel argumentam que a balança comercial entre Ocidente e Oriente sofreu uma inversão a favor dos ocidentais apenas em meados do século XIX, quando o imperialismo europeu atingiu seu ápice na Ásia.

É possível afirmar de modo suficientemente razoável, nesse sentido, que os portugueses tenham se beneficiado de algumas circunstâncias que facilitaram a sua permanência em Macau, sendo a corrupção entre funcionários públicos um importante elemento nesse contexto marcado por incidentes diplomáticos. Quando as relações com a China chegaram a um patamar crítico e completamente desfavorável para Portugal, foram os subornos que mantiveram comerciantes europeus em cidades costeiras da China e que viabilizaram algum tipo de intercâmbio econômico. No entanto, de forma geral é improvável que os lusitanos tenham contribuído significativamente para as turbulências que resultaram na queda dos Ming e na ascensão dos Qing em 1644, sendo fatores completamente externos a eles - a exemplo da Guerra Imjin - muito mais determinantes nesse processo.

Os portugueses também tiveram um papel interessante como intermediários comerciais entre China e Japão, apesar dos incidentes diplomáticos ocorridos nas primeiras décadas de contato. Sob as políticas *Haijin*, os lusitanos acabaram contribuindo para que a China continuasse integrada no comércio marítimo mundial, junto com contrabandistas chineses. Eles passaram a adquirir produtos em Cantão e os revendiam no arquipélago nipônico por preços que ocasionalmente eram maiores do que o dobro ou até mesmo o triplo de seu valor original¹⁴.

Em última análise, a concentração dos portugueses na cidade de Macau no ano de 1557 foi benéfica para os chineses de duas formas. A primeira volta-se ao fato de que se tornava mais fácil do ponto de vista administrativo controlar a presença estrangeira em um único local. Até o direito à permanência em Macau, comerciantes lusitanos espalhavam-se em diferentes cidades costeiras, dificultando a fiscalização desse intercâmbio que ocorria muito em função da corrupção de funcionários públicos. Em outras palavras, a partir do momento em que se percebeu que seria impossível eliminar completamente a atividade desses viajantes vindos de longe, a concentração em um ponto específico tornou-se a opção mais vantajosa.

A segunda refere-se à manutenção das relações comerciais com outros territórios através do Mar da China, particularmente relevante para manter o Império Chinês conectado

¹⁴ Mais detalhes serão comentados no capítulo seguinte.

economicamente e politicamente com outros reinos. Ainda que exista certa controvérsia no que diz respeito às instabilidades econômicas causadas pela movimentação da prata em ritmos e volumes anormais, o - quase - completo isolacionismo poderia ter prejudicado ainda mais a economia das cidades costeiras que dependiam mais do comércio marítimo do que os centros urbanos próximos da capital e de outros centros administrativos.

2.3 - Japão: crise sucessória e o Sengoku Jidai

Os portugueses estavam interessados pela China desde a década de 1510, quando foram enviadas as primeiras missões diplomáticas ao Reino do Meio. No entanto, mais de uma década antes do que poderia ser considerado o seu triunfo mais significativo em Macau no ano de 1557, as interações com os japoneses já se demonstraram muito mais proveitosas na perspectiva dos lusitanos viajantes. Quando os lusitanos chegaram por acidente à ilha de Tanegashima em 1543, o Japão atravessava um conturbado período de intensas guerras civis e instabilidades políticas, o *Sengoku Jidai*¹⁵. Mas para entender o *Sengoku Jidai* em sua total complexidade, é preciso retroceder cronologicamente mais de um século, quando o xogum Ashikaga Yoshinori foi abruptamente assassinado no ano de 1441 pelo *daimyō* Akamatsu Noriyasu.

O sucessor de Yoshinori deveria ser o próprio filho, Ashikaga Yoshikatsu, que acabou morrendo ainda criança pouco tempo depois de assumir tal responsabilidade. Por conta do vácuo de poder, seu irmão - Ashikaga Yoshimasa - acabou o sucedendo, com apenas sete anos de idade quando ascendeu ao xogunato em 1443. Até atingir a maioridade, seu governo foi amplamente dominado pelas figuras adultas que lhe eram próximas, como a sua ama de leite e os familiares de sua esposa (FARRIS, 2009 p. 164). Mesmo ao chegar à idade adulta, o novo xogum ainda dependia demais do aconselhamento de terceiros, o que contribuiu para a elevação de instabilidades políticas. Sobre essa questão, afirma-se que:

Começando em 1454, o *bakufu* foi destruído por uma série de disputas de sucessão entre importantes famílias de *daimyō* aliados. Yoshimasa tentou atender às várias reivindicações, mas os conflitos políticos dentro do governo e entre esses senhores da guerra apenas pioraram. Em 1465, a contenda entre as famílias dos *daimyō* atingiu a própria casa do xogum, onde apareceram dois pretendentes à sucessão. As famílias dos *daimyō* tomaram partido e Yoshimasa tentou resolver o conflito, mas hesitou. A indecisão de Yoshimasa acabou resultando em vários senhores da guerra enviando exércitos para Kyoto, e violência contínua estourou na capital (FARRIS, 2009, p.164).

A esse conflito, que iniciou em 1467 e se encerrou dez anos depois, em 1477, deu-se o nome “Guerra de Ōnin”. Para muitos, o embate teria sido o marco inicial do *Sengoku Jidai*, já

¹⁵ Em tradução livre, "Período dos Estados Beligerantes".

que sucessivas guerras civis voltariam a eclodir em um longo intervalo de 148 anos. Seu estopim é comumente atribuído a uma disputa sucessória, mas seu significado e implicações podem ser lidas de maneira muito mais profunda: segundo Souryi, “o assassinato do xogum é o evento que simboliza a crise reinante nas relações de vassalo dentro da classe guerreira” (SOURYI, 2013, p. 272). A partir desse momento, ficou evidente que os clãs governantes já não controlavam de forma tão efetiva suas jurisdições, e que as rivalidades floresceram em um contexto marcado pela falta de controle de um xogunato que se encontrava fragilizado nas mãos de crianças incapazes de mediar as relações entre os samurais.

Na década da Guerra de Ōnin, homens armados entraram em combate sucessivas vezes na capital, Kyoto, onde guerrilhas procuravam operar de maneira rápida e furtiva. O rastro de destruição foi avassalador, atingindo inclusive pequenas lojas, templos e santuários religiosos, que eram saqueados e queimados conforme as tropas avançavam no território. A população civil também foi afetada, já que a guerra influenciou negativamente o comércio e muitos se viram obrigados a deixar a cidade para conseguir comida e abrigo. O conflito se encaminhou para o seu fim em 1473, quando os principais comandantes morreram e Yoshimasa finalmente definiu o seu herdeiro; nos anos seguintes, os combatentes que restaram se encontraram em uma situação de impasse até desistirem e voltarem para suas casas em 1477 (FARRIS, 2009, p. 165).

No entanto, os conflitos entre lideranças políticas sozinhos não são suficientes para explicar o período de instabilidades que caracterizou o Japão da época. Antes da eclosão da Guerra de Ōnin, o arquipélago nipônico passou por uma fase de substancial crescimento econômico: comerciantes urbanos enriqueceram e a mobilidade social aumentou consideravelmente. Em contrapartida, camponeses provincianos empobreceram, muito em função do acúmulo de dívidas envolvendo a introdução demasiadamente rápida de uma economia monetária e da ação de camadas abastadas urbanas que influenciavam o comércio jogando com os preços e criando tensões artificiais (SOURYI, 2013, p. 264). Como resultado, o descontentamento das camadas rurais japonesas - especialmente daquelas que viviam em províncias próximas à capital - foi crescendo ao longo do século XV.

Infere-se, portanto, que as origens das sucessivas guerras civis que ocorreram em solo japonês ao longo dos séculos seguintes não têm exclusividade nas rivalidades entre os poderosos clãs que controlavam diferentes províncias e entre as principais lideranças políticas que representavam o governo da época. O crescimento das contradições econômicas envolvendo camadas urbanas de comerciantes e rurais de camponeses também contribuiu para

o clima de instabilidade que acabou resultando nos confrontos que caracterizaram boa parte da história do Japão feudal e pré-moderno¹⁶.

As insurreições envolvendo as camadas rurais inclusive antecederam as origens da Guerra de Ōnin: em 1418 e em 1426, trabalhadores rurais como transportadores de mercadorias e locatários de cavalos iniciaram uma revolta em função da especulação sobre o preço do arroz e da conseqüente escassez de alimentos (SOURYI, 2013, p. 265). O movimento rapidamente se espalhou e atingiu o campesinato, eventualmente chegando à capital e assustando as classes dominantes da época, que se viram obrigadas a ceder no que dizia respeito às dívidas acumuladas pela população (SOURYI, 2013, p. 266). Tal evento não apenas foi considerado uma excentricidade como também foi importante para os envolvidos que viram seu potencial para exigir demandas. Tanto que logo na década seguinte, os protestos foram constantes - particularmente na região do Kinai¹⁷ -, tendo se repetido em 1431, 1432, 1433, 1434 e mais uma vez em 1441, logo após a morte de Yoshinori. Pressionadas, as autoridades que representavam o xogum se viram obrigadas a reverter as vendas de terras realizadas há menos de vinte anos, a devolver todos os bens penhorados e a eliminar as dívidas em dinheiro (SOURYI, 2013, p. 266-267).

Depois das revoltas e principalmente da Guerra de Ōnin, a reconstrução da capital demonstrou-se particularmente difícil. Apesar de certa resiliência do xogunato Ashikaga e do esforço da população em reconstruir suas lojas e suas residências, incêndios viriam a agredir mais uma vez a cidade nos anos de 1494 e 1500 (FARRIS, 2009, p. 165). Além disso, a sobrevivência do xogunato não foi suficiente para contornar a sua permanente perda de poder: no final do século XV em diante, os *kokujin*¹⁸ passaram a boicotar a arrecadação de impostos para o governo central e as batalhas envolvendo disputas de sucessão.

A Guerra de Ōnin pode ter se encerrado em 1477, mas ela foi apenas o início de uma série de conflitos que voltariam a ocorrer ao longo de todo o século XVI no Japão. Seguindo o declínio do xogunato Muromachi, poderosos clãs que controlavam diferentes províncias do arquipélago nipônico passaram a lutar entre si pela hegemonia do território, como o clã Hojo,

¹⁶ As “eras” do Japão seguem um padrão diferente daquele atribuído à história europeia. A fase feudal corresponde ao início do período Kamakura (1185) até o final do período Azuchi-Momoyama (1600). Já a sua fase pré-moderna compreende o longo período Edo (1600-1868).

¹⁷ Em tradução livre: “Região Capital”. Trata-se de uma divisão antiga relativa às províncias que ficavam próximas às capitais Nara e Heian-kyō (atual Kyoto).

¹⁸ “*Kokujin*”, ou “homens da província”, formavam uma classe de funcionários enviados pelo próprio governo central para supervisionar as províncias japonesas. Eles gradualmente foram perdendo sua relevância durante o xogunato Ashikaga até serem suplantados pelos “*shugo*”, cujo estatuto foi fundamental para o surgimento dos *daimyō*, já que, com o passar dos anos - especialmente durante o século XV -, eles começaram a adquirir as terras propriamente ditas ao invés de simplesmente as administrar.

o clã Imagawa, o clã Mori, o clã Takeda, e por fim - mas não menos importante -, o clã Uesugi. Cada uma dessas linhagens contava com um grau considerável de influência local e um número expressivo de guerreiros e riquezas ao seu dispor.

Na época, os europeus tinham pouquíssimo contato ou relatos sobre a Ásia ou sobre o Japão, e vice-versa. Destaca-se aqui a publicação de “As Viagens de Marco Polo” entre os anos de 1298 e 1299 por Rusticiano de Pisa, que teria escutado e registrado os relatos do explorador veneziano Marco Polo, que, embora não tenha sido o primeiro europeu a chegar à China, foi pioneiro em descrever de maneira suficientemente detalhada as suas experiências. É difícil afirmar o quão influente foi a obra de Rusticiano ou os relatos de Marco Polo para Portugal em particular; um dos poucos relatos que se conhecem a respeito do contato de portugueses com os escritos de Marco Polo seria a ocasião em que o primeiro Duque de Coimbra - Pedro de Portugal - teria trazido de Veneza uma cópia do livro com um mapa em 1428 (BOXER, 1961, p. 1). De qualquer forma, é possível afirmar com certeza que, a partir dela, um leitor jamais teria condições para imaginar a gigantesca dimensão dos conflitos internos que estavam ocorrendo no Japão durante a chegada dos primeiros europeus no arquipélago nipônico depois de Marco Polo.

O *Sengoku Jidai* é normalmente lido como um dos períodos mais conturbados e violentos da história do Japão, marcado por golpes de Estado, traições e insurreições truculentas. Nos anos seguintes ao fim da Guerra de Ōnin, o Japão observou o fortalecimento dos *Ikkō-ikki* - camponeses, monges, sacerdotes e nobres locais que se rebelavam contra os *daimyō* e seguiam a linha budista do *Jōdo Shinshū*¹⁹ (OTANI, 1968, p. 609). Os *Ikkō-ikki* organizavam-se em multidões e tiveram uma importante conquista na Rebelião de Kaga, quando a facção conseguiu retirar o poder do clã Togashi, que se encontrava em disputa interna, sobre a província de Kaga - atual Ishikawa - em 1488. Os *Ikkō-ikki* então se consolidaram como uma importante força política no contexto do *Sengoku Jidai*, pelo menos até a sua derrota na década de 1580. Eles atraíram a fúria de muitas figuras importantes de seu período, incluindo *daimyō* especialmente influentes como Oda Nobunaga e Tokugawa Ieyasu, que inclusive teve uma importante vitória contra a seita na Batalha de Azukizaka em 1564 (TURNBULL, 1998, p. 216). No final das contas, os *Ikkō-ikki* eram considerados uma anomalia; uma inversão da ordem social e uma ameaça à - já precária - estabilidade política daquela era.

¹⁹ *Jōdo Shinshū*, Budismo Shin ou Verdadeira Terra Pura é uma vertente do Amidismo fundada pelo monge Shinran Shonin. Uma característica particularmente distinta do *Jōdo Shinshū* é sua menor ênfase em práticas esotéricas ou rituais no sentido de atingir estados mentais mais elevados.

Outro evento de notável repercussão foi o golpe de estado protagonizado por Hosokawa Masamoto contra o xogum Ashikaga Yoshitane. O golpe tem origem no ano de 1489, quando o xogum Ashikaga Yoshihisa morreu sem deixar filhos. Seu sucessor deveria ser Ashikaga Yoshitane - filho de Ashikaga Yoshimi -, mas Hosokawa Masamoto e outros *daimyō* se opuseram à escolha e trabalharam para colocar Ashikaga Yoshizumi no seu lugar. Apesar da oposição, Yoshitane foi formalmente apontado como o décimo xogum do Xogunato Ashikaga.

O problema na ascensão de Yoshitane na perspectiva de Masamoto - além do significativo fato de seu apoio a um rival - residia na proximidade de Yoshitane com Hatakeyama Masanaga (BERRY, 1997, p. 51). Masanaga e Masamoto disputavam pelo posto de *kanrei*²⁰, que durante boa parte do período Muromachi alternou entre representantes dos clãs Hosokawa e Hatakeyama. Em 1493, Masamoto então atacou a província de Yamashiro - sede do xogunato - e numa demonstração de força e brutalidade conseguiu destruir as residências de seus oponentes e aprisionar o xogum. Ashikaga Yoshizumi então ascendeu ao posto de seu antecessor como um fantoche nas mãos de Masamoto, agravando as disputas internas entre os Ashikaga e entre diferentes *daimyō* que não apoiaram a deposição de Yoshitane.

Essa vitória, no entanto, jamais representou o fim dos problemas para os Hosokawa. Na verdade, a morte de Hosokawa Masamoto trouxe uma crise sucessória para o clã, que desencadeou a Guerra Ryo-Hosokawa. Masamoto faleceu sem deixar nenhum herdeiro direto - ele não havia se casado e corriam rumores de que ele seria homossexual -, apenas um jovem adotado da família Kujō que passou a se chamar Hosokawa Sumiyuki sob sua tutela. Sumiyuki não era particularmente popular entre os servos do clã, e, como resposta, Masamoto adotou uma segunda criança chamada Hosokawa Sumimoto. Em 1504, um dos servos de Sumimoto participou de uma conspiração contra Masamoto, que se acabou se provando bem sucedida em 1506 quando o forçaram a deixar a capital. Em 1507, Sumiyuki assassinou seu pai adotivo enquanto este tomava seu banho e expulsou seu irmão, forçando o xogum a reconhecê-lo como chefe do clã. Apenas um mês depois, Sumimoto contra-atacou com suas tropas e, sendo bem sucedido, forçou Sumiyuki ao suicídio. Isso não impediu, no entanto, que um apoiador de Sumimoto e herdeiro de outro ramo do clã, Hosokawa Takakuni, tomasse a capital para si logo no ano seguinte, em 1508.

²⁰ *Kanrei* era um posto de elevado status político e social no Japão da época, comumente entendido como uma espécie de ajudante ou assessor do xogum. De acordo com Berry (1997), mais do que as atribuições práticas envolvendo a posição, a questão da honra também é algo que deve ser considerado no que diz respeito às motivações dos conflitos entre Masanaga e Masamoto.

Takakuni tornou-se *kanrei* logo em seguida e exilou o xogum Yoshizumi, restaurando o poder de Yoshitane. No entanto, na medida em que a influência de Takakuni crescia, a de Yoshitane diminuía (GROSSBERG, 1976, p. 653), confirmando as tendências de declínio do xogunato Ashikaga. Yoshitane então fugiu da capital Kyoto no ano de 1521, sendo substituído por Yoshiharu, filho de Yoshizumi. Um destino semelhante esperava Takanuni em 1527, quando este fora expulso de Kyoto por Hosokawa Harumoto - filho de Sumimoto - e levado ao suicídio depois que suas tropas foram efetivamente derrotadas em batalha. Sua vingança seria executada através de seu filho, Hosokawa Ujitsuna, que montou um exército em 1543 e lutou diretamente contra as forças de Harumoto. Durante o embate, Yoshiharu foi forçado a renunciar de sua posição como xogum e deixou o cargo a seu filho mais velho, Ashikaga Yoshiteru, em 1546. Em 1549, o embate entre Ujitsuna e Harumoto finalmente teve um fim quando um dos servos de Harumoto, Miyoshi Nagayoshi²¹, traiu seu senhor. Em 1553, depois de ter tomado a capital e consolidado seu poder, Nagayoshi apontou Ujitsuna como *kanrei* (BERRY, 1997, p. 47). As atribuições de Ujitsuna, contudo, permaneceram restritas ao âmbito nominal, já que o controle de Kyoto estava efetivamente nas mãos de Nagayoshi.

Nesse contexto de conflitos constantes em território japonês, os portugueses acabam se tornando elementos importantes - ainda que não de forma intencional - no que diz respeito ao fim desse período de guerras no início da década de 1540. Depois de terem avançado sobre alguns territórios da Ásia Oriental, como Malaca em 1511, Macáçar em 1512 e Ternate em 1522, os lusitanos finalmente chegaram ao sul do Japão - mais especificamente na ilha de Tanegashima - no dia 23 de setembro de 1543, quando um junco chinês com dois viajantes europeus a bordo foi levado à força por uma tempestade ao Cabo de Kadokura. Esses homens de feições, vestimentas e trejeitos peculiares rapidamente chamaram a atenção da população e das lideranças locais, que cunharam o termo “*nanbansen*” - navio dos bárbaros do sul - para denominar a curiosa embarcação que havia atracado pelo acaso nas suas terras. Para intermediar a comunicação com os estrangeiros, o chefe da vila - Nishimura Oribenjojō - conversou por escrito em língua chinesa com um homem chamado Gohō, já que nenhum dos dois tinha domínio oral do idioma alheio (LIDIN, 2002, p. 1). Esse teria sido o primeiro contato entre portugueses e japoneses, marcando o início de um intercâmbio até então inédito tanto no contexto europeu quanto asiático.

O evento em questão foi registrado no texto conhecido como “*Teppōki*”, cuja autoria pode ser atribuída a Nanpo Bunshi, um estudioso confucionista e abade no Templo Dairyūji em

²¹ Nagayoshi também é conhecido pela leitura mais sínica de seu nome: Chōkei.

Satsuma. A obra é posterior aos acontecimentos envolvendo a chegada dos primeiros portugueses ao arquipélago nipônico, uma vez que Nanpo Bunshi teria nascido apenas em 1455, provavelmente utilizando relatos orais para narrar os fatos contemplados no documento em questão. Seu relatório foi escrito para Tanegashima Hisatoki, o décimo sexto lorde de Tanegashima:

Eles são comerciantes entre os bárbaros do sudoeste. Eles têm algum conhecimento da relação entre superior e inferior, mas, caso contrário, não sabem sobre propriedade. Portanto, quando bebem, não usam copos e, quando comem, usam os dedos e não os pauzinhos, como nós. Eles mostram seus sentimentos sem nenhum autocontrole e não conhecem o roteiro escrito e nem sabem como usá-lo. Esses comerciantes têm o hábito de perambular de um lugar para outro, trocando coisas que possuem por outras que não possuem. Eles não são muito estranhos e, ao mesmo tempo, são bastante inofensivos²².

Eventualmente, o *daimyō* Tanegashima Tokitaka foi informado a respeito da chegada dos viajantes portugueses - os “bárbaros do sul”. Eles, por sua vez, foram convidados a visitarem a sua residência no dia 26 de setembro, depois de terem conseguido em circunstâncias arriscadas levar o junco danificado ao porto de Akōgi para realizar reparos em melhores condições. Foi nessa ocasião que o senhor de terras teria entrado em contato pela primeira vez com um arcabuz e demonstrado interesse no potencial do artefato até então nunca visto em terras japonesas.

O *daimyō* permaneceu convicto de que o arcabuz era o elemento necessário para a reconquista da ilha de Yakushima, que fora tomada por forças rivais pouco tempo antes da chegada dos bárbaros do sul ao Japão. Os portugueses então ensinaram o jovem Tokitaka - que tinha apenas 15 anos na época - a utilizá-lo, tornando-o provavelmente o primeiro indivíduo japonês a atirar com um bacamarte. Subsequentemente ao evento em questão, o governante decidiu que a ilha de Tanegashima - rica em metais - deveria manufaturar nos meses seguintes arcabuzes a serem utilizados para as suas ambições pessoais. Se eles foram de fato usados para fins bélicos ou não é uma questão que permanece em aberto para a historiografia: no dia 27 de janeiro de 1544, Tokitaka teria invadido e, com sucesso, reconquistado Yakushima - sendo essa ocasião possivelmente a primeira em que um “*teppō*”²³ fora decisivo para o desfecho de uma guerra durante o *Sengoku Jidai*. Essa história é sustentada pela tradição oral e pelas representações literárias póstumas; no entanto, um registro escrito posterior chamado “*Tanegashima kafu*”, de *Kōzuma Takanao*, não menciona diretamente o uso de armas de fogo (LIDIN, 2002, p. 5), tornando dúbias as possíveis interpretações acerca da resolução da batalha.

²² Tradução feita pelo autor para fins de compreensão. As versões em inglês, que foi utilizada para leitura da fonte em questão, e em japonês podem ser encontradas em: LIDIN, Olof. *Tanegashima: the arrival of Europe in Japan*. Copenhagen: Nias Press, 2002.

²³ Nome que os japoneses deram ao arcabuz na época.

Não muito tempo depois, as notícias e rumores a respeito da arma de Tanegashima começaram a se espalhar pelo Japão inteiro, que eventualmente viria a se mobilizar intensamente na produção dos arcabuzes. Alguns dos primeiros contatos com comerciantes também foram registrados no *Teppōki*; um desses indivíduos teria sido Tachibanaya Matasaburō, da cidade de Sakai, que, depois de aprender a usar a arma, levou-a para a sua casa. Contudo, teorias sobre a difusão das armas de fogo no Japão a partir desse momento tendem a divergir e se diversificar: ainda que a tese relativa ao pioneirismo de Tanegashima esteja apoiada numa série de fontes estudadas e comprovadas, alguns estudiosos trabalham com outros tipos de perspectivas menos ortodoxas. É possível, por exemplo, que outras províncias tenham entrado em contato com os arcabuzes sem o intermédio de Tanegashima, e que os piratas *wakō*²⁴ já tivessem adquirido prática com eles antes mesmo da chegada dos portugueses (LIDIN, 2002, p. 5). É plausível ainda que outros viajantes lusitanos tenham estabelecido comércio direto com outros *daimyō* e líderes de vilas pouco tempo depois de sua chegada acidental em Tanegashima, tornando menos direta a influência do acidente do dia 23 de setembro de 1543 no que tange à expansão do uso de bacamartes no arquipélago nipônico.

Um evento em particular que é bastante associado ao interesse de Tanegashima Tokitaka pelos arcabuzes europeus é o Cerco de Kajiki, ocorrido no ano de 1549 (TURNBULL, 1998, p. 212). Na ocasião, o *daimyō* Shimazu Takahisa, do clã Shimazu, cercou e capturou o castelo de Kajiki na província de Ōsumi, cujo território contempla a atual prefeitura de Kagoshima, no extremo sudoeste japonês. A iniciativa é comumente referenciada como uma das primeiras em que armas de fogo foram efetivamente utilizadas em batalha: durante o ataque, um vassalo de Takahisa chamado Ijuin Tadaaki teria atirado com uma arma de fogo providenciada pelo próprio Tanegashima Tokitaka. Graças ao cerco bem sucedido, Shimazu Takahisa conseguiu expandir sua influência sobre a ilha de Kyushu nos anos seguintes.

Ter noção da quantidade precisa de armas que os portugueses venderam aos japoneses até a fabricação delas em solo nipônico é uma tarefa quase quimérica, mas as fontes primárias da época contam com alguns registros do preço que se pagou por elas. Na obra “Peregrinação”, de Fernão Mendes Pinto, é mencionado que foi oferecida a quantia de 1000 taéis²⁵ para cada arcabuz. Já os textos japoneses, como o próprio *Teppōki*, não mencionam detalhes sobre a

²⁴ Os piratas *wakō* atacavam cidades costeiras da China e da Coreia desde meados do século XIII. A princípio os *wakō* eram principalmente *rōnin* - samurais que não serviam a um *daimyō* - e contrabandistas japoneses, mas eventualmente passaram a incorporar também indivíduos chineses.

²⁵ O “tael” (plural: “taéis”) era uma unidade de peso usada no Leste Asiático, principalmente na China, onde também tinha valor monetário. Desde 1959, foi estabelecido que um tael equivale a 50 gramas. A medida era comumente utilizada para quantificar ouro, prata e ervas medicinais.

compra dos bacamartes, mas é muito improvável que os viajantes europeus não tenham conseguido algum tipo de recompensa pela venda dos artefatos em questão.

O estabelecimento do comércio com o Japão abriu um leque de possibilidades muito maiores do que apenas a venda de arcabuzes: os europeus identificaram que havia uma grande demanda por mercadorias estrangeiras - em particular a seda chinesa que era muito apreciada na região (BOXER, 1961, p. 91). Um grande problema, no entanto, é que o governo chinês era bastante restritivo quanto à presença tanto dos portugueses como dos japoneses em seus portos, tornando muito mais difícil a aquisição dos tecidos chineses para o comércio ultramarino. Além disso, a temida e indesejada presença dos piratas *wakō* certamente atrapalhava a estabilidade das rotas que estavam sendo estabelecidas²⁶, sendo este fator particularmente importante no que tange à política de isolacionismo adotada pela dinastia Ming na China.

Mas se tomarmos como verídicos os relatos do *Teppōki* e outros textos japoneses semelhantes como o *Tanegashima kafu* ou o *Kunitomo Teppōki*, torna-se suficientemente plausível afirmar que, de fato, os portugueses acabaram se beneficiando da crise social que o Japão estava atravessando na época. Importantes senhores de terra se entusiasmaram com o potencial do uso das armas de fogo em batalha e rapidamente trataram de as adquirir dos próprios viajantes lusitanos, que, por sua vez, estabeleceram relações comerciais contínuas com os japoneses nos anos seguintes.

A difusão das armas de fogo no Japão inclusive teria contemplado figuras históricas de extrema relevância no processo de unificação japonesa, como Oda Nobunaga, que foi citado diretamente no *Kunitomo Teppōki*:

Posteriormente, no 18º ano de Tenbun, o Senhor Oda Nobunaga mostrou muito valor e um coração corajoso. Ele ouviu sobre o poder do *teppō*, que não havia uma montanha de ferro ou uma parede de ferro que não fosse destruída por ele, e ele ficou muito animado. Ele desejava saber sobre seu uso e aprender a atirar com ele²⁷.

Nobunaga foi um *daimyō* que ficou particularmente conhecido por suas conquistas militares e por sua brutalidade no contexto do Sengoku Jidai, ganhando a alcunha de “primeiro unificador do Japão” em função de suas conquistas. De acordo com o relato presente no *Kunitomo Teppōki*, ele teria entrado em contato com as armas de fogo no ano de 1549, quando ainda estava envolvido com oposições internas de seu próprio clã. Nos anos finais da década de 1550, Oda Nobunaga já teria eliminado praticamente todos os seus opositores e estaria realizando alianças com outros senhores de terra. Logo em seguida, em 1560, Nobunaga lutou

²⁶ Mais detalhes serão comentados no capítulo seguinte.

²⁷ Tradução feita pelo autor para fins de compreensão. As versões em inglês, que foi utilizada para leitura da fonte em questão, e em japonês podem ser encontradas em: LIDIN, Olof. *Tanegashima: the arrival of Europe in Japan*. Copenhagen: Nias Press, 2002.

na Batalha de Okehazama, quando conseguiu evitar a invasão de Owari pelo clã Imagawa e forjar uma improvável aliança com o clã Mastudaira - posterior clã Tokugawa -, antigo rival do clã Oda²⁸.

No que se refere ao uso dessas armas de fogo, a famosa Batalha de Nagashino é um embate em que a utilização dos bacamartes é comumente mencionada entre especialistas no tema. Em 16 de junho de 1575, na província de Mikawa, o Castelo de Nagashino, sob poder dos Tokugawa, foi atacado por soldados liderados por Takeda Katsuyori, do clã Takeda. No dia 28 de junho, Oda Nobunaga e Tokugawa Ieyasu enviaram cerca de 35000 homens para forçar o recuo de seu inimigo, sendo eventualmente bem sucedidos. Entre os homens de Nobunaga, estima-se que 10000 *ashigaru* portavam arcabuzes.

Depois de inúmeras investidas bélicas que acabaram se provando bem sucedidas, a campanha de unificação do Japão de Nobunaga teve um fim abrupto no ano de 1582, quando um de seus generais - Akechi Mitsuhide - iniciou uma rebelião em função de uma série de humilhações protagonizadas pelo seu próprio senhor que acabou resultando no seu *seppuku* forçado. Mas apenas dois dias depois do ocorrido, Mitsuhide sofreu um revés na Batalha de Yamazaki, que acabou consagrando Toyotomi Hideyoshi - outro general de Nobunaga - como o segundo unificador do Japão. Nos anos seguintes, as relações entre as principais figuras japonesas da época e os portugueses que chegavam naquele território se tornariam ainda mais estreitas, embora não necessariamente mais pacíficas.

De maneira geral, os aspectos anteriormente mencionados sobre a conjuntura política interna do Japão no período que antecedeu a chegada portuguesa ao arquipélago nipônico podem parecer em um primeiro momento pouco relacionados à proposta de uma escrita conectada sobre as relações sino-luso-japonesas; contudo, torna-se relevante os abordar na medida em que se evidencia o fato de que o clima de instabilidade generalizada parece ter facilitado, pelo menos em um primeiro momento, os primeiros contatos entre viajantes europeus e os *daimyō* interessados em seu arsenal bélico. Considerando esses antecedentes em questão, o capítulo seguinte abordará de forma mais direta o estabelecimento dessas conexões a partir da atuação de comerciantes que participaram de um intenso fluxo de mercadorias enquanto a rota comercial portuguesa entre a China e o Japão se manteve.

²⁸ Ver: LAMERS, Jeroen. *Japonius Tyrannus: The Japanese Warlord Oda Nobunaga Reconsidered*. Leiden: Brill Hotei, 2000.

3. A evolução das interações sociais entre portugueses, chineses e japoneses no contexto de intercâmbio comercial

3.1 – Contextualizando Macau e Nagasaki: geografia e crescimento populacional

Estabelecer um parâmetro de análise a respeito das cidades de Macau e Nagasaki antes da chegada dos primeiros europeus é uma tarefa consideravelmente difícil. As fontes primárias - quando disponíveis - relativas aos períodos pré-cristãos dessas regiões são de difícil acesso, e não existem muitas produções historiográficas que contemplem dois vilarejos considerados até então periféricos no contexto de seus respectivos reinos. Ainda assim, em função do crescente interesse sobre o Leste Asiático nas últimas décadas, uma pequena reflexão sobre o passado de Macau e Nagasaki para além da expansão ultramarina europeia se tornou não apenas possível como também necessária para contextualizar melhor o estabelecimento ocidental dos séculos XVI e XVII e, conseqüentemente, o momento em que ele se conecta com outros fenômenos históricos.

Antes da chegada dos portugueses, sabe-se que Macau era um vilarejo costeiro muito pequeno, localizado às margens - geograficamente, politicamente e economicamente - do Império Chinês. Parte do que hoje compõe seu território foi incorporada aos domínios chineses durante o governo da dinastia Qin²⁹, que esteve no poder entre os anos de 221 e 206 a.C; nessa época, a região estava sob jurisdição do município de Panyu, localizado na prefeitura de Nanhai (MINAHAM, 2014, p. 179). Durante o reinado da dinastia Jin, correspondente ao período de 266 a 420 d.C, sua administração foi transferida à prefeitura de Dongguan, eventualmente alternando entre as prefeituras de Nanhai e Dongguan nas dinastias seguintes. Fora isso, infelizmente poucas informações foram destacadas pela historiografia especializada.

Primordialmente, Macau servia como refúgio a mercadores de Cantão e do Sudeste Asiático, que chegavam ao vilarejo em busca de segurança, comida e água fresca. Durante o governo da dinastia Song - de 960 a 1279 -, a jurisdição de Macau foi finalmente concedida ao município de Xiangshan, responsável por sua administração quando os portugueses então chegaram ao vilarejo. Os primeiros macaenses teriam sido imigrantes refugiados das invasões mongóis do século XIII (MINAHAM, 2014, p. 274), que compuseram uma estimativa de 50000 indivíduos por volta de 1277. Acredita-se que no ano de 1557, quando foi concedido o direito

²⁹ Foi durante o governo da dinastia Qin que fora utilizado pela primeira vez o termo “imperador” para designar um líder dinástico. A primeira utilização conhecida remonta à ascensão de seu fundador, Qin Shin Huang, que governou entre 221 e 210 a.C.

à permanência aos lusitanos, uma quantia bastante diminuta de 400 habitantes morava no vilarejo macaense, possivelmente indicando que a maior parte dos refugiados do século XIII não se tornou moradora permanente da região.

A população de Macau teria crescido rapidamente nos anos seguintes: por volta de 1563 já eram 5000 indivíduos macaenses, sendo destes 4100 chineses e 900 portugueses (HUANG; DENG, 1988, p. 25-26). Já em 1578, a população de Macau beirava os 10000 habitantes, duplicando ou até mesmo quadruplicando a respectiva estimativa em 1640. A proporção de portugueses em relação aos chineses, no entanto, manteve-se constantemente diminuta quando comparada aos indivíduos de ascendência chinesa: de 26000 habitantes, apenas 1200 seriam lusitanos (PORTER, 1996, p. 19). Essa disparidade entre chineses e portugueses em Macau teria permanecido praticamente durante todo o período em que a cidade esteve sob domínio português; até o final do século XX, quando Macau foi plenamente integrada aos domínios da República Popular da China, descendentes lusitanos ainda eram minoria.

As tendências de rápido crescimento demográfico também puderam ser observadas no Japão do mesmo período. Nagasaki contava com cerca de 5000 habitantes por volta de 1590 e 15000 habitantes apenas dez anos depois, praticamente triplicando as estimativas demográficas anteriores (COSTA, 1993, p. 40). Na época, fora destacada por testemunhas uma expressiva presença de crianças na cidade, que também acabava a destacando em relação a outros centros urbanos japoneses. Segundo Luís Fróis - missionário português que viveu por mais de três décadas no Japão -, a causa para esse fenômeno em particular pode ser atribuída à implementação do Código Civil e do Código Penal adaptados da lei romana e, portanto, distintos das leis tradicionais japonesas. Com as leis mais próximas aos moldes europeus, os castigos físicos e, em especial, o infanticídio tornaram-se práticas menos comuns em comparação a outras regiões do Japão (FRÓIS, 1976, p. 123). Por se tratar de um registro português contemporâneo ao período em questão, no entanto, tais relatos devem ser analisados com ressalvas, dada a grande possibilidade de conter alguns exageros ou até mesmo certas distorções para destacar a presença lusitana e missionária de maneira mais positiva.

Com a presença portuguesa, Nagasaki foi adquirindo com o passar dos anos características bastante peculiares, que acabaram a diferenciando de outras cidades japonesas do mesmo período, como Osaka, Quioto e a capital Edo - atual Tóquio. Uma dessas diferenças com outros centros urbanos nipônicos é a própria forma como a cidade foi construída e se desenvolvendo: ao invés da tradicional planta ortogonal com inspirações chinesas, Nagasaki foi projetada a partir de um centro em que se localizavam algumas das edificações mais importantes

- como a igreja, a Câmara Municipal e a Misericórdia -, que não contavam com as fortificações típicas das possessões portuguesas na Ásia (COSTA, 1993, p. 40). Isso teria resultado em uma mistura de elementos orientais e ocidentais muito particular da região, que paulatinamente foi deixando de ser um pequeno vilarejo e passando a se tornar o principal ponto de recepção de embarcações estrangeiras no Japão, com forte comércio local e com participação cada vez mais intensa de oficiais do governo que atuavam na proteção do território - estimulada pela política de isolamento adotada a partir da segunda metade do século XVII - e na arrecadação de impostos. Infelizmente, boa parte dos registros arquitetônicos dessa época se perderam com um grande incêndio no ano de 1663.

Interessantemente, a centralização da cidade em instituições como a Câmara Municipal e a Misericórdia aproximava Nagasaki de vários outros centros urbanos e administrativos lusitanos pelo ultramar. O célebre historiador britânico Charles Boxer, talvez com certo grau de exagero, chegou a declará-las como “os pilares gêmeos” do Império Português, uma vez que seriam elas as responsáveis por garantir uma continuidade através do ultramar que bispos, magistrados e governadores simplesmente não podiam assegurar (BOXER, 2017, p. 267-286). De acordo com essa linha de interpretação, a existência das misericórdias e das câmaras municipais davam ao império certa homogeneidade, dada sua função na consolidação de poderes locais, na garantia do sistema de assistência pública e na moralização das comunidades³⁰. Nesse contexto, durante os breves seis anos em que Nagasaki fora administrada diretamente pelos europeus, os portugueses aparentemente tentaram emular a experiência de outras cidades que já estavam em seus domínios; e, considerando as particularidades de Nagasaki, é provável que as expectativas portuguesas em relação ao porto japonês fossem semelhantes às de Macau: um certo grau de autonomia administrativa sob condição do pagamento de impostos anuais como tributo às autoridades locais.

Mas considerando todos os dados discutidos anteriormente, como explicar o rápido crescimento demográfico das cidades de Macau e Nagasaki sob administração portuguesa? Buscando responder a pergunta em questão, atenta-se especialmente ao intenso fluxo de pessoas pelo Império Português, um fenômeno que, do ponto de vista administrativo, tornou-se necessário para sua sobrevivência.

Diferente de seus vizinhos espanhóis, que já contavam com estimativas demográficas que beiravam os quinze milhões de habitantes, a população portuguesa estava estimada em

³⁰ Ver: ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos 'lugares de além-mar' na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 591-611, dez. 2001.

torno de um milhão de pessoas no período de início das viagens pelo ultramar. Adicionando-se às complicações operacionais relativas aos recursos humanos, muitos viajantes acabavam morrendo durante a viagem - devido às condições precárias de higiene e de suprimentos - ou quando chegavam em terra firme, em função de doenças³¹ ou da hostilidade das populações nativas.

Buscando contornar as limitações humanas das viagens ultramarinas, Portugal adotou algumas estratégias para viabilizar as suas explorações através dos oceanos. Cada navio que chegava a Macau transportava, além de toneladas das mais variadas mercadorias, entre 500 e 600 indivíduos (HUANG; DENG, 1988, p. 25-26) anualmente. Muitos dos tripulantes desses navios não eram portugueses, mas habitantes das diferentes regiões em que Portugal se fez presente no auge da sua expansão ultramarina. Em Cantão, por exemplo, havia uma quantidade considerável de navegantes chineses, que eventualmente auxiliavam os viajantes europeus. É bastante plausível afirmar que sem a participação desses indivíduos em diferentes possessões, o pequeno Reino de Portugal simplesmente não contaria com os recursos humanos necessários para efetivar as ocupações e consolidar sua presença nos continentes.

No que se refere à economia dessas cidades antes da chegada dos portugueses, a escassez de fontes e de informações até o momento infelizmente dificulta uma análise mais aprofundada. Como mencionado anteriormente, a cidade de Macau era majoritariamente habitada por pescadores, que migraram das províncias de Cantão e de Fuquiém durante os primeiros anos de governo da dinastia Ming. Afirma-se também que representantes do povo Hoklo³² já manifestavam interesse no desenvolvimento do comércio marítimo na região, possivelmente protagonizando alguns intercâmbios comerciais com outras regiões da China e do Sudeste Asiático através dos mares (HUANG; DENG, 1988, p. 25-26). De qualquer forma, tudo indica que Macau sempre esteve às periferias do Império Chinês, jamais ocupando a mesma posição política e econômica de outros centros urbanos, como Pequim ou Xiam.

Nagasaki pré-cristã é ainda mais misteriosa no que diz respeito aos registros históricos e aos estudos mais especializados de seu passado anterior aos portugueses. Suas origens remontam ao reinado do 12º imperador do Japão - Keiko -, que teria governado o arquipélago nipônico entre 71 e 130 d.C (GUNN, 2018, p. 47). Sabe-se ainda que o pequeno vilarejo teria

³¹ Durante a viagem, o escorbuto vitimou uma expressiva parcela de navegantes que cruzavam os oceanos. Em terra firme, doenças tropicais como a Malária também eram responsáveis por grandes perdas.

³² Os Hoklo fazem parte da etnia Han - majoritária na China - e concentram-se no sul da província de Fuquiém. Eles são conhecidos por fazerem uso da língua hokkien, que contempla um grupo de dialetos mutualmente inteligíveis utilizados por alguns habitantes do Sudeste Asiático e por chineses que se dedicam às atividades marítimas.

passado por vários nomes ao longo de sua obscura história, incluindo Fukaye no Ura, Nigitatsu e Tama no Ura (GUNN, 2018, p. 47). Ele teria recebido a visita da imperatriz lendária Jingu - 201 a 269 d.C - durante a sua expedição contra a Coréia e do herdeiro do reino de Kudara³³ durante o quinto ano de reinado da imperatriz Suiko (GUNN, 2018, p. 48), que governou o Japão entre os anos de 592 a 628 d.C. Durante o reinado do imperador Takakura - 1168 a 1180 d.C -, Norimono Chiunagon do renomado clã Taira teria incorporado Fukaye no Ura aos seus domínios, que passou a fazer parte dos quarenta e oito vilarejos de Ōmura do distrito de Sonogi. Já na era Bunji³⁴, Fukaye no Ura foi transferida de Minamoto no Yoritomo - primeiro xogum do Período Kamakura - a Nagasaki Kotaro, que possivelmente deu o nome com o qual a cidade passaria a ser identificada pela posterioridade (GUNN, 2018, p. 48).

Na época em questão, Fukaye era uma região bastante empobrecida. Seus habitantes eram majoritariamente pescadores e fabricantes de sal (GUNN, 2018, p. 48), distantes da corte e dos principais centros urbanos da época. Sua economia inexpressiva em grande parte explica por que não existem muitos registros antes da chegada dos portugueses: antes de se tornar um dos principais portos que operavam em torno do comércio marítimo, simplesmente não haviam fatores que destacavam economicamente ou até mesmo politicamente o pequeno vilarejo localizado no extremo sudoeste japonês.

As dimensões geográficas dos territórios de Macau e Nagasaki também não foram tratadas com muita precisão pelas fontes históricas. No que se refere à cidade de Macau, por exemplo, os limites territoriais da região controlada pelos portugueses só passaram a ser tratados com maior prioridade a partir do século XIX, ainda que já houvesse uma incipiente produção cartográfica anterior ao período em questão. De acordo com mapas do início do século XX, Macau tinha apenas 11,6 km², distribuídos pela Península de Macau - incluindo a Ilha Verde, as ilhas da Taipa e Coloane. Em comparação, a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China tem atualmente uma área total de 28,6 km², que continua a crescer em função da implantação de novos terrenos na foz do Rio das Pérolas para obtenção de mais espaços de construção.

³³ Uma das divisões coreanas na época.

³⁴ O Japão até hoje conta com um meio de contagem do tempo chamado que se baseia na nomeação de eras chamado *gengō* ou *nengō*. Nesse sistema, o ano é identificado por uma combinação do nome dado à era e ao ano dentro desta era.

FIGURA 1 - MAPA DA CIDADE DE MACAU DO SÉCULO XVI



Fonte: OLIVEIRA, Francisco Roque (2006)

A autoria do mapa acima pode ser atribuída ao cartógrafo Godinho de Erédia, que teria incluído o esboço em um atlas-miscelânea que pertenceu à coleção de Carlos M. Machado Figueira. É possível que ele tenha sido desenhado entre os anos de 1615 e 1622, o que o tornaria uma das representações não-fantásticas mais antigas da cidade de Macau. Seu paradeiro atual, contudo, é desconhecido.

Apesar do seu aspecto rudimentar, existem algumas informações bastante valiosas que podem ser extraídas a partir de sua leitura. No que diz respeito à análise propriamente dita do mapa, é possível destacar que:

O traçado de Godinho de Erédia é pouco detalhado, tal como o confirma a ausência de casas de habitação na zona ocupada pelos europeus, as quais, mesmo que precárias, se sabe terem sido erigidas em grande número logo nas décadas de 1560 e 1570. Apesar disso, torna nítida a coexistência de uma cidade cristã e de uma cidade chinesa, separadas uma da outra, mas preenchendo toda a área entre a Praia Grande e a Praia Pequena. Regista ainda os perímetros murados da residência mandarinal e da cerca que os jesuítas fizeram levantar no monte de S. Paulo, a qual foi concluída por volta de 1606 e antecedeu a fortaleza do Monte [...]. Marca ainda as principais igrejas, ermidas e/ou baterias nos pontos elevados [...], tal como o sítio do templo chinês da Barra [...], encravado entre a Colina da Barra e o “sorgidoro”. Na margem Norte, entre um denso arvoredo e o istmo, marca ainda algumas casas, representando a aldeia chinesa de Wangxia (OLIVEIRA, Francisco Roque, 2006, *online*).

Um segundo mapa de Macau foi produzido pelos portugueses em 1635. Trata-se de uma planta da cidade desenhada por Barreto de Resende para uma das vias originais do “Livro das Fortalezas da Índia Oriental”, cuja autoria pode ser atribuída ao cronista António Bocarro. Trata-se de um desenho que serviu de modelo para inúmeras imagens do território divulgadas até ao século XIX, tanto europeias como chinesas, como pode ser observado.

FIGURA 2 - MAPA DA CIDADE DE MACAU (1635)



Fonte: OLIVEIRA, Francisco Roque (2006)

Quanto a uma análise cartográfica mais detalhada da imagem, é possível afirmar que:

Trata-se de uma vista à *vol d'oiseau*, num plano deslocado 90° para Oeste, que toma de frente o Porto Interior e tem o istmo e as Portas do Cerco [...] no canto inferior esquerdo. À semelhança das restantes 47 plantas que compõem este livro, o desenho de Macau não tem escala nem orientação. É também nítido que privilegia os pormenores do sistema defensivo em detrimento do edificado civil, em particular dos aldeamentos chineses situados fora das muralhas. Contudo, permite a leitura de uma cidade de casas modestas de planta rectangular, adaptadas à morfologia do terreno e agrupadas em núcleos, que sabemos corresponderem às principais zonas de ocupação ou eixos de crescimento que vinham do século XVI: Porto, S. António-Patane, Monte-Sé e Rua Central (Rua Direita)-Penha. As ruas são tortuosas, existem grandes terreiros adjacentes às igrejas, e a organização em lotes subentende um crescimento espontâneo, carente de planeamento prévio.. Além do destaque concedido às igrejas e fortificações [...], assinala Wangxia, entre arvoredos e campos de cultivo, e o que parece ser o templo chinês da Barra (OLIVEIRA, 2006, *online*).

Nagasaki, por sua vez, fazia parte dos quarenta e oito vilarejos de Ōmura do distrito de Sonogi. Assim como Macau, não se tratava de um território com área mapeada ou limites

geográficos muito bem definidos pelo menos até meados do século XIX, ainda que o século XVIII já tenha observado uma produção razoável de registros cartográficos, muito em função da presença holandesa no porto de Dejima. Para piorar a situação, no auge das guerras civis ocorridas durante o *Sengoku Jidai*, a ausência de fronteiras melhor definidas acabava fomentando o confronto de diferentes *daimyō* sobre a região, que acabava inserida no fogo cruzado das guerras. Parte dessa ausência de dados se deve também ao uso do sistema *kokudaka*³⁵ no Japão para determinar o valor da terra, ao invés de medidas de área mais tradicionalmente usadas no Ocidente.

Os portugueses então demonstraram certo interesse em produzir mapas do Japão enquanto se fizeram presentes na região. Semelhante ao mapa de Macau discutido anteriormente, não se tratam de desenhos particularmente precisos no que diz respeito à escala e aos traçados, mas certamente revelam detalhes interessantes sobre a cidade durante o período correspondente à segunda metade do século XVI e à primeira metade do século XVII. Assim sendo, alguns dos registros cartográficos mais antigos de Nagasaki são de sua autoria, como pode ser observado na figura abaixo.

FIGURA 3 - PORTO DE NAGASAKI, 1636



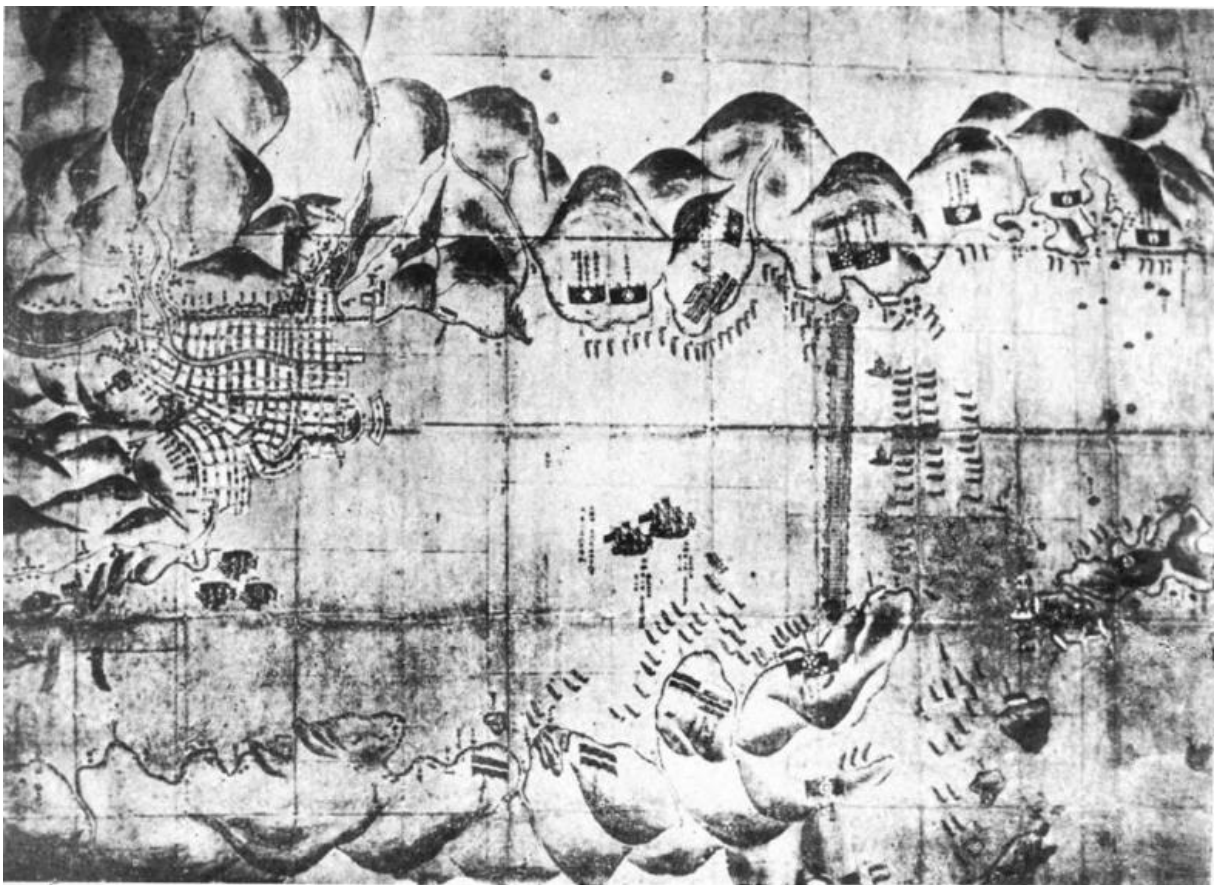
Fonte: BOXER, Charles (1968)

³⁵ No sistema *kokudaka*, o valor de uma terra era calculado em termos de *roku* - unidade de medida japonesa em que 3,6 *roku* equivalem a mais ou menos um metro cúbico - de arroz. Um *roku* era geralmente visto como uma quantia de arroz suficiente para alimentar uma pessoa durante um ano. Esse sistema era utilizado para fins de cobrança de impostos, que não eram cobrados de acordo com a quantidade de arroz colhida, mas conforme rendimento econômico total da terra em questão, com o valor de outras culturas e produtos convertidos ao seu valor equivalente em termos de arroz. O *kokudaka* é um dos fatores que diferenciam a economia japonesa da época do feudalismo ocidental, ainda que muitas vezes ela seja comparada com o modo de produção feudal.

A representação de Nagasaki acima teria sido produzida já no contexto de crise das relações entre portugueses e japoneses, apenas quatro anos antes da expulsão dos lusitanos do arquipélago nipônico. Em seu canto inferior esquerdo é possível identificar os locais onde os navios chegavam ao porto, assim como a organização atípica da cidade em comparação com outros centros urbanos japoneses. De maneira semelhante a outros registros cartográficos da época, o desenho não conta com orientação ou escala - aspectos técnicos considerados imprescindíveis nos dias de hoje, mas que não necessariamente eram tratados da mesma forma no período.

Nagasaki viria a ser novamente representada na visita de uma embaixada portuguesa em 1647. No ano em questão, as relações luso-japonesas já tinham se deteriorado a um ponto crítico, e a ausência de novos registros desse tipo deve-se muito à política de isolamento adotada pelo Japão. Assim sendo, o desenho abaixo é possivelmente uma das últimas representações de Nagasaki cuja autoria ainda pode ser atribuída aos lusitanos:

FIGURA 4 - PORTO DE NAGASAKI, 1647



Fonte: BOXER, Charles (1938)

Infelizmente a baixa resolução da imagem e o desgaste do registro original dificultam uma leitura mais detalhada; mas, ainda assim, é possível pontuar alguns aspectos pertinentes relativos à fonte em questão. Na parte superior à esquerda, nota-se mais uma vez a representação do porto que recebia os navios estrangeiros, cujo traçado se demonstra bastante remanescente da planta desenhada uma década antes. Os navios da parte central novamente atentam à falta de precisão no que diz respeito à escala cartográfica; e também não existe qualquer indicação de orientação.

No contexto de expulsão dos portugueses, Nagasaki passou por grandes transformações que mudaram permanentemente seu território. O porto expandiu-se em função do aumento populacional, e o vilarejo que até então tinha pouca relevância política ou econômica passou a receber um número mais elevado de funcionários públicos que se dedicavam à arrecadação de impostos e ao controle dos navios estrangeiros. Considerando este breve resumo sobre a evolução dos contatos entre europeus, chineses e japoneses, será analisado agora o estabelecimento das conexões entre China e Macau a partir de uma perspectiva cronológica.

3.2 - As Navegações no Litoral Chinês e a Chegada Acidental ao Japão (1511-1543)

Os primórdios das relações portuguesas com o Leste Asiático iniciam-se pouco tempo depois da expansão na Índia, onde lusitanos já estavam coletando informações sobre os diferentes povos que estavam localizados ao Oriente, especialmente o vasto e próspero Império Chinês. As primeiras tentativas de contato com a China, no entanto, se provaram muito mais difíceis do que os portugueses poderiam imaginar.

A imensidão do Império Chinês certamente contrastava com a simplicidade portuguesa da época. Apenas as condições de infraestrutura das cidades chinesas já contribuíram para o choque cultural, uma vez que:

O contraste entre as capitais impressionava tanto que alguns, com evidente exagero, chegaram a dizer que Lisboa, em se tratando das condições de saneamento, moradia e calçamento das ruas, não chegava aos pés de uma simples aldeia chinesa, muito menos de suas principais cidades (RAMOS, 2015, p. 141).

As disparidades também eram perceptíveis nos costumes da população em seu cotidiano, uma vez que se constatou uma ampla circulação de literatura incentivada pelo domínio e pela difusão das técnicas de tipografia, ao passo em que a maioria dos habitantes de Portugal da época ainda era incapaz de ler ou escrever com o mesmo nível de fluência. Durante esse processo de contato inicial, é possível afirmar que os chineses eram vistos pelos portugueses com um misto de admiração e arrogância (RAMOS, 2015, p. 142). Se por um lado

o nível cultural daquela sociedade era respeitado e até mesmo desejado, por outro, os lusitanos jamais perderam a convicção de que estava no seu destino dominar o mundo e que o contato com aquela civilização era apenas uma etapa para atingir a glória do Reino de Portugal.

Na perspectiva chinesa, as coisas eram muito diferentes. Aqueles homens estranhos e desajeitados que chegavam dos mares mal vestidos, bêbados e sujos eram recebidos como mendigos, que estavam à procura de riquezas em troca de mixarias sem grandes utilidades. Os chineses de um modo geral procuraram tratá-los em um primeiro momento com cordialidade, ainda que permanecessem compreensivelmente desconfiados das verdadeiras intenções desses visitantes. Em uma ocasião de impasse diplomático, o primeiro embaixador português que fora enviado até a China acabou sendo preso e espoliado dos bens e presentes que levava a mando do próprio imperador chinês (RAMOS, 2015, p. 142), provavelmente em função de deslizamentos de etiqueta que acabaram sendo interpretados no final das contas como sinais de desrespeito.

Os primeiros anos das relações sino-lusitanas foram marcados por incidentes diplomáticos das mais diversas naturezas. Como mencionado anteriormente, as diferenças culturais, a exploração da escravização de chineses e a atrapalhada atuação de Simão de Andrade em Cantão contribuíram para o estabelecimento de um clima de hostilidade contra os viajantes lusitanos, que se tornaram indesejados naquela região. Nesse contexto, o primeiro triunfo português no Sudeste Asiático não foi na China, mas em Malaca, conquistada pelos portugueses em 1511.

A conquista de Malaca foi protagonizada por Afonso de Albuquerque e fazia parte das ambições do rei Manuel I de superar os seus rivais castelhanos na corrida pelos territórios asiáticos. Os portugueses chegaram na cidade em 1509 representados por Diogo Lopes de Sequeira e foram bem recebidos pelo sultão Mahmud Shah na ocasião (RICLEFS, 2001, p. 26). Contudo, o monarca foi eventualmente convencido pela comunidade islâmica internacional que os lusitanos poderiam causar problemas e passou a os tratar com hostilidade, chegando a capturar e executar alguns dos homens de Sequeira que o acompanhavam (RICLEFS, 2001, p. 26). Assim sendo, com 1200 combatentes e cerca de 18 navios, Portugal utilizou dos meios bélicos para a conquista daquela região, que se provou bem sucedida apenas dois anos depois dos primeiros incidentes (RICLEFS, 2001, p. 26). Com Malaca sob seus domínios, os portugueses não tardaram em construir fortalezas onde se localizava anteriormente o palácio do sultão, possivelmente no esforço de se proteger de retaliações e contra-ataques. O problema, no entanto, residia no fato de que Malaca era um Estado tributário à China, e a ação truculenta dos portugueses certamente não lhes garantiram nenhum favor com os Ming.

A primeira embaixada portuguesa a chegar à China foi a missão de Fernão Pires de Andrade, entre os anos de 1517 e 1518. Esse primeiro contato é considerado pela historiografia um sucesso moderado: a embaixada conseguiu se dirigir até a capital, Pequim, onde os portugueses finalmente tiveram a oportunidade de conhecer melhor a sociedade chinesa e a dimensão de seu império. Uma vez informada sobre a conquista de Malaca, contudo, a corte chinesa passou a tratar os europeus com mais hostilidade; situação que apenas piorou com a já citada atuação de Simão de Andrade - irmão de Fernão Pires de Andrade - em Cantão. Graças à infração de leis locais e ao desrespeito aos costumes locais, o comércio com os portugueses foi colocado na situação de ilegalidade, e as relações diplomáticas deterioraram-se.

Assim como ocorrera na Índia e em Malaca, os portugueses também protagonizaram alguns embates bélicos na medida em que as vias diplomáticas se demonstravam cada vez menos praticáveis. Em 1521, uma frota comandada por Diogo Calvo entrou em confronto direto contra a marinha imperial chinesa na cidade de Tuen Mun, uma povoação que hoje compõe parte do território de Hong Kong. Acredita-se que o conflito, que posteriormente passou a ser referenciado como a “Batalha de Tamão”, tenha sido fruto tanto da atuação desastrosa de Simão de Andrade quanto da resistência portuguesa em acatar as exigências e restrições chinesas. Diferentemente dos casos anteriores, no entanto, os portugueses foram derrotados e sofreram com significativas perdas tanto materiais quanto humanas (HAO, 2011, p. 12).

Pouco tempo depois, chineses e portugueses mais uma vez entraram em confronto direto na Batalha da Ilha da Veniaga. Dessa vez, uma frota comandada por Martim Afonso de Mello foi derrotada pela marinha imperial chinesa, que se viu obrigada a fazer uso da violência contra os lusitanos depois que a corte chinesa foi informada a respeito da conquista de Malaca e da insistência portuguesa no estabelecimento de comércio ilegal e na exploração do tráfico de escravos. A expedição de Martim Afonso de Mello teria em um primeiro momento sofrido com adversidades climáticas, mas acabou sobrevivendo e concluindo sua navegação através do delta do Rio das Pérolas em direção a Guangzhou antes do final de julho. Eles foram eventualmente confrontados por uma frota a serviço da dinastia Ming liderada por Ke Rong e Wang Ying'en, que passou a disparar tiros de advertência contra os portugueses (ANDRADE, 2016, p. 128). Quando a frota Ming se aproximou do junco de António do Rego, no entanto, ele abriu fogo, fazendo os chineses recuarem e abandonar a formação para persegui-lo. Rego foi imediatamente sinalizado pelo navio-almirante para regressar à formação e mais tarde foi pessoalmente repreendido por Martim Afonso (MONTEIRO, 1995, p. 5-7).

A frota liderada por Ke Rong e Wang Ying'en não conseguiu impedir os portugueses de ancorar em uma ilha que os lusitanos apelidaram de Veniaga - o que provavelmente explicaria o nome do conflito em questão - e permaneceram fora de seu alcance efetivo, ocasionalmente disparando suas bombardas contra os navios inimigos sem causar maiores danos. Naquela mesma noite, os portugueses teriam capturado cinco pescadores, que foram recompensados e instruídos por Martim Afonso a entregar uma mensagem ao capitão da frota Ming na manhã seguinte, informando que pretendia negociar e oferecer compensação por quaisquer erros passados de seus compatriotas. Mello não recebeu resposta, e, na noite seguinte, os portugueses enviaram novamente dois emissários à frota chinesa, mas foram recebidos com um breve bombardeio (MONTEIRO, 1995, p. 5-7).

Na medida em que o conflito se arrastava, os portugueses começaram a sofrer com a falta de suprimentos, especialmente água. Martim Afonso então armou quatro barcos com canhões e os conduziu pessoalmente à terra para encher os barris com água. Tal movimento não passou despercebido pela frota Ming, que em resposta enviou vários navios a remo para perseguir a expedição marítima portuguesa. Depois de uma troca de tiros que durou aproximadamente uma hora, Martim Afonso teria ordenado aos seus homens que abandonassem os barris de água e imediatamente embarcassem (ANDRADE, 2016, p. 128). A frota Ming continuou a perseguição enquanto os portugueses voltavam para seus navios, forçando-os a soltar peso extra e abandonar suas âncoras para fazer uma pausa para águas profundas, ao mesmo tempo em que disparava rajadas de estilhaços e tiros de fósforo para manter os embarques chineses. na baía (ANDRADE, 2016, p. 128). Quando eles alcançaram seus navios, a frota Ming finalmente cessou a perseguição.

De volta a bordo, mas sem água suficiente, Martim Afonso de Mello decidiu recuar e retornar a Malaca. Quatorze dias depois de chegar ao delta do Rio das Pérolas, os portugueses sob sua liderança finalmente levantaram âncora e se prepararam para enfrentar o bloqueio chinês. Este teria sido o início da derrota portuguesa, inalteravelmente decidida quando a nau de Diogo de Mello foi gravemente danificada por uma explosão (MONTEIRO, 1995, p. 9). Os chineses tinham ordens para não cessar fogo até que todos os inimigos portugueses fossem capturados ou mortos, continuando a disparar de seus canhões mesmo quando os lusitanos já estavam enviando pequenos barcos para resgatar feridos e naufragados. Como resultado, os portugueses conseguiram fugir com quatro de suas seis naus intactas, mas não sem perder alguns homens - incluindo o capitão Pedro Homem - e muitos recursos materiais.

O resultado da Batalha da Ilha da Veniaga foi simultaneamente brutal e humilhante; quarenta e dois homens foram capturados e levados sob custódia pelos chineses. No dia seis de dezembro de 1522, os prisioneiros portugueses foram expostos ao público em pelourinhos em Guangzhou. Oficiais Ming forçaram Pires na ocasião a escrever cartas, exigindo que os portugueses devolvessem o trono do sultão de Malaca, que havia sido deposto. O embaixador malaio, que se recusou a partir temendo que os portugueses o matassem, foi obrigado a levar as cartas consigo em um junco para Patani (CHANG, 1978, p. 60), localizada no norte da Península da Malásia. Ele deixou Guangzhou em 31 de maio de 1523 e trouxe de volta um pedido urgente de ajuda contra os portugueses do sultão malaio. As forças de Dom Sancho Henriques estavam atacando Bintang e Patani. Quando receberam a sua resposta, os funcionários chineses condenaram a embaixada portuguesa à morte. Em 23 de setembro de 1523, vinte e três portugueses foram executados: seus corpos foram cortados em vários pedaços e suas partes íntimas foram enfiadas em suas bocas. Quando mais navios portugueses desembarcaram e foram apreendidos, os chineses também os executaram de modo semelhante (CHANG, 1978, p. 60).

Como consequência das consecutivas derrotas, os portugueses foram forçados a retirar-se formalmente. Apesar dos infortúnios na costa da China, em suas navegações pelo Leste Asiático, alguns viajantes lusitanos foram surpreendidos por condições climáticas desfavoráveis e levados por força do acaso a um novo território até então desconhecido: o Japão. A menção mais antiga ao Japão pelos portugueses pode ser atribuída ao embaixador e autor da *Suma Oriental* - Tomé Pires. Em seus escritos, Pires faz uma breve descrição da “Ilha do Japão” de acordo com o que teria ouvido dos chineses. Segundo o autor, o Japão era uma ilha maior do que as Ilhas Ryūkyū e seu rei mais poderoso do que o governante destas, embora não fosse adepto do comércio marítimo. O rei do Japão seria pagão e vassalo do imperador chinês, mas o comércio com a China não era frequente devido às longas distâncias que separavam as duas regiões e ao fato de que não havia juncos na ilha em questão. Ele ainda acrescenta que o povo de Ryūkyū ia ao Japão e permanecia por lá durante sete ou oito dias, trocando suas mercadorias - como tecidos e redes de pesca - por ouro e cobre (BOXER, 1961, p. 11).

Considerando a escrita da *Suma Oriental* em 1515 e a morte de Tomé Pires em 1540, é muito possível que os portugueses já tivessem adquirido algumas informações obtusas sobre a existência do Japão antes de sua chegada acidental no ano de 1543, ainda que estas fossem viesadas pelos olhares dos comerciantes chineses e, portanto, nem sempre pudessem corresponder à realidade factual daquela região e de sua sociedade. Mesmo assim, não é

particularmente inesperado que o acidente relatado nos já mencionados *Teppoki*, *Tanegashima Kafu* e *Kunitomo Teppoki* e nos próprios escritos de missionários europeus como o “*Historia do Japam*”, de Luís Fróis, e “*Peregrinaçam*”, de Fernão Mendes Pinto, tenha sido tratado com tanta surpresa por suas testemunhas e por aqueles que posteriormente o relataram em suas obras.

Por meio dos decretos *Haijin*, a China havia proibido veementemente a presença japonesa em seu território, muito em função da atuação dos piratas *wakō* que devastavam há tempos a costa chinesa com seus ataques violentos e suas pilhagens (BOXER, 1961, p. 13). Naturalmente, indivíduos japoneses que embarcavam nos juncos que partiam de Okinawa e realizavam escala em Fuquiém antes de chegar à Malaca não se apresentavam como tal, uma vez que as autoridades chinesas aplicavam pena de morte aos japoneses que descumpriam suas normas (BOXER, 1961, p. 13).

O que de fato se demonstrou surpreendente foi a diferença de praticamente trinta anos entre o que seria potencialmente o primeiro relato lusitano sobre os japoneses e a data que os portugueses pisaram pela primeira vez no arquipélago nipônico. Nesse sentido, é possível realizar apenas suposições sobre o seu “atraso” na exploração daquela região, uma vez que não existem relatos muito precisos sobre os primórdios das relações luso-japonesas antes de Tanegashima. Poderia ser mencionada aqui, por exemplo, a reputação dos piratas *wakō*, que pintava os japoneses como um povo potencialmente belicoso e insular. Poderia se pensar ainda que, frente às possibilidades de comércio com a China, o Japão ainda não se destacava como uma prioridade aos portugueses, que já haviam conquistado uma base de operações na cidade de Malaca.

De qualquer forma, a chegada ao Japão acabou-se provando um triunfo não apenas econômico, visto que rapidamente se descobriu uma demanda pelas mercadorias oferecidas pelos portugueses - em particular as armas de fogo -, como também político. Como destacado anteriormente, era interessante a Portugal se tornar pioneiro na exploração da Ásia como forma de frear o avanço castelhano sobre a mesma região. Na ocasião, o Japão também foi apontado com grande entusiasmo no que dizia respeito à difusão da fé católica, já que a motivação religiosa jamais deixou de servir como um dos grandes catalisadores da expansão ultramarina portuguesa. No entanto, considerando o papel que o proselitismo acabou desempenhando na crise e eventual queda da rota de comércio entre Macau e Nagasaki, torna-se bastante complicado atribuir ao Japão o caráter de triunfo religioso.

Por um breve momento, a aproximação entre portugueses e japoneses pôde ser interpretada como praticamente um pólo oposto às experiências desastrosas na China. Os

primeiros japoneses dispostos a realizar comércio com os viajantes lusitanos se mostraram consideravelmente empolgados com a possibilidade de estabelecer intercâmbio não apenas comercial como também social e até mesmo intelectual com os navegantes que vinham de longe (BOXER, 1989, p. 30) - apelidados de “*nanbanjin*” pelos locais. Os chineses, nesse sentido, não demonstraram o mesmo entusiasmo pelo o que Portugal tinha a oferecer naquele momento, embora seja possível argumentar que as interações mais hostis só tenham começado depois da chegada de Simão de Andrade a Cantão e da insistência lusitana em permanecer no litoral chinês mesmo após as proibições do governo central.

Na medida em que os contatos entre portugueses, chineses e japoneses se intensificaram, contudo, a mudança nos rumos dessas relações mudou drasticamente em questão de apenas alguns anos. Na China, os portugueses eventualmente conquistaram direito à permanência na cidade de Macau, que esteve sob seus domínios até o ano de 1999. No Japão, por outro lado, apesar de um efêmero sucesso em Nagasaki, os lusitanos foram expulsos por definitivo em 1640 e perderam sua rota comercial para os holandeses. A seguir, analisar-se-á a evolução dessas interações.

3.3 - As Viagens Anuais ao Japão e o Direito à Permanência em Macau (1544-1570)

Os portugueses desembarcaram na cidade de Macau entre os anos de 1553 e 1554, em uma ocasião em que fora firmado o Acordo Luso-Chinês de 1554, que permitiu que os portugueses finalmente fossem capazes de realizar comércio com a China legalmente. O acordo foi negociado por Leonel de Sousa, fidalgo do Algarve e - na época - Capitão-mor da viagem ao Japão. Leonel de Sousa havia desembarcado na província de Cantão em 1552, onde descobriu que estrangeiros eram possibilitados a realizar comércio na região desde que pagassem os impostos adequados. Ele também descobriu que os portugueses eram tomados como piratas e chamados pejorativamente de “*Folanji*”, incapazes de participar de qualquer iniciativa comercial senão pelo contrabando em função da visão negativa que os chineses tinham dos viajantes europeus.

Visando reverter a imagem negativa dos lusitanos, Leonel de Sousa teria negociado com as autoridades de Cantão as condições para legalizar o comércio português na região. O testemunho documental desse acordo é a carta que ele mesmo teria escrito ao Infante D. Luiz, irmão de D. João III, no dia 15 de janeiro de 1556. As autoridades chinesas permitiram que os lusitanos se estabelecessem permanentemente em Macau no ano de 1557, com a possibilidade

de certo grau de administração autônoma desde que fossem pagos os tributos atuais: cerca de 500 taéis de prata. Na perspectiva dos governantes chineses e dos funcionários que os representavam, Macau ainda não teria deixado de fazer parte integral de seu território, e uma suposta soberania lusitana sobre a cidade não foi inicialmente reconhecida.

A carta foi reproduzida por J. M. Braga no ano de 1939, e está sob responsabilidade do Instituto Cultural de Macau, que preserva e disponibiliza seu conteúdo digitalmente através de sua Revista de Cultura. No seu texto, Leonel de Souza procura enfatizar a importância de seus trabalhos, como pode ser observado no excerto abaixo:

Estes negocios, e paz acabei com muytos trabalhos, e custo que os nã posso esqrever, que doutra maneira se nam puderam fazer pera quam desacreditados estavam os portuguezes na China emcarreguei delles ha hum Simã d'Almeyda omem onrrado, e cavaleiro, que da China tem muyta esperiencia por navegar nella num Navio seu ha dias; o que fez com muyta deligencia, e dezejos de servir Sua Alteza, por algumas obrigações de seu serviço, que lhe pus diante foi sempre omrradamente, e vêo, e á sua custa, e ale do que gastou, soube que dera algumas dadivas a pessoas, e Ofeciaes do Aytão, com que negoceou mais brebe do que ho pudera fazer sem iso, nem eu servi a Sua Alteza como ho servi se nã fora sua ajuda, e Conselho, porque eu tinha pouquo cabedal pera suprir, mais do que sopri, nem elle o quis de mim, e dixeu sempre, que se nisso servia a Sua Alteza, que delle queria o galardam, e nam doutrem, e por descargo de minha conciencia faço esta lembrança a Vossa Alteza, porque se o Sua Alteza ha por seu serviço, elle, e eu receberemos muyto grande merce satisfazelo Sua Alteza com onrra, e merce, porque não he de Sua Alteza por exemplo dos que se acharem em partes tão remotas, que folge de servir Sua Alteza com pessoas, e fazendas como elle fez³⁶.

A partir desse acontecimento, existem pelo menos duas versões sobre as origens do estabelecimento português naquele território. Em 1836, o mercador sueco Anders Ljungstedt publicou sua obra *“An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China”* em Boston. Segundo Ljungstedt, os portugueses não teriam se estabelecido em Macau com a ciência e a autorização explícita do imperador chinês, conquistando a autorização em questão se aproveitando da corrupção dos funcionários públicos, através de subornos concedidos às autoridades locais. Mas como apontado por alguns historiadores chineses, parte da historiografia europeia foi escrita com fins imperialistas em mente, como pode ser observado no excerto a seguir:

“An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China”, de Anders Ljungstedt, satisfazia as necessidades dos colonialistas ocidentais do século XIX, que, a fim de expandir a sua presença na China, pretendiam conhecê-la melhor. Não obstante, através de fatos inquestionáveis, o autor negou firmemente que Portugal possuísse a soberania sobre Macau, o que colocou o Governo de Portugal numa posição embaraçosa (WU, 1996, p. 379).

³⁶ INSTITUTO CULTURAL DE MACAU. *O Primeiro Acordo Luso-Chinês Realizado por Leonel de Sousa em 1554*: reproduzido e anotado por Leonel de Souza. *Revista de Cultura*, Macau, v. 2, p. 114-139, maio 1986.

O livro de Anders Ljungstedt foi publicado no período de auge do avanço imperialista sobre a China. Como é amplamente conhecido, o século XIX foi particularmente difícil para o Império Chinês, que, além de lidar com sangrentas guerras civis internas³⁷, foi forçado a assinar tratados econômicos e diplomáticos terrivelmente desfavoráveis aos seus interesses próprios, o que eventualmente resultou no fim do Império Chinês e na ascensão da República da China. Na medida que as potências europeias avançavam violentamente sobre o território da China - sobretudo a Inglaterra -, a soberania dos portugueses sobre Macau esteve ameaçada. As derrotas chinesas acabaram evidenciando uma provável incapacidade de preservação da presença portuguesa frente às investidas dos ingleses, que haviam conquistado a ilha de Hong Kong por meio do Tratado de Nanjing. Nesse sentido, os ingleses não apenas ameaçavam a estabilidade do governo chinês central como também provocavam sérios receios a outros europeus. Os ingleses, cada vez mais interessados na China nesse contexto de abertura forçada do outrora Império do Meio, procuraram na investigação histórica alguns dados e informações para conhecer melhor a população e o local em que estavam expandindo sua influência e para colocar em xeque o domínio de rivais europeus sobre a região.

A resposta portuguesa aos avanços ingleses manifestou-se, por sua vez, a partir de uma forma mais direta e agressiva de colonização, que foi colocada em prática com a expulsão dos mandarins de Macau e com tentativas mais elaboradas de demarcar os limites geográficos da cidade. Uma vez que Macau e Hong Kong estavam separadas por apenas 60 quilômetros de distância, tornou-se prioridade para Portugal integrar plenamente aquele território aos seus domínios, como forma de contestar e até mesmo de impedir maiores conquistas inglesas sobre a província de Cantão³⁸ que ameaçavam os seus próprios interesses naquela região.

A segunda versão envolvendo os primórdios do estabelecimento comercial lusitano de Macau volta-se à possibilidade da autorização ser fruto de uma recompensa após o auxílio português contra piratas. Os piratas *wakō* constituíam-se como uma ameaça séria à segurança e à estabilidade das cidades costeiras da China e do Japão, e sua atuação teria inclusive servido como um dos fatores que motivaram o governo chinês a reforçar sua política externa de isolacionismo através dos decretos *Haijin*. Segundo essa versão - que acabou se tornando mais

³⁷ Destaca-se aqui a Rebelião Taiping, um confronto entre as forças da Dinastia Qing e os rebeldes inspirados por Hong Xiuquan, um líder messiânico cristão que visava à implementação da religião cristã e ao fim da cultura predominantemente confucionista na China. Ao longo dos anos de 1850 e 1854, mais de vinte milhões de pessoas teriam morrido tanto em função do combate propriamente dito quanto em função das pragas e da fome que acabou se tornando consequência da colossal crise em que a China se encontrava no período em questão. A Dinastia Qing, mesmo vitoriosa, jamais conseguiu se recuperar completamente depois da guerra civil.

³⁸ Ver: SERRÃO, José Vicente. Macau no século XIX: um território, dois impérios. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Org.). *O Império Africano: 1825-1890*. Editorial Estampa: Lisboa, 1998. p. 719-765.

popular nas historiografias lusitana e chinesa -, os portugueses teriam ajudado os chineses a combater um bando de piratas *wakō* na costa do Mar da China Oriental e, depois desse gesto, foram devidamente recompensados com o direito à permanência na cidade de Macau.

De qualquer forma, as duas versões históricas sobre a questão consideram apenas o olhar estrangeiro sobre os acontecimentos relativos a Macau. No final das contas, se os portugueses não se estabeleceram por uso da força - já que foram derrotados de maneira vexatória pelo menos duas vezes em batalhas contra a marinha chinesa - então acordos foram firmados. Mas, tratando-se de métodos diplomáticos, torna-se pertinente pensar como o estabelecimento lusitano em Macau favorecia também os chineses, que certamente não teriam concedido parte de seu território sem alguma justificativa ou circunstância que operasse ao seu favor.

Antes da estadia em Macau, os portugueses estavam estabelecendo contato com os chineses em diferentes cidades, onde os funcionários públicos locais permitiam o comércio em troca de subornos - o que provavelmente explica a versão de Ljungstedt sobre os acontecimentos em questão. A atuação desses navegantes não era incentivada diretamente pela Coroa portuguesa, e os grandes protagonistas das relações sino-lusitanas desse período teriam sido aventureiros que se dedicavam ao comércio com a China de maneira mais autônoma nas cidades de Lampacau, Liampó e Sanchoão. Nesse panorama, a disseminação de estrangeiros em mais de um local somada à situação de ilegalidade que caracterizava as atividades mercantis desses indivíduos dificultava uma fiscalização mais efetiva das trocas comerciais. Com a concentração dos lusitanos em uma única cidade, no entanto, o governo central chinês passaria a contar com melhor condições de inspecionar o fluxo de barcos estrangeiros bem como com maneiras mais eficientes de coletar impostos de um intercâmbio que viria se provar imensamente profícuo nos anos seguintes. De acordo com essa perspectiva, o estabelecimento lusitano no vilarejo de Macau acabava sendo vantajoso também ao governo chinês, que se beneficiava especialmente da arrecadação de tributos.

Não por coincidência, é justamente a partir desse período que existem maiores relatos sobre os nomes dos capitães-mores responsáveis pelas viagens anuais ao Japão. De acordo com dados pesquisados e reunidos por Charles Boxer, é possível estabelecer uma listagem dos homens que protagonizaram o transporte de mercadorias aos portos japoneses bem como o local onde fora estabelecido comércio no Japão antes da fixação em Nagasaki, conforme se demonstra no quadro a seguir:

QUADRO 1 - LISTAGEM DOS CAPITÃES-MORES DA VIAGEM AO JAPÃO (1555-1570)

Ano	Capitão-Mor	Local
1555	Duarte da Gama	Hirado
1555	Diogo Vaz de Aragão*	Hirado
1556	Leonel de Sousa*	Hirado*
1557	Francisco Martins	Hirado
1558	Leonel de Sousa	Hirado
1559	Rui Barreto	Hirado
1560	Manuel de Mendonça	Bungo e/ou Satsuma
1561	Affonso Vaz	Satsuma
1561	Fernão de Souza	Hirado
1562	Pedro Barreto Rolim	Yokoseura
1563	Dom Pêro da Guerra	Yokoseura
1564	Dom Pedro de Almeida	Hirado
1565	Dom João Pereira	Yokoseura
1566	Simão de Mendonça	Fukuda
1567	Tristão Vaz da Veiga	Kuchinotsu
1568	Dom António de Sousa	Fukuda
1569	Manuel Travassos	Fukuda
1570	Manuel Travassos	Shiki, Fukuda e Nagasaki

Fonte: BOXER, Charles. *O Grande Navio de Amacau*. Lisboa: Fundação Oriente, 1989, p. 21-132.

Mas se Portugal conseguiu finalmente construir condições mais estáveis para a realização de comércio com a China, a situação envolvendo o Japão era um pouco diferente. Durante os anos em que os lusitanos firmaram o Acordo Luso-Chinês e se assentaram sobre a cidade de Macau, os portugueses realizavam comércio principalmente na cidade de Hirado e na província de Bungo - atual Ōita, com algumas viagens também direcionadas à vila de Fukuda e ao porto de Yokoseura - que hoje fazem parte da prefeitura de Nagasaki. No entanto, os viajantes enfrentaram diversas adversidades que dificultavam a consolidação de relações mais estáveis, incluindo a antipatia de alguns *daimyō* pela religião cristã e a violência constante em função da guerra civil japonesa. Em 1561, por exemplo, o comandante Affonso Vaz foi morto em Akune ou em Yamagawa (BOXER, 1989, p. 25). Na ocasião, o *daimyō* Shimazu Takahisa

de Satsuma chegou a pedir desculpas pelo incidente, escrevendo ao Vice-Rei da Índia que a culpa poderia ser atribuída a bandidos que estavam fora de seus domínios (BOXER, 1989, p. 25). A viagem de Fernão de Souza a Hirado teria sido ainda pior: na ocasião, ele e mais treze ou quatorze portugueses teriam sido linchados por japoneses, sem qualquer declaração de desculpas ou de responsabilidade por parte do *daimyō* local (BOXER, 1989, p. 25).

No que se refere ao destino dessas viagens iniciais ao Japão, Hirado merece atenção especial. Principalmente durante a primeira década de contato com o Japão, Hirado foi de longe o destino mais procurado pelos navegantes portugueses, com oito das doze ocorrências registradas entre o período correspondente aos anos de 1555 a 1565. Uma possível explicação pela preferência a Hirado reside no fato de que, desde o período Nara - ou seja, entre 710 e 794 d.C -, seu porto já era utilizado para a recepção de barcos de outros reinos do Leste Asiático. Já entre os períodos Kamakura e Muromachi, o clã Mastura, que detinha controle sobre a região, ganhou o direito de mediar o comércio com a Coreia e com a China da dinastia Song. Nesse contexto, muito antes da chegada lusitana, Hirado já contava com uma infraestrutura para receber embarcações de comerciantes das mais variadas estirpes.

É geralmente aceito pela historiografia especializada que um dos fatores que prejudicavam a estabilidade do comércio com o Japão eram os constantes conflitos entre *daimyō*. E por conta dos problemas fomentados pelas rivalidades locais, os portugueses então procuraram o apoio de Ōmura Sumitada, *daimyō* do porto de Yokoseura, a partir de 1562. Ōmura Sumitada era o filho de Arima Haruzumi, e foi escolhido como herdeiro de sua família em 1550. Quando foi batizado em 1562, tornou-se o primeiro *daimyō* a se converter ao cristianismo. Depois do seu batismo, Sumitada teria demonstrado grande entusiasmo em relação à sua religião, abandonando suas vestes tradicionais para adornar-se com símbolos cristãos e até mesmo chegando ao ponto de queimar as tábuas votivas de seu pai adotivo - possivelmente a mando do jesuíta espanhol Cosme de Torres (HESSELINK, 2015, p. 31).

As circunstâncias de sua ascensão como herdeiro de sua família somadas ao vilipêndio religioso contra as tábuas votivas de seu pai teriam servido como combustível para opositores de Ōmura Sumitada. Assim sendo, no dia 15 de agosto de 1563, depois de um alarme falso que inclusive chegara aos ouvidos dos missionários cristãos, um dos servos de Ōmura Sumitada foi emboscado e morto por seguidores de um de seus rivais. Acreditando que tinham assassinado missionários jesuítas, eles enviaram um sinal para que Gotō Taka'akira enviasse suas tropas para atacar Sumitada em seu castelo, como vingança à infidelidade ao seu pai adotivo (HESSELINK, 2015, p. 32). Aproveitando o caos, comerciantes de Bungo usaram da

oportunidade para atacar e destruir Yokoseura; os navegantes portugueses, por sua vez, enviaram o Grande Navio de Macau ao porto de Hirado no ano seguinte.

O *daimyō* de Bungo, Ōtomo Yoshishige, não era hostil aos jesuítas e inclusive teria permitido que os missionários construíssem igrejas e praticassem o proselitismo em seus domínios. Com o batismo de Sumitada, no entanto, é possível que os comerciantes de Bungo tivessem entendido que a partir daquele momento os portugueses não iam mais estabelecer comércio com aquela região de Kyushu, e, como retaliação, protagonizaram o ataque (HESSELINK, 2015, p. 33). Em outras palavras, além das motivações religiosas, ainda havia um interesse em restringir o comércio com estrangeiros aos seus domínios.

A aproximação dos portugueses com Ōmura Sumitada também provocou reações em Hirado: no outono de 1565, o Capitão-mor D. João Pereira chegou a Yokoseura com intenções de realizar comércio em Hirado. Apesar de ser eventualmente convencido por jesuítas e aliados japoneses a se dirigir ao porto de Fukuda - que compõe hoje a cidade Nagasaki -, sua nau foi atacada por uma flotilha que levava samurais sob ordem de Matura Takanobu, o *daimyō* de Hirado, com apoio de comerciantes de Sakai que participaram da investida com a promessa de que o espólio seria dividido. Na ocasião, Takanobu aproveitou-se da oportunidade para retaliar os portugueses, ao entender que a aproximação destes com Sumitada representaria um fim às atividades comerciais com os lusitanos no território de seu controle.

Uma batalha de duas horas entre portugueses e japoneses eclodiu no dia 18 de outubro daquele ano (HESSELINK, 2015, p. 38), com vitória para o lado lusitano, que sofreu pouquíssimas baixas. O evento ficou conhecido na posteridade como a “Batalha da Baía de Fukuda”. Ainda que algumas fontes atribuam como consequência direta do conflito o aumento do prestígio português, especialmente no que se referia ao seu poder bélico de suas armas de fogo, fontes da época criticaram a atuação de D. João Pereira no Japão. Luís Fróis - cronista que viveu por mais de três décadas no arquipélago nipônico - citou, por exemplo, o fato de que o conflito poderia ter sido evitado se Pereira tivesse agido de acordo com o conselho dos missionários e reforçou a atuação vexatória do capitão no combate, que foi capturado e acabou sobrevivendo mais em função de sua sorte do que de suas habilidades (HESSELINK, 2015, p. 38).

Depois do conflito em questão, os portugueses continuaram realizando suas viagens anuais ao Japão; dessa vez, no entanto, deram preferência a Fukuda, onde atracaram pelo menos quatro vezes. A única exceção foi a viagem de 1567, em que o capitão-mor - Tristão Vaz da Veiga - teria partido ao pequeno porto Kuchinotsu. Os motivos que levaram o capitão-mor a

Kuchinotsu não são exatamente certos, mas de acordo com cartas escritas na época, a viagem daquele ano não teria sido tão proveitosa como aquelas dos anos anteriores (BOXER, 1989, p. 30).

Se inicialmente os conflitos no Japão beneficiaram a estadia dos portugueses, a partir desse momento a animosidade entre diferentes *daimyō* acabou antagonizando os seus interesses naquele território. Na medida em que os viajantes europeus demonstravam sinais de aproximação com um *daimyō*, seus rivais passavam a entender que havia desinteresse em continuar os negócios em suas terras ou até mesmo uma traição. Como retaliação, esses senhores procuravam atacar diretamente as áreas controladas por seus inimigos, inclusive visando missionários e comerciantes estrangeiros no processo. Nas décadas seguintes, os lusitanos observariam tanto o ápice de seu comércio com o Japão quanto um acentuado e conturbado declínio que eventualmente resultou em sua violenta expulsão do arquipélago nipônico.

3.4 - A Criação do Leal Senado e o Auge do Comércio com o Japão (1571-1639)

Em 1571, Ōmura Sumitada - já convertido ao cristianismo e tendo adotado o nome de batismo Dom Bartolomeu - permitiu que mercadores portugueses e cristãos exilados de outros territórios fossem recebidos em Nagasaki, na época uma pequena vila de pescadores. As terras foram então divididas em seis partes, onde os jesuítas construíram uma capela e uma escola, semelhantes aos moldes de Goa e de Malaca.

No ano de 1580, com medo de que o vilarejo pudesse ser tomado por seu rival, Matsura Takanobu, Ōmura Sumitada finalmente concedeu controle direto de Nagasaki aos jesuítas. A partir de um acordo concluído pelo missionário Alessandro Valignano, determinou-se que os jesuítas teriam a responsabilidade de eleger um regedor para realizar a administração da cidade enquanto mantinham fidelidade a Ōmura Sumitada, que nominalmente ainda era considerado o senhor daquelas terras (COSTA, 1993, p. 41). Na prática, isso significava que Nagasaki estaria nos anos seguintes em uma situação muito semelhante a de Macau, na China, onde os portugueses garantiam o direito à permanência naquele local em troca do pagamento de tributos aos mandarins, ou seja, às autoridades que representavam o imperador na província de Cantão.

A concessão provou-se efêmera, no entanto, quando apenas seis anos depois, em 1586, Shimazu Yoshihisa - o filho mais velho de Shimazu Takahisa, envolvido no cerco de Kajiki - invadiu o vilarejo, dando fim ao controle estrangeiro. O que seria a princípio um golpe contra

os interesses portugueses na região, no entanto, não impediu que Nagasaki se tornasse o principal ponto de recepção dos navios de Macau. Em outras palavras, Nagasaki representou o início de uma nova fase no que tange às relações comerciais entre Portugal e Japão, mesmo que a sua administração direta por estrangeiros tenha durado tão pouco tempo. Nagasaki não apenas se tornou o principal porto de desembarque para os portugueses nas décadas seguintes como também, mesmo depois de muito tempo após a sua expulsão, seu porto continuou sendo usado para fins comerciais com reinos e nações estrangeiras até meados do século XIX.

Nesse mesmo período, os portugueses já estavam conduzindo a criação do Leal Senado de Macau, que a partir de 1583 viria a se tornar a Câmara Municipal da cidade e o principal órgão administrativo no que dizia respeito à presença lusitana na China. Em um primeiro momento, a administração macaense ficava a cargo do próprio Capitão-mor responsável pelas viagens ao Japão; contudo, na medida em que as demandas aumentavam e o crescimento da cidade passava a exigir um controle mais sofisticado, novas funções foram sendo atribuídas.

A partir da década de 1560, um triunvirato formado por homens-bons escolhidos por voto ficou responsável por lidar com questões da administração pública. Nesse mesmo período, ainda participavam desse proto-governo um juiz e mais quatro comerciantes também eleitos pela população local. Essa organização bastante particular teria durado por mais duas décadas, quando os portugueses de Macau se sentiram ameaçados com a União Ibérica e com o interesse espanhol em fazer parte do lucrativo comércio com o Japão. Assim sendo, em 1583, com apoio do Bispo de Macau - Dom Leonardo Fernandes de Sá -, os moradores da cidade organizaram uma forma de governo inspirada nas cidades portuguesas como forma de lidar de maneira mais eficiente com questões da vida pública e de se proteger da ameaça espanhola. Esse governo, que deu origem ao Leal Senado, passou a ser composto por dois juízes, três vereadores e pelo Secretário da Câmara e foi devidamente reconhecido pelo Vice-Rei da Índia em 1586, que ainda concedeu ao Leal Senado os mesmos privilégios, liberdades e honras da Câmara Municipal de Évora. As eleições para os respectivos cargos eram realizadas no intervalo de três anos, sendo impossibilitada a recusa do serviço como oficial do Senado.

Durante esse período, as autoridades chinesas ainda não reconheciam Macau como uma região autônoma ou pertencente aos domínios portugueses. Existia um acordo entre o Capitão-mor da viagem ao Japão e o mandarim de Xiangshan, que contribuiu para uma coexistência relativamente pacífica entre lusitanos e chineses durante as primeiras décadas de estabelecimento português. Conflitos diretos ocorreram principalmente entre portugueses e holandeses, em função das sucessivas tentativas destes de capturar a cidade e a transformar em

uma base comercial própria. Esses ataques foram realizados principalmente na virada do século XVI para o século XVII, com pequenas ocorrências registradas nos anos de 1601, 1603 e 1607; o maior confronto, por sua vez, deu-se no ano de 1622, com vitória decisiva portuguesa.

Diferentemente do que estava ocorrendo no Japão, a estabilidade lusitana na cidade de Macau se deve em parte à reivindicação pelos mandarins de uma jurisdição vaga e indefinida sobre os habitantes chineses (BOXER, 1968, p. 10). Como discutido anteriormente, o governo da Dinastia Ming na China estava passando por sucessivas crises que eventualmente resultaram em sua queda e na ascensão dos Qing. Ainda que os portugueses jamais tivessem encontrado as condições físicas e materiais para vencer os Ming em uma situação de combate direto, mesmo que estes estivessem em situação de declínio, era evidente que as autoridades locais tinham outras prioridades no momento em que os estrangeiros se estabeleceram em uma região periférica como Macau. Esse período em particular observou a eclosão da Guerra Imjin entre China, Coreia e Japão, que, apesar da vitória chinesa, acabou servindo de catalisador para uma série de instabilidades que facilitaram o sucesso de facções rebeldes na deposição da dinastia governante³⁹. A época também ficou marcada por variações climáticas que afetaram os rendimentos agrícolas e pela disseminação de doenças que dizimaram boa parte da população.

Uma vez assegurado que Macau viria a se tornar um importante entreposto comercial português no Leste Asiático, o investimento nas rotas comerciais que passavam pela cidade aumentou consideravelmente. De acordo com Boyajian (1993), os portugueses estavam investindo anualmente cerca de um milhão de cruzados na rota de comércio de Macau e Nagasaki por volta de 1634, quantia inferior somente à rota de Macau e Manila – que beirava dois milhões de cruzados. Isso tornava o trajeto ao Japão o segundo mais investido dentre o que o autor chama de “viagens cessionárias”, e Macau uma das possessões mais valorizadas em termos financeiros.

Considerando todas as circunstâncias, é possível estabelecer uma listagem dos capitães-mores que ficaram responsáveis pelas viagens anuais ao Japão, que continuaram ocorrendo em frequência relativamente constante. Dessa vez, no entanto, é bastante perceptível a maneira com que Nagasaki teria se tornado o porto de preferência para o desembarque de mercadorias e passageiros portugueses, sendo raras as ocasiões em que o Grande Navio de Macau teria chegado a outros portos, como pode ser observado no quadro seguinte:

³⁹ Além dos manchus que deram origem à dinastia Qing, alguns líderes de rebeliões se declararam imperadores e tentaram fundar suas próprias dinastias. Alguns dos exemplos mais notáveis incluem Zhang Xianzhong, que representou a dinastia Xi, e Li Zicheng, que fundou a dinastia Shun. Nenhuma dessas dinastias sobreviveu por muito tempo.

QUADRO 2 - LISTAGEM DOS CAPITÃES-MORES DA VIAGEM AO JAPÃO (1570-1600)

Ano	Capitão-Mor	Local
1571	Tristão Vaz da Veiga	Nagasaki
1572	Dom João de Almeida	Nagasaki
1573	António de Vilhena	Amakusa
1574	Simão de Mendonça	Nagasaki
1575	Vasco Pereira	Nagasaki
1576-8	Domingos Monteiro	Yukishima e Nagasaki
1579	Leonel de Brito	Kuchinotsu
1581	Ignacio de Lima	Nagasaki
1583	Aires Gonçalves de Miranda	Nagasaki
1584	Aires Gonçalves de Miranda	Nagasaki
1585	Francisco Paes	Nagasaki
1586	Domingos Monteiro	Hirado
1588	Jerónimo Pereira	Nagasaki
1590	António da Costa	Nagasaki
1591	Roque de Melo Pereira	Nagasaki
1593	Gaspar Pinto da Rocha,	Nagasaki
1595	Manoel de Miranda	Nagasaki
1596	Rui Mendes de Figueiredo	Nagasaki
1598	Nuno de Mendonça*	Nagasaki

Fonte: BOXER, Charles. *O Grande Navio de Amacau*. Lisboa: Fundação Oriente, 1989, p. 32-54.

A partir de 1571 dos capitães-mores enviados ao Japão, apenas dois não chegaram imediatamente a Nagasaki. O primeiro foi António de Vilhena, cujo navio foi vitimado por um aguaceiro que castigou não apenas a carga de mercadorias como a maior parte da tripulação (BOXER, 1989, p. 34). O segundo foi Domingos Monteiro, que partiu pela primeira vez de Macau no ano de 1576. Em 1577, seu navio foi atacado por coreanos hostis que executaram grande parte da tripulação presente em um abrupto e violento imprevisto (BOXER, 1989, p. 34-35). Temendo um segundo ataque da Coréia, Monteiro procurou desviar sua rota original; mas, depois de quase sofrer um naufrágio, viu-se obrigado a navegar para a ilha de Yukishima antes de partir para Nagasaki (BOXER, 1989, P. 35). Já em 1586, Domingos Monteiro resolveu

levar o Grande Navio de Macau a Hirado, onde os portugueses não iam há pelo menos vinte e um anos. O motivo para a mudança da rota teria sido o conflito entre o clã Shimazu e seus rivais de Kyushu nas vizinhanças de Nagasaki (BOXER, 1989, p. 42).

Interessantemente, apenas um ano depois, em 1587, Toyotomi Hideyoshi - sucessor de Oda Nobunaga - promulgou o Édito de Hakata, dando início formal às medidas de perseguição ao cristianismo no arquipélago nipônico (HICHMEH, 2014, p. 72). O Édito de Hakata teria surpreendido os missionários em atividade no Japão, com uma série de colocações que colocavam em xeque o futuro da religião católica no arquipélago nipônico, como pode ser observado no trecho abaixo:

1. O Japão é a Terra dos Deuses. Que uma doutrina perniciosa seja difundida aqui do país País Cristão (Kirishitankoku) é muito indesejável.
2. Abordar as pessoas em nossas províncias e distritos, convertendo-as em sectários [Kirishitan], destruindo os templos dos seus deuses e os templos de Budas é algo que não se ouviu entre as gerações anteriores. Ao passo que províncias, distritos, localidades e feudos são concedidos aos seus recipientes temporariamente, (...), confundir as pessoas comuns é miserável.
3. No julgamento da Sua Alteza, é porque os padres amontoam paroquianos como bem entendem pelos meios da sua esperta doutrina que a Lei dos Budas está sendo destruída desta forma nos Arredores do Sol. Sendo isto miserável, os padres podem escassamente ser permitidos a permanecer em solo japonês. Em vinte dias a partir de hoje eles devem fazer seus preparativos e voltar para o seu país. Durante este tempo, que qualquer pessoa entre as pessoas comuns faça qualquer acusação desavisada contra os padres, isto será considerado miserável.
4. O propósito do *kurofune* é o comércio, e isto é um assunto diferente. Com o passar dos anos e meses, o comércio deverá continuar em todos os tipos de artigos.
5. A partir de agora e adiante, todos aqueles que não perturbarem a Lei dos Budas (mercadores, desnecessário dizer, ou quaisquer outros) são livres para vir do País Cristão e retornar. Sejam cautelosos com isto (HICHMEH, 2014, p. 72-73).

O Édito de Hakata registra bem a postura das autoridades japonesas no que se referia às possibilidades e restrições impostas aos viajantes europeus que se fizeram presentes no Japão durante os séculos XVI e XVII. Se por um lado o documento confirmava as tendências anticatólicas e ameaçava diretamente a atuação dos missionários cristãos naquele território, por outro, ele não condenava e nem fazia ressalvas às relações de comércio ali estabelecidas pelos navegantes portugueses ou até mesmo pela Companhia de Jesus (HICHMEH, 2014, p. 72).

Considerando as circunstâncias de ascensão ao poder de Toyotomi Hideyoshi, é suficientemente plausível afirmar que o segundo unificador do Japão teria identificado no cristianismo uma ameaça às suas ambições pessoais:

Os preceitos cristãos, como a monogamia ou a crença no Deus único eram conflitantes com práticas do cotidiano, como o fato de Hideyoshi possuir diversas esposas, e principalmente como alicerces políticos e sociais, legitimadores das autoridades Imperial e do *kanpaku*. Conforme a difusão da religião europeia se deu entre as camadas mais elevadas, especialmente entre *daimyō*, aumentou o risco de Hideyoshi perder o seu reconhecimento perante outros líderes militares (HICHMEH, 2014, p. 74).

Hideyoshi era filho de camponeses e, portanto, não era descendente de uma linhagem de samurais. Ele eventualmente aderiu ao clã Oda, tornando-se servo de Oda Nobunaga e fazendo-se presentes em batalhas lutadas pelo seu senhor, como a Batalha de Okehazama contra o clã Imagawa em 1560. Hideyoshi conquistou certo prestígio ao se provar um hábil negociador e estrategista: quando Oda Nobunaga foi forçado a cometer *seppuku*, foi Hideyoshi quem buscou vingança contra Akechi Mitsuhide na Batalha de Yamazaki, na qual saiu vitorioso. Assim como Nobunaga, Hideyoshi não almejava o título de xogum, preferindo costurar alianças e consolidar sua influência através de alianças e aproximações com outras figuras importantes. Entretanto, Hideyoshi eventualmente ascendeu ao notável cargo de *kampaku*⁴⁰ no ano de 1585.

A relação de Hideyoshi com os jesuítas, no entanto, era muito diferente daquela existente entre os missionários e seu antecessor, Oda Nobunaga. Em alguns aspectos, é possível argumentar que Nobunaga nutria certa afinidade com os cristãos em função de alguns pontos em comum com os padres, como inúmeras ressalvas aos monges budistas - que ocasionalmente acabavam se transformando em adversidades - e até mesmo um certo interesse estabelecer conexões entre o arquipélago nipônico e a Europa. Hideyoshi, por outro lado, entendia que esses conflitos poderiam afetar negativamente a organização social tradicional japonesa, eventualmente arruinando seus esforços em direção à consolidação de seu poder e, conseqüentemente, à unificação do Japão.

No entanto, Hideyoshi e seus aliados ainda se mantinham interessados nas possibilidades que o comércio abria ou, pelo menos, demonstravam-se dispostos a manter as relações com os estrangeiros em âmbito estritamente comercial. Na viagem de Jerónimo Pereira em 1588, Hideyoshi teria pessoalmente explicado que não nutria sentimentos negativos contra jesuítas, mas acreditava que o cristianismo não era compatível com as crenças do xintoísmo e do budismo, que constituíam as bases da civilização japonesa (BOXER, 1989, p. 45). Naquele mesmo ano, Hideyoshi também teria comprado 900 picos de seda sob a quantia de 200.000 cruzados através de um feitor enviado a Nagasaki (BOXER, 1989, p. 45), reforçando as teses de que seu interesse no comércio era, pelo menos aparentemente, genuíno.

A virada do século mudou consideravelmente os rumos das relações luso-japonesas, muito em função de dois acontecimentos de extrema relevância. O primeiro deles é o

⁴⁰ O *kampaku* era uma espécie de conselheiro-chefe do imperador. O título é costumeiramente referenciado em conjunto com outra atribuição semelhante - o cargo de *sesshō*. Os *sesshō* eram regentes nomeados para auxiliar um imperador até que este atingisse a maioridade, enquanto que os *kampaku* ajudavam imperadores já adultos. Coletivamente, os dois títulos eram conhecidos como “*sekkan*”, e, em função da pouca diferença prática entre eles, não era incomum que um *sesshō* se tornasse *kampaku* ou vice-versa.

andamento de uma disputa por poder entre Tokugawa Ieyatsu - que eventualmente se tornaria o terceiro unificador do Japão - e o filho e herdeiro de Toyotomi Hideyoshi, Toyotomi Hideyori. Quando Hideyoshi faleceu em 1598, seu sucessor tinha apenas cinco anos, e, como resultado, o poder de governo ficou concentrado nas mãos de seus cinco regentes apontados diretamente por seu pai. Na época, Ieyatsu - que mantinha uma relação conturbada e fortuitamente dúbia com seu antecessor - já articulava algumas alianças com outros *daimyō*, especialmente aqueles que nutriam algum tipo de antipatia por Hideyoshi. Assim sendo, em 1599, Tokugawa Ieyatsu liderou um exército até Fushimi e eventualmente tomou controle do Castelo de Osaka, que servia como residência de Hideyori. Inicia-se a partir do ocorrido a Batalha de Sekigahara, disputada entre apoiadores de Ieyatsu e aliados de Ishida Matsunari, um opositor de Ieyatsu apesar de não ser um dos regentes de Hideyori.

A batalha teve fim em 1600 com vitória decisiva de Ieyatsu, que diferentemente de seus antecessores - recebeu formalmente o título de xogum do imperador Go-Yōzei⁴¹ em 1603. Ele abdicou da sua posição oficial no xogunato pouco tempo depois no ano de 1605, passando a honraria ao seu filho e herdeiro, Tokugawa Hidetada. Isso, no entanto, não significou que Ieyatsu tivesse aberto mão de seu poder: apesar de não estar mais comprometido com seus deveres cerimoniais, Ieyatsu manteve-se como uma figura influente no governo do Japão até a sua morte em 1616.

A liderança de Tokugawa Ieyatsu eventualmente viria a se provar a mais estável entre os diferentes governos exercidos pelos unificadores japoneses. A ascensão do Xogunato Tokugawa marca o início do período Edo, marcado pelo rígido controle interno que perdurou por quase três séculos, até que a Restauração Meiji devolveu os poderes políticos à figura do imperador e marcou os primeiros passos em direção à modernização do Japão em um contexto de imperialismo ocidental sobre o Leste Asiático. Alguns conflitos internos eram particularmente perceptíveis, como as divergências ideológicas entre facções mais xenófobas que defendiam a expulsão completa de todos os estrangeiros do território japonês⁴² e as forças do xogunato, incluindo as suas tropas oficiais. Ainda assim, o período Edo é constantemente lembrado como uma época de grande estabilidade social.

⁴¹ Um importante aspecto sobre os períodos Kamakura, Muromachi, Azuchi-Momoyama e Edo é o fato de que, apesar da centralização do poder nas mãos do xogunato, a figura do imperador nunca deixou de existir. Ele ainda mantinha importância cerimonial e simbólica, mas só voltou a exercer controle mais direto sobre o Japão depois da Restauração Meiji de 1868.

⁴² Às facções de oposição ao xogunato Tokugawa, deu-se o nome “*Shishi*” ou “*Ishin Shishi*”. Elas se tornaram mais ativas já nos anos finais do período Edo, e algumas das alas mais radicais tiveram envolvimento direto na ascensão do governo Meiji.

O segundo foi a chegada dos primeiros protestantes europeus na província de Bungo. Os holandeses eventualmente se tornaram inimigos ferrenhos dos portugueses e tiveram importante papel na decadência da rota de comércio entre Macau e Nagasaki nos anos seguintes, frequentemente participando de ataques contra navios e até mesmo como reforço à repressão ao cristianismo católico. Ainda que as hostilidades não fossem exatamente vistas com bons olhos pelas autoridades japonesas, que frequentemente comparavam os holandeses com piratas, a Holanda acabou conquistando o papel comercial que anteriormente era desempenhado pelos portugueses. Mais detalhes a respeito da presença holandesa no Japão e as maneiras com que os Países Baixos foram se consolidando como uma grande ameaça aos interesses de Portugal naquele território serão comentados a seguir.

Em termos gerais, a partir da virada do século XVI para o século XVII se torna evidente de que, ao mesmo tempo em que o fluxo de mercadorias ao Japão aumentava, as condições para manter o controle sobre a rota de comércio entre Macau e Nagasaki se tornavam cada vez mais difíceis. No final das contas, uma série de fatores tanto internos como externos – a exemplo do aumento da concorrência com outros reinos europeus e da crescente desconfiança das autoridades japonesas em relação aos estrangeiros que se faziam presentes em seu território – colocavam em xeque o domínio lusitano sobre as rotas marítimas daquela região, até então pouco explorada por navegantes europeus senão os próprios portugueses que ainda gozavam dos privilégios de terem sido os pioneiros nas explorações rumo à Ásia e, mais especificamente ao Leste Asiático⁴³.

Considerando todas as circunstâncias, são contempladas no quadro seguinte as viagens realizadas entre os anos de 1600 e 1640. A partir desse período, praticamente todos os Grandes Navios de Macau chegavam a Nagasaki, confirmando a preferência deste porto pelos portugueses. Contudo, ainda que a previsão da anuidade das navegações se mantivesse, em determinados anos os navios simplesmente não saíam de Macau ou falhavam em chegar ao seu destino final. As causas para isso são bastante diversas, incluindo, nesse contexto, ataques bem sucedidos dos holandeses contra as embarcações lusitanas, disputas internas no Senado de Macau que implicavam em atrasos e até mesmo em boicotes contra alguns capitães-mores, condições meteorológicas adversas e restrições impostas pelas autoridades japonesas contra os estrangeiros em seu território.

⁴³ Torna-se relevante ressaltar aqui que o pioneirismo lusitano no que diz respeito ao comércio marítimo no Leste Asiático diz respeito somente à presença europeia na região. Na prática, os chineses já participavam desse tipo de trocas comerciais e continuaram fazendo parte dos intercâmbios com o Japão durante praticamente todo o período em questão.

QUADRO 3 - LISTAGEM DOS CAPITÃES-MORES DA VIAGEM AO JAPÃO (1600-1640)

Ano	Capitão-Mor	Local
1600	Horatio Nerete	Nagasaki
1602	Dom Paulo de Portugal	Nagasaki
1604	João Caiado de Gamboa	Nagasaki
1605	Nuno da Costa e António da Costa	Nagasaki
1606	Dom Diogo de Vasconcelos	Nagasaki
1609	André Pessoa	Nagasaki
1612	Pedro Martins Gaio	Nagasaki
1614	João Serrão da Cunha	Nagasaki
1615	Martim da Cunha	Nagasaki
1617	Lopo Sarmiento de Carvalho	Nagasaki
1619	Jerónimo de Macedo de Carvalho	Nagasaki
1620	Jerónimo de Macedo de Carvalho	Nagasaki
1621	Lopo Sarmiento de Carvalho	Nagasaki
1623	Domingos (Diogo) Cardoso de Melo	Nagasaki
1624	Agostinho Lobo	Nagasaki
1625	Agostinho Lobo	Nagasaki
1626	Luis Pais Pacheco	Nagasaki
1628	António Monteiro Pinto	Nagasaki
1629	António de Oliveira Aranha	Nagasaki
1630	Dom Gonçalo da Silveira	Nagasaki
1632	Lopo Sarmiento de Carvalho	Nagasaki
1633	Lopo Sarmiento de Carvalho	Nagasaki
1634	Lopo Sarmiento de Carvalho	Nagasaki
1635	Dom Gonçalo da Silveira	Nagasaki
1636	Dom Gonçalo da Silveira	Nagasaki
1637	Dom Francisco de Castelbranco	Nagasaki
1638	Dom João Pereira	Nagasaki
1639	Duarte Correia	Nagasaki

Fonte: BOXER, Charles. *O Grande Navio de Amacau*. Lisboa: Fundação Oriente, 1989, p. 55-149.

Alguns dos nomes destacados neste período em específico merecem atenção especial, dada a sua importância na consolidação de Nagasaki como principal ponto de recepção dos produtos comercializados de Macau e até mesmo no declínio das relações entre portugueses e japoneses. No final das contas, foram estes agentes históricos que protagonizaram as conexões estudadas neste presente trabalho, e a investigação de suas trajetórias é uma forma bastante eficiente de produzir pesquisa no âmbito das histórias conectadas considerando seus preceitos e seus objetivos particulares.

Jerónimo de Macedo de Carvalho, por exemplo, realizou duas viagens ao Japão: uma em 1619 e outra no ano de 1620. Jerónimo de Macedo de Carvalho era um fidalgo rico do Alenquer, que teria chegado à Índia em 1615 e realizado viagens a Malaca e à China em 1516 e 1517. Nesse último ano, retornou a Goa onde comprou três viagens ao Japão pelo valor de 48.000 xerafins⁴⁴. Sua primeira viagem foi realizada com oito galeotas - até então o número mais alto de embarcações em uma única ida ao Japão -, sendo considerada uma verdadeira demonstração de resiliência do comércio de Macau perante os ataques holandeses.

Sua segunda viagem ao Japão, no entanto, foi muito menos afortunada. Apesar de um dos navios ter conseguido escapar de uma emboscada holandesa, Jerónimo de Macedo de Carvalho foi preso pelas autoridades japonesas e detido em Omura, acusado de ajudar e encorajar a entrada clandestina de missionários vindos de Macau. Por conta de sua prisão, o Capitão-mor permaneceu em Omura por mais doze anos, onde acabou falecendo. Ao que tudo indica, contudo, seu cativo não foi particularmente cruel, uma vez que teria sido permitido a continuar com suas atividades comerciais.

Lopo Sarmiento de Carvalho, que viajou quatro vezes ao Japão, também foi uma figura particularmente relevante no que diz respeito às mudanças que caracterizaram as interações sociais entre lusitanos e japoneses no contexto da década de 1630. Seu passado foi bastante estudado por Charles Boxer, como pode ser observado no excerto abaixo:

Nascera em Bragança, na província interior de Trás-os-Montes, e era filho de Lopo Rodrigues de Carvalho e de Maria Luísa Sarmiento. Bragança era notória pela proporção relativamente grande de Cristãos Novos ou Marranos que lá viviam, e tendo em vista a grande sagacidade comercial demonstrada por Lopo Sarmiento durante a sua longa carreira no Extremo Oriente, é muito possível que corresse sangue judeu nas suas veias. Seja como for, veio para a Índia em 1607, e serviu com distinção em várias campanhas, em especial nos combates ao redor de Baçaim em 1613, onde foi gravemente ferido. Levou reforços a Malaca em Maio de 1614, e cerca de um ano mais tarde foi para Macau, onde casou com uma rapariga euroasiática e se estabeleceu, e onde veio a morrer quarenta anos mais tarde. (BOXER, 1989, p. 78).

⁴⁴ O xerafim era uma moeda de prata utilizada nas possessões asiáticas do Império Português. Equivalia a 300 réis.

A atribuição do cargo de Capitão-mor era originalmente uma concessão régia, dada a fidalgos considerados dignos de tal posição; mas com o passar dos anos, os capitães-mores eram indivíduos que compravam os seus cargos (BOXER, 1968, p. 109). De acordo com documentos de 1637, uma única viagem ao Japão como Capitão-mor poderia custar entre 16.000 e 72.000 xerafins, sendo este o valor pago por Lopo Sarmiento de Carvalho em sua última ida a Nagasaki (BOXER, 1968, p. 109). Em algumas ocasiões, a Câmara Municipal de Macau sugeria um candidato próprio em função de rivalidades internas, o que acabava resultando em alguns atritos com aqueles que pagavam pelas viagens. Isso foi particularmente verdade no ano de 1621, quando representantes do Senado da Câmara em Goa escreveram à Coroa sobre a suposta incapacidade de Lopo Sarmiento de Carvalho em conduzir as viagens ao Japão, dadas a sua falta de habilidade e até mesmo as origens de seu nascimento, sendo bem sucedidos ao usurpar a viagem de 1623, que ficou sob responsabilidade de Domingos Cardoso de Melo. Ainda assim, completando quatro viagens ao Japão, Lopo Sarmiento de Carvalho tornou-se o Capitão-mor que mais viajou ao arquipélago nipônico entre os anos de 1600 e 1640.

Rivalidades entre senadores de Macau e os capitães-mores das viagens ao Japão emergiam em um contexto de turbulência. De forma semelhante ao que ocorria em Hirado e Nagasaki, as primeiras décadas do século XVII foram marcadas por sucessivos ataques holandeses também na cidade chinesa, na tentativa de tomá-la como entreposto comercial a serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Esses ataques ocorreram nos anos de 1601, 1603 e 1607, mas foi em 1622 a maior e mais ambiciosa investida contra os lusitanos nela estabelecidos. Em 22 de junho do respectivo ano, uma frota de 13 barcos e 1300 homens protagonizaram um ataque que poderia ter dado fim a uma das mais importantes conquistas portuguesas no Leste Asiático; mas, apesar da inferioridade numérica, as 150 tropas do Reino de Portugal com seus escravos foram capazes de repelir a invasão que acabou se provando desastrosa às Províncias Unidas, em uma rara ocasião em que os holandeses foram incapazes de tomar uma possessão ibérica na Ásia. Visando à melhora das defesas da cidade, os administradores locais trataram de investir nas fortificações de Macau, que em 1639 já era muito mais protegida do que nas décadas em que foi atacada pelos rivais holandeses e seus aliados⁴⁵.

⁴⁵ Charles Boxer relata que havia bandaneses e japoneses lutando ao lado dos holandeses em 1622, e que, se considerar também suas baixas no combate, o número contabilizado de 130 mortes pelas listas oficiais da Holanda poderia subir para 300. Ainda assim, trata-se de uma estimativa bem menor do que aquelas apresentadas por fontes lusitanas, que mencionam 600 ou até mesmo 800 mortes de inimigos.

Essa fase das relações luso-japonesas também é relativamente bem documentada no que se refere às mercadorias comercializadas, especialmente quando comparada às anteriores. Fontes primárias preservadas em diferentes arquivos - especialmente em Portugal e em Macau - possibilitam uma análise mais detalhada do tipo de produtos que entravam no Japão, suas quantidades levadas nas naus, o valor pela aquisição em Cantão e - não menos importante - o preço que era cobrado pelos portugueses quando finalmente chegavam ao arquipélago nipônico, como é possível observar no quadro abaixo.

QUADRO 4 - LISTAGEM DAS MERCADORIAS DE UMA “NAU DO TRATO” (séc. XVII)

Mercadoria	Quantidade	Equivalência	Custo em Cantão	Preço no Japão
Seda crua	500 picos	30.000 kg	80 taéis	140-150 taéis
Retrós	500 picos	30.000 kg	140 taéis*	370-400 taéis*
Tecidos de seda com aves	2000 peças	-	11-14 mazes	2,5-3 taéis
Ouro	4000 taéis	120 kg	6 taéis e 6 mazes (ou 7 taéis)	8 taéis e 3 mazes
Almíscar	2 picos	120 kg	8 reais	14-16 reais
Alvaiade branco	500 picos	30.000 kg	2 taéis e 7 mazes (3 taéis em Macau)	6,5-7 taéis
Fio de algodão	300 picos	18.000 kg	7 taéis	16-18 taéis
Gangas	3000 peças	-	Variável	Variável
Mercúrio	200 picos	12.000 kg	40 taéis (53 em Macau)	< 90-92 taéis
Chumbo	2000 picos	120.000 kg	3 taéis	6 taéis e 4 mazes
Estanho	600 picos	36.000 kg	-	-
Raiz-da-china	600 picos	36.000 kg	1 tael e 12 mazes	4-5 taéis
Cerâmica	2000 ranquéis	200 pratos e/ou travessas de porcelana	Variável	Variável
Ruibarbo	100 picos	6.000 kg	2-3,5 taéis	5 taéis
Melaço	150 picos	9.000 kg	3 taéis	9-10 taéis
Açúcar branco	70 picos	4.200 kg	15 mazes	3-4,5 taéis

Fonte: Archivo de Indias, Sevilla 1.-2. 1/13-P-31.

De acordo com o “*Memorando das mercadorias que os Grandes Navios dos portugueses normalmente levam da China para o Japão*”, armazenado no Arquivo Geral das

Índias e republicado por Charles Boxer em “O Grande Navio de Amacau”, o carregamento de seda compusera grande parte das mercadorias que eram carregadas nos navios em direção ao Japão no início do século XVII. Essa seda tinha origem principalmente na China e era muito apreciada no arquipélago nipônico, sendo vendida a quase o dobro do preço cobrado em Cantão. Há também uma quantidade expressiva de metais, como mercúrio, chumbo e estanho e até mesmo de produtos ligados à economia açucareira, a exemplo do melão e do açúcar branco. Os japoneses, por sua vez, normalmente pagavam esses produtos em prata. A prata era abundante no Japão da época e, assim como a seda era muito apreciada no Japão, o metal era amplamente benquisto na China.

Estima-se que apenas a viagem de Goa ao Japão com escala em Macau rendia um lucro médio de aproximadamente 35.000 cruzados por volta da década de 1580 (THOMAZ, 2018, p. 77), tornando-a uma das mais rentáveis em comparação com outros percursos na mesma região. Já o mesmo trajeto através do Sião – atual Tailândia – gerava anualmente algo em torno de 1.500 cruzados (THOMAZ, 2018, p. 77). Em comparação, apenas a rota de comércio de Goa a Banda superava a lucratividade do trajeto a Macau e ao Japão no mesmo período, rendendo 39.500 cruzados ao ano (THOMAZ, 2018, p. 77). Isso demonstra que, apesar do relativo curto período de duração das relações entre Portugal e Japão, as navegações no Mar da China foram de extrema relevância econômica ao Império Português, já que faziam parte de um dos mais lucrativos empreendimentos ultramarinos da época.

Deve ser notado ainda que o documento em questão não se refere a uma embarcação específica, mas a uma estimativa das mercadorias que os navios portugueses levavam ao Japão no período em questão, ou seja, nas primeiras décadas do século XVII. Assim sendo, é mais do que plausível admitir que, ao longo dos anos em que o comércio luso-japonês permaneceu ativo, houve oscilações no que tange à quantidade de tecidos, metais e condimentos carregados anualmente, além de variações relativas aos valores pagos em Cantão e aos preços cobrados no arquipélago nipônico.

Mas sabendo que o comércio era extremamente vantajoso aos portugueses - considerando os elevados preços que os japoneses estavam dispostos a pagar pelas mercadorias -, é preciso voltar a atenção também às formas com que esse intercâmbio beneficiava chineses e, especialmente, japoneses. No final das contas qual era exatamente o interesse dos japoneses nos produtos oferecidos pelos navegantes portugueses nesse período? A relevância dos tecidos, por sua vez, é praticamente autoexplicativa, na medida em que a seda chinesa se destacava por sua notável qualidade na confecção de vestimentas. Como vários outros conhecimentos e

mercadorias que chegaram ao Japão, acredita-se que a seda e a sericultura tenham sido importadas ao arquipélago nipônico a partir de coreanos e chineses por volta do século IV d.C.

Mas além dos tecidos, a listagem das mercadorias também chama a atenção por sua quantidade expressiva de metais. O mercúrio tinha importância na manufatura de drogas utilizadas tanto na China quanto no Japão. De acordo com Trambaiolo (2015), compostos tóxicos de cloreto de mercúrio, incluindo preparações e misturas de sublimado corrosivo e calomelano, foram amplamente usados nas medicinas chinesa e japonesa pré-modernas. Algumas dessas drogas já vinham de conhecimentos milenares, enquanto outras foram produzidas com receitas mais novas desenvolvidas no Leste Asiático após a chegada da sífilis no século XVI ou introduzidas por meio do contato com os europeus. Mercúrio também era utilizado na China e no Japão em técnicas muito antigas de douração empregadas na decoração de superfícies, especialmente em templos delicadamente ornamentados com camadas finas de ouro. Diferentemente da China, onde registros datados de 1062 a.C. já mencionavam detalhadamente o manuseio do metal líquido para fins decorativos, as origens dessas técnicas no Japão não são exatamente conhecidas, mas é aceito que elas tenham iniciado em um período em que mercúrio e ouro eram suficientemente abundantes e sido utilizadas até meados a Era Meiji (GIUMLIA-MAIR; MORIMOTO IV; OTA, 2014, p. 1109).

O chumbo era potencialmente o metal mais importante no contexto do comércio sino-japonês na época e, não coincidentemente, compunha o maior volume dos metais importados pelas naus do trato portuguesas. De acordo com o *Teppōki*, chumbo era o material que compunha as munições carregadas nos arcabuzes, conforme pode ser observado no seguinte trecho:

Quando usado, um pó misterioso (*myōyaku*) foi colocado nele e uma pequena bolinha de chumbo foi adicionada. A princípio, um pequeno alvo branco foi montado em um banco. Quando foi descarregado, o homem agarrou o objeto com uma mão, endireitou sua postura e fechou um dos olhos. Quando então o fogo saía da abertura, o projétil sempre atingia o alvo em cheio. A explosão parecia um relâmpago, e o som como um trovão. Todos os espectadores taparam os ouvidos.

Havia também certo uso de chumbo na cerâmica, especificamente em peças esmaltadas que não precisavam de técnicas muito complexas para serem feitas (PITELKA, 2005, p. 54). Esse tipo de cerâmica esmaltada, trabalhada em temperaturas baixas, foi particularmente explorado pelo irmão mais novo de Oda Nobunaga - Oda Uraku -, além do renomado artista e mestre da cerimônia do chá, Hon'ami Kōetsu (PITELKA, 2005, p. 54). Nesse sentido, atenta-se ao legado cultural desse período da história japonesa: ainda que o xogunato Ashikaga seja constantemente lembrado como uma era de guerras e de violência, não foram poucas as contribuições nas artes em seus mais diversos âmbitos. O Período Azuchi-Momoyama, que

corresponde à marcha de Oda Nobunaga em direção a Kyoto até a ascensão do xogunato Tokugawa, também observou o esplendor da cerimônia do chá⁴⁶ e da introdução de novas técnicas envolvendo pintura a óleo⁴⁷. No que se refere ainda às aplicabilidades artísticas do chumbo exportado pelos portugueses, a listagem das mercadorias ainda atenta à presença do metal na forma de alvaiade branco, um ingrediente para tintas apreciado por sua textura suave e por sua opacidade apesar dos riscos de envenenamento devido ao seu manuseio.

Quanto ao estanho, havia uma aplicabilidade considerável do metal em esculturas budistas, atentando ao seu apreço em círculos sociais ligados à religião e às cerimônias. Segundo Chamas (2006, p. 154), “cerca de 95% do material usado para as imagens de bronze dourado fundidas antes do século IX foram revestidas de cobre com pequenas quantidades de estanho ou outros materiais”. Em vista disso, técnicas chinesas muito antigas envolvendo a mistura de estanho com cobre para a obtenção de bronze foram passadas aos japoneses por intermédio dos coreanos e dos próprios chineses por volta do século II d.C. É bastante possível que em meados dos séculos XVI e XVII tais técnicas ainda fossem utilizadas, especialmente considerando a aplicabilidade do bronze na confecção de artefatos de guerra, como espadas e escudos.

Foi inclusive no século XVI que o Japão observou um expressivo aumento na mineração, com descobertas de minas de ouro e de prata (NORIKO, 2016, p. 20) que eventualmente serviram para custear os gastos com os tecidos e as armas de fogo que eram exportadas pelos portugueses. Depois da expulsão dos lusitanos e da imposição do *sakoku*, no entanto, a produção de prata sofreu um grande declínio até ser gradualmente substituída pelo cobre, que se tornou um dos principais produtos de exportação do Japão por várias décadas seguintes. O cobre japonês então passou a ser consumido em outras regiões da Ásia e até mesmo da Europa através de um intercâmbio protagonizado principalmente por comerciantes chineses e holandeses pelo menos até o século XX, tornando-se um importante elemento no contexto de sua industrialização.

⁴⁶ A cerimônia do chá japonesa, também conhecida como “caminho do chá”, consiste na preparação cerimonial do chá verde em pó, que é servido aos convidados. Trata-se de uma atividade tradicional com influências do budismo e do taoísmo que, na época, foi bastante patrocinada por figuras importantes, como Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi

⁴⁷ Ver: MASON, Penelope. *History of Japanese Art*. Hoboken: Prentice Hall, 2005

3.5 – Sistematizando a Rota de Comércio de Macau a Nagasaki

Realizada a análise cronológica sobre a evolução das relações sociais entre portugueses, chineses e japoneses no contexto de estabelecimento e evolução da rota de comércio de Macau a Nagasaki, cabe agora refletir sobre alguns dados numéricos no que diz respeito às viagens ao Japão, sua frequência e – não menos importante – sua lucratividade. Nesse sentido, nesta etapa de pesquisa será feito um esforço para sistematizar algumas das informações anteriormente discutidas, atentando-se a alguns elementos que ainda não foram abordados com o mesmo grau de profundidade.

Primeiramente, atentar-se-á à dimensão geográfica da rota comercial, que abrangia territórios muito além das cidades de Macau e de Nagasaki – contemplando simultaneamente a Europa, a América, a África e, evidentemente, a Ásia. Partindo de Lisboa ou de outras cidades europeias – como Antuérpia, na Bélgica –, os navios que iam em direção ao Japão passavam ao longo de seu trajeto, por Moçambique, pela Índia – mais especificamente por Goa e Cochim – e por Malaca antes de chegar a Macau; de lá, as embarcações finalmente partiam rumo a Nagasaki ou a outros portos durante os primeiros anos de contato com os japoneses⁴⁸. Ocasionalmente, as naus portuguesas também realizavam escalas em portos brasileiros – em Salvador e no Rio de Janeiro – e nas ilhas de Tidore e Ternate, normalmente em função de condições climáticas adversas que impossibilitavam a continuidade da viagem ou de acidentes durante o percurso. No entanto, o receio de que o contrabando pudesse minar os rendimentos e as tentativas de manter o monopólio comercial sobre as colônias restringiu as escalas à excepcionalidade, mesmo que, na prática, paradas pudessem dar mais segurança às embarcações e aos próprios viajantes que muitas vezes precisavam lidar com falta de recursos e com enfermidades.

Em 1565, 1615, 1632, 1661, 1665, 1667 e em 1670 inclusive foram emitidas provisões e cartas reais que explicitamente proibiam a realização de escala na Bahia e a venda de mercadorias orientais no Brasil, sendo tais práticas passíveis de punição pela lei a partir de 1671 (ANTHONY, 2013, p. 149). A partir de 1672, no entanto, foi permitida a permanência no Rio de Janeiro caso houvesse muitos doentes a bordo e na Bahia se a navegação em torno do cabo da Boa Esperança se provasse inviável no tempo previsto de viagem (ANTHONY, 2013, p. 149). Outra ocasião em que a Coroa cederia foi no ano de 1666, quando se permitiu

⁴⁸ Como brevemente discutido anteriormente, de Macau alguns navios também partiam para Manila, de onde partiam novamente para o México ou até mesmo ao Peru.

especificamente que barcos de menor porte atracassem nos portos brasileiros nas viagens de volta, ou seja, no sentido Goa-Lisboa (ANTHONY, 2013, p. 150). O direito ao comércio direto entre a cidade de Macau e os portos brasileiros sem a necessidade de escala em Goa, por sua vez, só foi concedido formalmente no século XIX, com um decreto emitido em 13 de maio de 1810 e com as cartas régias de 30 de maio e 02 de junho do mesmo ano (LAPA, 1961, p. 296). De 1557 a 1640, foram registradas na Bahia pelo menos cinco escalas no sentido Goa-Lisboa e outras treze no sentido Lisboa-Goa (LAPA, 1961, p. 330-331).

O mapa abaixo demonstra a rota explorada pelos portugueses rumo ao Japão em sua totalidade. Em outras palavras, o trajeto destacado considera todos os pontos de escala que ocasionalmente serviram como locais de parada das naus lusitanas, mas que sem sempre foram utilizados nas viagens ao Japão. Não raramente – e, talvez, com inclusive maior frequência –, optava-se por completar o trajeto de forma mais direta, dirigindo-se de Portugal aos Açores e dos Açores ao Cabo da Boa Esperança, para finalmente seguir rumo a Goa, Malaca, Macau e – por fim – Nagasaki.

FIGURA 5 – VIAGEM DO JAPÃO



Fonte: Google Maps (2022)

Outra forma de ressaltar a dimensão global da rota de comércio de Macau a Nagasaki se volta, como discutido anteriormente, à sua lucratividade; afinal, a viagem ao Japão

rapidamente se provou uma das mais profícuas não apenas no contexto asiático mas de praticamente todas as possessões lusitanas durante o período em que a rota permaneceu sob controle português. No entanto, os dados anteriormente apresentados dizem respeito apenas ao resultado final das negociações realizadas em Cantão e em Nagasaki, cabendo ainda analisar a forma com que os portugueses conseguiram resultados tão positivos em um espaço tão curto de tempo. Para tanto, é possível verificar ainda a quantidade de prata exportada anualmente do Japão a Portugal, uma vez que ela viabiliza algumas reflexões sobre os montantes extraídos dessas relações que se estabeleceram.

Prata como discutido previamente, era – pelo menos naquele período – abundante no Japão. O metal foi amplamente utilizado nas transações com os comerciantes portugueses, que o levaram ao seu reino de origem em quantidades elevadíssimas. Considerando ainda que na mesma época outras possessões portuguesas não estavam oferecendo o retorno financeiro desejado, o trânsito de prata através de Macau e Nagasaki colocava a respectiva rota de comércio em uma posição de ainda mais destaque em comparação com outras rotas – especialmente no norte da África e no Atlântico, que ou acabaram se provando inviáveis do ponto de vista econômico, no caso de Ceuta, por exemplo, ou demoraram mais tempo para se destacar nesse âmbito, como foi o caso do Brasil.

O quadro a seguir – elaborado originalmente por Rui Manoel Loureiro – aborda a quantidade de navios enviados ao porto de Nagasaki no período correspondente aos anos de 1604 a 1638, assim como o valor do comércio em quilos de prata. Essas décadas podem ser consideradas um momento de simultâneo crescimento e crise das relações comerciais com o Japão, que reflete diretamente na quantidade de prata trazida anualmente do arquipélago nipônico a Portugal. Em um primeiro momento, pode-se observar um valor constante de 15.000kg de prata, que aumenta para 26.250kg no ano de 1618 e atinge os 30.000kg em 1619, dobrando o seu marco inicial. Em 1631 houve novamente um aumento que elevou o valor a 39.375kg, mas que se reduziu ligeiramente para 37.500kg nos dois anos seguintes, mantendo uma marca mais alta do que aquela registrada até 1627. Em 1634 o comércio atingiu seu valor mais baixo, com 18.375kg transportados do Japão, mas recuperou-se nos anos seguintes até atingir seu auge em 1636 com o impressionante valor de 88.125kg de prata carregados de Nagasaki. Por fim, em 1637 o valor voltou a cair, chegando aos 74.980kg de prata, e em 1638 confirma-se a tendência de decadência das relações comerciais com mais uma queda até chegar aos 47.200kg anuais.

QUADRO 5 – QUANTIDADE DE NAVIOS ENVIADOS A NAGASAKI E VALOR DO COMÉRCIO EM KG DE PRATA

Ano	Quantidade de Navios	Valor do comércio em kg de prata
1604	Uma nau	15.000kg
1605	Uma nau	15.000kg
1606	Uma nau	15.000kg
1609	Uma nau	15.000kg
1612	Uma nau	15.000kg
1614	Uma nau	15.000kg
1615	Uma nau	15.000kg
1617	Uma nau e um navio pequeno	15.000kg
1618	Quatro galeotas	26.250kg
1619	Oito galeotas	30.000kg
1620	Quatro galeotas	30.000kg
1621	Seis galeotas	30.000kg
1623	Sete galeotas	30.000kg
1624	Cinco galeotas	30.000kg
1625	Cinco galeotas	30.000kg
1626	Seis galeotas	30.000kg
1627	Um navio pequeno	30.000kg
1631	Três galeotas	39.375kg
1632	Três galeotas	37.500kg
1633	Duas galeotas	37.500kg
1634	Uma galeota	18.375kg
1635	Três galeotas	56.250kg
1636	Quatro galeotas	88.125kg
1637	Seis galeotas	74.980kg
1638	Duas galeotas	47.200kg

Fonte: LOUREIRO, Rui Manoel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-Nagasaki. *Revista de Cultura*, Macau, v. 24, p. 49, 2007.

É interessante observar como algumas das variações do valor de comércio são contemporâneas a alguns acontecimentos-chave envolvendo as relações entre portugueses e japoneses em Nagasaki. O valor mais baixo depois de 1617 – registrado no ano de 1634 – por exemplo, corresponde ao mesmo momento em que os japoneses decidiram cobrar as dívidas que os comerciantes macaenses estavam acumulando desde o início do século⁴⁹. Não é de se surpreender, nesse sentido, que o comércio tenha atingido o seu valor mais baixo desde 1618, quando a marca de 15.000kg de prata finalmente foi superada pela primeira vez. O que é inusitado, de fato, é o rápido crescimento nos anos seguintes; já em 1636 o valor do comércio em quilos de prata não apenas retomou sua trajetória de ascensão como atingiu seu valor mais alto, indicando que a demanda pelas mercadorias transportadas pelos portugueses ainda era grande. Considerando ainda que se trata de um período em que a moral lusitana em Nagasaki estava abalada por conta da crescente desconfiança nutrida pelas autoridades japonesas, a recuperação certamente desafiou as probabilidades até cair novamente em 1638, embora mantendo um valor mais alto do que aqueles registrados nos anos de 1632 e 1633.

De acordo com o “Relatório sobre a Armação ou Acordo Corporativo pelo qual os cidadãos de Macau enviam a sua seda para o Japão⁵⁰”, os maiores lucros eram provenientes do comércio de seda. Na medida em que a população de Macau continuou a crescer e o comércio com o Japão começou a atrair viajantes das mais variadas estirpes, estipulou-se uma forma de contrato chamada “Armação”, idealizada pelo bispo Dom Belchior Carneiro. Algumas das condições da Armação incluíam a aplicação de uma penalidade equivalente a 10% da carga total aos capitães que não respeitassem o limite estipulado pelo Leal Senado naquele ano, uma divisão da seda chamada “baque” de acordo com o capital e com as despesas domésticas de cada comerciante e o pagamento das despesas públicas pelos proprietários da seda a ser exportada⁵¹.

Nesse contexto, é possível estabelecer uma pequena comparação com outro fluxo de prata bastante notável no que diz respeito às dinâmicas ultramarinas protagonizadas pelos portugueses, ainda que com algumas ressalvas: o transporte através do Rio da Prata. Especialmente a partir do final do século XVI, comerciantes portugueses começaram a se fazer presentes na região do Rio da Prata, estabelecendo uma comunidade no que hoje é Buenos Aires ainda durante o período da União Ibérica (KÜHN, 2020, p. 2). Especialmente ativos no tráfico

⁴⁹ Maiores detalhes serão comentados no capítulo seguinte.

⁵⁰ COOPER, Michael. The Mechanics of the Macao-Nagasaki Silk Trade. *Monumenta Nipponica*, Tóquio, v. 27, n. 4, p. 423-433, 1972.

⁵¹ Aparentemente, não havia uma quantia fixa no que dizia respeito ao pagamento dessas despesas públicas. Esse pagamento alternava entre 2% a 4% dos rendimentos, dependendo das circunstâncias.

de escravos para a América espanhola, os lusitanos dominavam esse lucrativo setor do comércio colonial legal, além de estarem intimamente envolvidos com atividades ilegais de contrabando, por meio do qual controlavam parte da prata peruana que era embarcada pelo estuário da Prata (KÜHN, 2020, p. 3). Os resultados dessa intensa e lucrativa atividade de contrabando praticada na Colônia do Sacramento, por sua vez, podem ser medidos pelos constantes carregamentos de prata que saíam do Brasil para Lisboa (KÜHN, 2020, p. 3).

A partir de meados do século XVIII, grandes quantidades de prata saíam dos portos do Rio de Janeiro quase todos os anos. Praticamente toda a prata exportada era proveniente do comércio ilegal com a América espanhola, facilitado pela proximidade de Colônia de Sacramento com Buenos Aires. Em 1761, o cônsul francês em Lisboa informou que a frota anual trazia dois milhões de pesos de prata (KÜHN, 2020, p. 3). Alguns anos depois, em 1766, apesar da crescente vigilância das autoridades espanholas, o contrabando português no rio da Prata atingiu o valor de oitocentos mil pesos (KÜHN, 2020, p. 3).

Evidentemente, algumas circunstâncias devem ser consideradas antes de estabelecer as devidas comparações entre o fluxo de prata através do Rio da Prata e através de Nagasaki e Macau. Primeiramente, os dados relativos ao contrabando em meados do século XVIII foram testemunhados em um período em que a moeda portuguesa já havia passado por algumas variações de valor, tornando-se bastante provável que uma estimativa semelhante realizada no auge do comércio com a China e com o Japão chegasse a um resultado diferente. Outra questão a ser considerada é o fato de que o transporte de prata através do Rio da Prata era oriundo de uma atividade ilegal, enquanto a prata oriunda do comércio com os japoneses tinha origem em relações majoritariamente legais. Ainda assim, a partir das informações trazidas pelo cônsul francês, por exemplo, é possível estimar alguns dados além dos que já foram discutidos anteriormente

No que se refere ainda à continuidade das viagens ao Japão, alguns estudos ainda atentam ao grau de comunicação entre a cidade de Macau e o porto de Nagasaki; ou seja, à quantidade e à frequência com que os navios não apenas partiam da China como também retornavam do arquipélago nipônico em um único ano. Trata-se de uma perspectiva bastante pertinente para tanto estabelecer um parâmetro empírico no que diz respeito à eficiência do intercâmbio protagonizado pelos portugueses quanto refletir sobre o impacto dessa eficiência – ou da ausência dela – nas finanças dessa rota.

João Paulo Oliveira e Costa verificou em sua pesquisa especificamente a quantidade de navios enviados de uma cidade para a outra no intervalo dos anos de 1597 a 1617. No que o

autor chama de “envio de informações de uma cidade à outra”, sua análise atenta ao fato de que – considerando o total de viagens realizadas no período e não apenas aquelas feitas pelo Grande Navio – o trajeto de Nagasaki a Macau foi completado com mais frequência do que o sentido inverso, como pode ser observado no quadro abaixo.

QUADRO 6 – ENVIO DE INFORMAÇÕES DE UMA CIDADE À OUTRA⁵²

Ano	Macau-Nagasaki	Nagasaki-Macau
1597	-	2*
1598	1*	2
1599	1	1
1600	1*	-
1601	1	2*
1602	1*	-
1603	1	2*
1604	1*	1*
1605	1*	2
1606	1*	2*
1607	1	3*
1608	1	3
1609	1*	1
1610	-	1
1611	1	2
1612	1*	3
1613	2	4*
1614	1*	2
1615	1*	3*
1616	3	2*
1617	3*	3
<i>Totais</i>	24 (1.14 por ano)	41 (1.95 por ano)
<i>Viagens do Grande Navio</i>	11 (44.8%)	10 (24.3%)

Fonte: COSTA, João Paulo Oliveira e. A route under pressure: communication between Nagasaki and Macao (1597-1617). *Bulletin Of Portuguese - Japanese Studies*, Lisboa, v. 1, p. 80, 2001.

A análise do envio de informações de uma cidade à outra evidencia alguns aspectos que vão além da natureza econômica das relações que se estabeleceram no contexto de comércio entre Macau e Nagasaki. Sobre a questão, o autor afirma que:

⁵² Os asteriscos referem-se ao trajeto realizado pelo Grande Navio naquele ano.

Olhando para esta tabela, notamos que houve muito mais viagens de Nagasaki a Macau do que no sentido inverso, o que também implica que o Grande Navio foi menos importante para o correio de Nagasaki do que para Macau. Como podemos ver, 45,8% do correio de Macau para Nagasaki foi transportado pelas naus portuguesas, enquanto apenas 24,3% do correio de Nagasaki para Macau utilizou o mesmo sistema. Parece-me que isto é uma prova do que referi anteriormente: que Macau era muito mais dependente da navegação portuguesa. Por isso, era difícil para os macaenses aparelharem navios para enviar informações para Nagasaki, enquanto para os jesuítas no Japão, e os casados, era mais fácil aparelhar um navio, ou também perguntar a outros mercadores que iam navegar para o Sudeste Asiático portos, por socorro, que consentiram em passar por Macau para aí deixar cartas do Japão (COSTA, 2001, p. 81).

Complementando os dados anteriores, Oliveira e Costa ainda sistematizou especificamente a chegada de notícias sobre o Japão à China, atentando ao grau de comunicação entre China e Japão a partir da chegada de informações a Macau. O quadro a seguir, nesse sentido, apresenta alguns dados menos regulares do que a tabela acima, como pode ser observado abaixo:

QUADRO 7 – CHEGADA DE INFORMAÇÕES A MACAU

Anos	Chegadas	Chegadas/Ano	Chegadas do Grande Navio
1597-1602	7	1.16/ano	2 – 28.5%
1603-1610	16	2.00/ano	4 – 25.0%
1611-1617	19	2.70/ano	3 – 15.7%

Fonte: COSTA, João Paulo Oliveira e. A route under pressure: communication between Nagasaki and Macao (1597-1617). *Bulletin Of Portuguese - Japanese Studies*, Lisboa, v. 1, p. 81, 2001.

Sobre a questão, Oliveira e Costa afirma que:

Quando olhamos para as viagens de Nagasaki a Macau não encontramos a mesma regularidade na direção oposta. A Tabela mostra que houve um aumento constante das chegadas a Macau durante este período. De 1597 a 1602 houve dois anos sem chegadas e a média anual foi de 1,16; de 1603 a 1610 houve sempre, pelo menos, uma chegada, e a média anual cresceu para duas; nos últimos anos houve sempre, pelo menos, duas chegadas, e a média anual voltou a crescer (2,7). Ao mesmo tempo que o número de chegadas a Macau aumentou, o Grande Navio foi menos relevante para a comunicação – foi responsável por 28,5% das chegadas nos primeiros anos, mas representou apenas 15,7% delas nos últimos anos. Estes elementos são um bom exemplo da força comercial de Nagasaki durante este período, o que facilitou o envio de notícias para Macau, apesar das dificuldades do comércio (COSTA, 2001, p. 81-82).

Em resumo, a virada do século XVI para o século XVII foi um período de expansão das relações comerciais entre Portugal, China e Japão, com aumento considerável dos investimentos e dos lucros na medida em que Nagasaki se consolidou como destinação principal das embarcações lusitanas no arquipélago nipônico. Simultaneamente, no entanto, também foi

um período de deterioração das relações luso-nipônicas, na medida em que crescia a desconfiança das autoridades japonesas em relação às intenções dos viajantes europeus em seu território. No capítulo seguinte, serão analisadas as circunstâncias que caracterizaram a crise que eventualmente resultou na expulsão dos portugueses do Japão, além das tentativas lusitanas de reverter a perda de Nagasaki e os impactos a longo prazo desse intercâmbio que durou praticamente um século.

4. O declínio da rota de comércio entre Macau e Nagasaki

4.1 - Revisitando as origens da crise no Japão

Ainda que a rota se demonstrasse suficientemente rentável do ponto de vista econômico, a aversão ao cristianismo legitimada por éditos e decretos desde 1587, o aumento da concorrência com outros reinos europeus e as rivalidades entre diferentes forças políticas japonesas contribuiu aos poucos para o seu desgaste. A década de 1620 em particular se provou um ponto crítico para os portugueses no Japão, especialmente a partir de 1623 quando uma embaixada espanhola foi presa em Satsuma (BOXER, 1989, p. 94), tornando evidente que o xogunato tratava os reinos ibéricos - na época unidos - com cada vez mais desconfiança. No final da década, por volta de 1626, os portugueses eram obrigados a assinar declarações afirmando que não enviariam missionários ao Japão e nem dar assistência àqueles que já estavam naquele território (BOXER, 1989, p. 97).

A década de 1630, continuando a tendência de crise da década anterior, foi marcada por um acentuado declínio das relações luso-nipônicas, e os administradores coloniais portugueses estavam bastante cientes do estado crítico envolvendo o comércio com o Japão. Nesse contexto, não apenas a perseguição contra os cristãos foi ainda mais implacável como também havia outra questão mal resolvida pelos comerciantes e diplomatas portugueses: o endividamento da cidade de Macau⁵³. Já no início do século, em 1603, o xogum passou a realizar empréstimos para que os navegantes lidassem com a perda de cargas em função de naufrágios ou dos ataques protagonizados por piratas e por outros rivais europeus. Com o passar dos anos, no entanto, esses empréstimos não estavam sendo devidamente pagos e os prejuízos apenas aumentavam.

Em 1630, as dívidas dos comerciantes macaenses estavam avaliadas entre 200.000 a 600.000 cruzados (BOXER, 1989, p. 105). Os japoneses, por sua vez, não condenavam comerciantes endividados com leis locais, limitando-se a extraditá-los a Macau nos casos em que as quantias não eram devidamente pagas (BOXER, 1989, p. 108). Em um primeiro momento, o envio dos comerciantes com dívidas a Nagasaki em 1632 reverteu brevemente a situação de calamidade financeira; na ocasião, foram firmados acordos e promessas que teriam agradado as autoridades japonesas (BOXER, 1989, p. 109). Em 1633, no entanto, o endividamento de Macau piorou drasticamente: a cidade teria pedido mais 66.0000 taéis de

⁵³ Arquivo de Macau, AM-I-01-06.

prata emprestados mesmo com a dívida de 150.000 taéis ainda em aberto pelo feitor da viagem de 1631 - Francisco de Lis Velho.

Nesse panorama, os portugueses estavam pedindo recursos emprestados a um grupo de comerciantes e prestamistas japoneses para pagar parte do que deviam a outros (BOXER, 1989, p. 112). Os credores japoneses, cientes da situação, fizeram um pedido único da liquidação de todas as dívidas que existiam, exceto aquelas relativas à viagem de 1631, mas poucos comerciantes portugueses tinham condições para pagar as grandes quantias que estavam sendo cobradas. Como resultado, os muitos que não tinham essas condições foram extraditados, forçados a vender bens - incluindo suas residências no Japão - e coagidos a retornar para pagar o que ainda deviam (BOXER, 1989, p. 112). A partir desse ato em particular, torna-se evidente que a crise das relações luso-nipônicas também tem origens em fatores econômicos, bem menos lembrados no que se refere ao contexto da década de 1630.

Em função da intensificação da perseguição contra o cristianismo e o expressivo aumento das dívidas dos comerciantes de Macau, é possível que nessa época o xogunato já estivesse próximo de expulsar por definitivo os portugueses do Japão. No entanto, havia ainda uma demanda sobre as mercadorias trazidas pelos lusitanos que impedia o xogunato de executar seus planos, como destaca-se no excerto abaixo:

O *bakufu* estava gradualmente a convencer-se que era desejável expulsar os portugueses do Japão de uma vez para sempre, mas hesitava em dar o passo final, visto que cargas de seda de Macau eram muito mais valiosas que as que traziam os holandeses e os chineses, ou os poucos navios de selo vermelho que ainda eram autorizados a ir à Indochina (BOXER, 1989, 123).

Os portugueses também estavam cientes da piora de suas relações com os japoneses, na medida em que muitos dos documentos que registram as viagens de Macau a Nagasaki contêm trechos onde são observados sinais de desrespeito contra os comerciantes que, até então, não sofriam dos mesmos castigos destinados aos missionários cristãos ou àqueles que ajudavam os religiosos no seu proselitismo. Como visto anteriormente, mesmo aqueles que foram eventualmente presos por trazer pregadores ao Japão não sofriam penas necessariamente severas, que podiam se limitar à prisão domiciliar - com possibilidade de manutenção das atividades comerciais - ou à deportação a Macau no caso daqueles que estavam se afundando em dívidas.

O “*Termo fobre fe mandar a Manilla avizo, para que não pafsem Relligiozos a Japaõ, este A.º de 1638*” é um dos registros históricos que expõem as preocupações de autoridades lusitanas com a estabilidade da rota de comércio para o Japão⁵⁴. O documento cuja autoria pode

⁵⁴ Arquivo de Macau, AM-I-01-05.

ser atribuída a Francisco de Abreu, Pero Cordeiro, Gaspar Barboza Pereira, Luiz Tavares Carneiro, Domingos Dias Velho e Romão de Lemos expressa bem as preocupações envolvendo o endurecimento das medidas anticristãs no arquipélago nipônico, como pode ser observado no seguinte trecho:

[...] que visto o recado de Japaõ trouxera p.^a esta Cid.^a [...] que fe de Manilla, e fuas Provincias pafsafsem ao dito Japaõ, naõ fõ Relligiozos, senaõ feenlares, que feriaõ queimados os navios da viagem desta Cid.^a, gente, e fazendas, e quebrado este comercio, fem com esta dita Cid.^o fe haver piedade, visto terem nos avizado tantas vezes, fem fe quererem emmendar, fendo desta Cid.^o, e a de Manilla ambas de hum Rey, o que tudo visto, e outras muitas couzas, e considerado o grande mal, que rezultaria contra o ferviço de Deos, nofso Snr, e fuas christantades, o faltar este comercio, e bem afim contra o ferviço de S. Mag.^o, e feus estados, e fua real fazenda, por cuja conta se fas estas viages; e outro fi, que faltando elle, ficara o rebelde holandez com o dito comercio.

O excerto do documento é bastante exclamativo no que diz respeito às ameaças japonesas aos portugueses. A partir daquele momento, embarcações com religiosos a bordo que passassem pelo Japão seriam destruídas, e as relações comerciais com a cidade de Macau seriam rompidas permanentemente em caso de descumprimento das exigências japonesas. Como visto anteriormente, os viajantes lusitanos estavam continuamente descumprindo ordens, especialmente no que dizia respeito ao envio de missionários a Nagasaki, e, mesmo com punições, tal prática continuou ocorrendo com certa frequência.

O trecho ainda demonstra outro aspecto particularmente importante a respeito da crise das relações entre Portugal e Japão: a ameaça da presença holandesa. Os holandeses em aliança com alguns ingleses começaram suas relações com o Japão logo na virada do século XVII. Houve uma tentativa de contato pacífico com os portugueses em 1601, mas estes acabaram capturando um dos navios comandados pelo oficial Jacob van Neck e executando quase toda a tripulação nele presente. Já em 1603 não há registro de chegada do Grande Navio de Gonçalo Rodrigues de Sousa ao Japão em função da captura deste por navegantes a serviço das Províncias Unidas. Nos anos seguintes, o receio de retaliações por parte de navegantes holandeses tornou-se uma circunstância constante e afetou em grande escala a estabilidade da rota de comércio entre Macau e Nagasaki.

Inicialmente, os jesuítas portugueses conseguiram convencer as autoridades locais de que os holandeses que chegaram ao Japão na virada do século XVI para o século XVII eram piratas que deveriam ser executados. Mas as coisas começaram a mudar quando um inglês chamado William Adams, que fora preso assim que chegou ao Japão, começou a se aproximar de Tokugawa Ieyasu. É bastante possível que, uma vez conquistada a simpatia do governante, Adams tivesse o alertado sobre as possíveis intenções dos missionários cristãos e dos seus rivais ibéricos, o que teria influenciado a decisão final em expulsá-los.

Ainda que seja improvável que um estrangeiro tivesse notoriedade suficiente para participar efetivamente das políticas do xogunato, não é completamente absurdo que figuras como Adams tenham tido algum tipo de influência sobre certas decisões. Em uma carta enviada para sua esposa, ele teria refletido sobre sua relação com o xogum, afirmando que:

Apresentando-se perante o rei, ele demonstrou-se maravilhosamente favorável. [...] Mostrei-lhe o nome de nosso país, e que nossa terra há muito procurava as Índias Orientais e desejava amizade com todos os reis e potentados em termos de mercadorias, tendo em nossa terra diversas mercadorias, que essas terras não possuíam... perguntou se nosso país teve guerras? Respondi-lhe sim, com os espanhóis e os portugueses, estando em paz com todas as outras nações. Além disso, ele me perguntou, em que eu acreditava? Eu disse, em Deus, que fez o céu e a terra. Ele me fez diversas outras perguntas sobre religiões, e muitas outras coisas [...] Tendo um mapa do mundo inteiro, mostrei a ele, através do Estreito de Magalhães. Ao que ele se perguntou, e pensou que eu estava mentindo. Assim, de um tópico para outro, fiquei com ele até meia-noite (MURAKAMI; KENGO, 1900, p. 23-24).

Para piorar a situação dos portugueses no Japão, os holandeses teriam sido bem recebidos por Tokugawa Ieyasu em 1609, ganhando do terceiro unificador o direito a instalar em Hirado uma agência de comércio. Na época, os holandeses passaram a praticar pilhagem contra juncos chineses e suas agências comerciais, uma vez que não tinham bases na região até sua chegada a Formosa em 1624. Em múltiplas ocasiões, os holandeses participaram em tentativas de destruição e saque das naus que saíam de Macau, ocasionalmente atingindo o seu objetivo.

O avanço holandês no Japão tem conexão direta com a formação da Companhia Holandesa das Índias Orientais⁵⁵ em 1602, que por sua vez, tem ligação com a Guerra dos Oitenta Anos, cuja eclosão acabou resultando na independência da Holanda em relação à Espanha em 1648, e com a União Ibérica, que - como discutido anteriormente - tornou Portugal um alvo dos holandeses em função de sua aproximação com os seus antigos inimigos espanhóis. Com uma mistura de capital privado e investimento estatal, a VOC foi primordial para a consolidação do poder político e econômico holandês não apenas na Europa como em territórios ultramarinos, especialmente na Ásia onde teve sucesso com o estabelecimento na Batávia e em regiões que hoje compõem parte da Tailândia, do Vietnã e da Índia. Ao final do século XVII, navios holandeses percorriam quase toda a rota comercial europeia, excetuando-se a rota espanhola a oeste da costa americana e através do Oceano Pacífico em direção a Manila (WILLIS JR., 2001, p. 91). Do cabo da Boa Esperança ao Japão, os holandeses dominavam praticamente sozinhos as rotas comerciais do Oceano Índico, na medida em que as possessões

⁵⁵ Em holandês, *Vereenigde Oostindische Compagnie*. A Companhia Holandesa das Índias Orientais também é comumente referenciada pela sua sigla, VOC.

portuguesas e espanholas foram sendo paulatinamente capturadas ou devolvidas aos seus antigos donos (WILLIS JR., 2001, p. 91).

Em algumas ocasiões, contudo, os holandeses também sofreram revezes no tocante às suas relações com os japoneses. Enquanto a rota de comércio de Macau e Nagasaki se manteve ativa, a dimensão dos seus negócios nunca foi a mesma daqueles protagonizados pelos portugueses, o que incentivava ainda mais os ataques contra os navios e galeotas lusitanas. No entanto, o uso da força contra embarcações portuguesas também trazia problemas aos japoneses, que eventualmente eram prejudicados pelos atrasos e pela danificação dos artigos importados da China. Como exemplo, em 1634, depois das paliativas soluções encontradas para resolver o problema das dívidas da cidade de Macau, o xogunato proibiu o comércio com Formosa, o que resultou num aumento do preço dos artigos de seda que favoreceu os portugueses (BOXER, 1989, p. 139).

Ainda no que tange à expulsão dos portugueses do arquipélago nipônico, o papel dos missionários como catalisadores do término das relações luso-japonesas é constantemente lembrado, tanto pelas fontes primárias produzidas naquela época quanto pela bibliografia que se produziu acerca do tema. No final das contas, foram eles que contribuíram com as animosidades envolvendo as autoridades japonesas, protagonizando vilipêndio religioso contra símbolos sagrados de crenças locais e reprimindo práticas culturais comuns em nome de sua fé estrangeira.

O proselitismo também foi apontado como um dos grandes fatores - se não o maior deles - para o declínio definitivo das relações luso-japonesas muito em função da eclosão da Rebelião de Shimabara entre os anos de 1637 e 1638. A rebelião foi protagonizada por camponeses - em sua maioria cristãos - e *ronins*⁵⁶, insatisfeitos com o aumento de impostos decorrente da construção de um castelo pelo clã Matsukura e com a perseguição religiosa contra aqueles que se converteram ao cristianismo. Em resposta, o xogunato Tokugawa enviou seus homens, que cercaram o castelo ocupado pelos rebeldes e posteriormente executaram os envolvidos. A cabeça do líder da rebelião, um jovem *ronin* de apenas 14 anos chamado Amakusa Shirō, foi exposta em Nagasaki como forma de intimidar cristãos e missionários. Com a repressão à revolta, a religião passou a ser ainda mais severamente perseguida, e o Japão passou a reforçar sua política de isolamento - o *sakoku*.

⁵⁶ Os *ronin* (浪人) eram basicamente samurais sem mestre. Esses guerreiros, que não serviam a um *daimyō*, realizavam pequenos serviços em troca de refeições e pagamentos e praticavam suas técnicas de combate em solidão. Por se tratar de uma condição imposta e não escolhida, os *ronin* eram considerados homens “sem honra”, sendo vetado o seu direito a cometer *seppuku*.

Contudo, os fatores que resultaram no fim das relações formais entre Portugal e Japão são dotados de muitas nuances, sendo limitado e até mesmo leviano atribuí-los única e exclusivamente à atuação dos missionários jesuítas e franciscanos. De acordo com os éditos lançados na época, a escravização de indivíduos japoneses teria prejudicado a consolidação de uma convivência mais pacífica entre o povo daquele território e os lusitanos. No entanto, não apenas eram os comerciantes que exploraram muito mais o tráfico de escravos japoneses como também os missionários ocasionalmente se manifestavam de maneira contrária à prática em questão.

A proibição do tráfico de escravizados no Japão tem origens no descontentamento de Toyotomi Hideyoshi, o segundo unificador japonês, que teria se espantado com a prática durante sua campanha militar na conquista da ilha de Kyushu:

Eles compram centenas de japoneses para seus navios negros, homens e mulheres, colocando-lhes correntes de ferro nas mãos e nos pés, jogando-os nos porões de suas embarcações, empilhados como uma carga infernal. Além disso, tanto monges quanto aprendizes compram vacas e cavalos, tirando-lhes o couro ainda vivos e comendo-os com suas mãos nuas. Eles não têm cortesia entre pais e filhos, ou entre irmãos. Estes relatos não parecem ser deste mundo, mas alguma visão do inferno. Japoneses que vivem nestas áreas aprendem e imitam esse comportamento, e ouvimos que eles costumam vender seus filhos, seus pais e suas esposas. Se esta seita for permitida, acreditamos que o Japão será tomado por esta doutrina estrangeira. Caso isto aconteça, a lei de Buda e a lei do imperador serão descartadas, o que seria algo terrível. Com infinita compaixão e misericórdia já ordenamos a expulsão dos monges da seita dos padres deste país (EHALT, 2017, p. 144-145).

Tanto a historiografia japonesa quanto ocidental tendem a enfatizar a comoção de Hideyoshi em relação à captura de seus compatriotas como um dos grandes motivos para a decisão que resultou no édito de 1587 contra os missionários, discutido previamente. Ainda que não seja de forma alguma absurdo considerar que, de fato, a decisão de Hideyoshi tenha se baseado no seu sentimento de revolta, e que o líder tenha se indignado com a situação daqueles que acabavam sendo presos e transportados à Europa e às colônias europeias na América, leituras mais contemporâneas tendem a se preocupar mais com o contexto geral em que a promulgação do édito em questão estava inserida. Acadêmicos japoneses tendem a enfatizar que um memorando anterior ao édito, lançado em julho de 1587, visava à proibição do tráfico humano entre japoneses, sendo a venda de japoneses para mercadores portugueses justamente uma consequência dessa proibição⁵⁷. Hideyoshi teria prometido a Gaspar Coelho que se responsabilizaria por uma compensação aos mercadores portugueses em Hirado pelo dinheiro gasto na compra de escravos a serem libertos pelos europeus. Ao retornar a Sakai, no entanto,

⁵⁷ Ver: FUJIKI Hisashi. *Toyotomi Heiwarei to Sengoku Shakai*. Tóquio: Tokyo Daigaku Shuppankai, 1985.

surpreendentemente Hideyoshi descumpriu sua promessa, ordenando que os escravos fossem libertados à força e sem algum tipo de compensação aos comerciantes.

É bastante provável que Hideyoshi tivesse tomado a sua primeira atitude direta contra o tráfico nipo-lusitano de escravos por volta de agosto de 1587, quando estava no porto de Sakai (EHALT, 2017, p. 150). Considerando todas as circunstâncias, as políticas de Hideyoshi contra o tráfico de escravos acabaram seguindo um processo gradual (EHALT, 2017, p. 154), que possivelmente tinha ligação com ambições pessoais do segundo unificador em manter o Japão unificado e livre de ameaças tanto internas quanto externas.

Nesse sentido, é plausível argumentar que a expulsão fora fruto de uma série de fatores não só relativos à atuação de missionários e comerciantes portugueses como também à própria identificação do cristianismo como ameaça ao projeto de poder do xogunato. Sobre a questão, afirma-se que:

Vários fatores têm sido apontados para explicar a decisão política de expulsar os cristãos. Um desses fatores foi o receio do Japão ser colonizado por forças europeias [...] Um outro fator decisivo foi a intolerância dos missionários em relação a outras religiões, o que provocou má-vontade por parte das Budistas e Xintoístas. De referir são também as desavenças entre Jesuítas, Dominicanos e Franciscanos, que levantavam suspeitas quanto às suas verdadeiras intenções. As campanhas anticatólicas dos holandeses e ingleses protestantes que começaram a chegar ao Japão na primeira década do século XVI contribuíram para acalantar animosidades. O tráfico de escravos japoneses também desagradava e provocava suspeitas sobre as intenções dos portugueses (CARVALHO, 2000, p. 140).

Com a crise atingindo seu ápice nos anos finais da década de 1630, em 1639 os japoneses passaram a executar seus planos de expulsão definitiva dos portugueses de seu território. No mês de maio daquele ano, Duarte Correia, depois de permanecer dois anos preso, foi torturado e queimado vivo em Nagasaki (BOXER, 1989, p. 139). Os holandeses tiveram papel importante nas decisões finais do xogunato, uma vez que estiveram diretamente envolvidos com conselheiros do xogum (BOXER, 1989, p. 139). Em setembro, um comissário do xogum chamado Ōta Sukemune anunciou aos portugueses Dom Francisco de Castelbranco e Dom João Pereira - presos nos seus domicílios - acompanhados de Vasco de Palha de Almeida e outras figuras importantes a decisão final de interromper por definitivo as relações com os viajantes de Macau (BOXER, 1989, p. 140). Ainda que a ordem inicial fosse de executar todos os que estivessem ali presentes, foi decidido poupar a vida dos viajantes, desde que nunca mais retornassem ao Japão.

Em uma reunião realizada no dia 13 de março de 1640, o Senado de Macau decidiu enviar uma embaixada ao Japão com o intuito de reverter o édito declarado em 1639. O navio partiu em 22 de junho daquele ano, com quatro cidadãos notáveis levando 6000 taéis de prata e nenhuma mercadoria (BOXER, 1989, p. 143). Assim que chegaram a Nagasaki em seis de

julho, no entanto, a tripulação foi imediatamente aprisionada. Dessa vez, no entanto, as autoridades japonesas não demonstraram piedade, executando 61 dos tripulantes presentes e poupando a vida de apenas 13 que foram enviados a Macau em um pequeno junco chinês para enviar os últimos avisos de que os portugueses não deveriam tentar algo parecido no futuro (BOXER, 1989, p. 144). Era o fim de uma das mais lucrativas rotas de comércio estabelecidas pelos lusitanos durante o seu processo de expansão ultramarina.

4.2 - As tentativas de Restabelecimento das Relações com o Japão

Mesmo após os eventos que escalaram à situação de calamidade em 1640, os portugueses ainda tentaram retomar sua relação com os japoneses, na esperança de que os laços comerciais ali estabelecidos pudessem ser reatados. No final das contas, a rota de comércio entre Macau e Nagasaki era profícua demais para simplesmente ser abandonada, especialmente quando as evidências atentavam à possibilidade de que rivais europeus passariam a usufruir praticamente sozinhos do lucrativo comércio com o arquipélago nipônico. Sua perda, nesse sentido, significaria um revés não apenas econômico como político também, já que Portugal investiu fortemente nas expedições à Ásia tanto para explorar novas possibilidades comerciais quanto para frear o avanço de outros reinos europeus e de consolidar sua influência entre as monarquias ocidentais.

Nesse panorama, dentre as tentativas lusitanas de recuperar o Japão à sua zona de influência, destaca-se em particular o envio da embaixada do capitão Gonçalo de Siqueira de Souza no ano de 1644, quatro anos depois da expulsão definitiva dos reinos ibéricos e da adoção da política externa de isolacionismo pelo Japão que veio a perdurar por mais dois séculos. A viagem de Gonçalo de Siqueira de Souza tem ligação direta com as mudanças políticas em andamento no contexto da independência portuguesa pós União Ibérica: com o golpe de estado revolucionário ocorrido a 1 de dezembro de 1640 contra a Espanha, havia a possibilidade de que as notícias envolvendo a ascensão de um novo monarca que passaria a governar Portugal a partir daquele momento fosse recebida com certo receio em Macau (BOXER, 1938, p. 21), uma vez que a perda das rotas de comércio com Manila se provariam fatais à economia da cidade, que já não contava mais com o seu suporte nipônico e, conseqüentemente, com a sua principal fonte de captação de recursos. Assim sendo, o Conde de Aveiras teria sugerido ao Leal Senado através de uma carta o envio de um embaixador ao Japão na tentativa de retomar as relações com o Japão, uma ideia que não foi inicialmente recebida com grande entusiasmo.

As preocupações dos administradores da cidade de Macau eram muito bem justificadas, dadas as circunstâncias violentas que caracterizaram os anos finais das viagens anuais ao Japão. Ainda assim, considerando uma potencial perda de contato com Manila nas Filipinas e as consequências desastrosas que isso teria para a já fragilizada economia macaense, a tentativa de restabelecimento dos laços comerciais com o arquipélago nipônico não parecia no final das contas uma ideia tão absurda. Para piorar ainda mais a situação de Macau e seus habitantes, a China também estava passando por um período de conturbações políticas que poderiam afetar Portugal em menor ou maior escala, com a eclosão de revoltas que eventualmente resultariam na queda dos Ming e na conseqüente ascensão da dinastia Qing.

A escolha para o embaixador que representaria o novo governo de Portugal no Japão foi disputada entre Gonçalo de Siqueira de Souza, Theodozio de Oliveira Leite e Francisco Barroso (BOXER, 1938, p. 27). Em última instância, a experiência naval de Gonçalo de Siqueira de Souza nos mares da Ásia acabou se tornando fator decisivo para a sua nomeação, ainda que lhe faltassem habilidades diplomáticas. Assim sendo, no ano de 1643 foi preparada a sua viagem ao Japão, em um ritmo consideravelmente acelerado. Interessantemente, sua embaixada seria a primeira europeia a desembarcar no arquipélago nipônico com aprovação direta do Rei, uma vez que todas as viagens anteriores, incluindo as de outros reinos, como a Espanha ou até mesmo a Holanda, foram realizadas com o aval de Vice-Reis ou Governadores (BOXER, 1938, p. 31).

Gonçalo de Siqueira de Souza chegou ao Japão com sua nau - Santo André - e uma segunda embarcação - São Paulo - por volta de 1647, depois de ter percorrido Lisboa, Goa, Batávia, Malaca e Macau. É bastante provável que ao longo de seu trajeto, que iniciou em 1644, os japoneses já estivessem dos desejos portugueses em retornar ao seu arquipélago (BOXER, 1938, p. 41), uma vez que os holandeses - além de realizarem atividades de caráter comercial - também costumavam informar as autoridades locais de acontecimentos relativos ao mundo exterior. Considerando que um dos locais visitados por Gonçalo de Siqueira de Souza foi a Batávia, controlada pela Holanda na época em questão, as notícias de sua viagem devem ter chegado aos ouvidos do xogum e de seus conselheiros mais ou menos por volta do período em que os portugueses se fizeram presentes no que hoje constitui território da Indonésia. No entanto, quando os galeões lusitanos tiveram que voltar à cidade de Macau depois de encontrarem condições climáticas desfavoráveis nas Ilhas Ryukyu em 1646, os japoneses acreditaram que uma nova tentativa não seria realizada (BOXER, 1938, p. 41). Escusado será

dizer que os japoneses ficaram verdadeiramente surpreendidos quando a nau Santo André chegou em Nagasaki na manhã de 26 de julho de 1647 (BOXER, 1938, p. 42).

No dia 28 de julho, a tripulação portuguesa foi recebida por ex-cristãos intérpretes que repassaram a sugestão do *bugyō*⁵⁸ de Nagasaki de ancorar os navios no porto para facilitar as negociações, uma vez que a distância atrapalharia o rendimento das conversas (BOXER, 1938, p. 42). No dia seguinte, foi solicitado que a embaixada declarasse o motivo de sua viagem bem como seus objetivos naquele território, o que foi realizado de prontidão já que qualquer demonstração de hostilidade poderia colocar em risco o andamento da missão. Um único ponto de divergência, no entanto, foi a resistência de Gonçalo de Siqueira de Souza em deixar as armas no navio, nos conformes dos termos estabelecidos entre chineses e holandeses. Seu argumento residia no fato de que sua embaixada representava diretamente um monarca, o que a colocava em categoria superior às tripulações que representavam vice-reis e governadores (BOXER, 1938, p. 43). Incapazes de decidir se a atitude de Siqueira de Souza era uma demonstração de coragem ou de imprudência, eventualmente os japoneses optaram por deixar que os estrangeiros continuassem com seu armamento em mãos, muito para a surpresa das testemunhas holandesas que aparentemente não apreciaram os gestos de leniência por parte das autoridades locais.

A chegada dos portugueses em Nagasaki gerou grande tumulto na cidade. Com a volta dos *kurofune*⁵⁹, houve uma mobilização notável de tropas na região, com cerca de 50.000 homens, segundo diários escritos por holandeses que testemunharam os eventos em questão (BOXER, 1938, p. 45), embora a alta arrecadação de taxas naquela região em função da manutenção do comércio exterior também tenha tido papel nessa movimentação. Como destacado anteriormente, Nagasaki continuou aberta a viajantes holandeses e chineses, que continuaram a visitar o Japão para fins comerciais. De qualquer forma, boa parte da população local teria deixado suas residências com medo de que os lusitanos estivessem naquele local para retaliar os japoneses em função da violência que caracterizou os últimos contatos entre o xogunato e o Reino de Portugal (BOXER, 1938, p. 45).

⁵⁸ “*Bugyō*” é um termo que costuma ser traduzido à língua portuguesa como “governador” - como pode se observar no documento analisado; em algumas ocasiões também são utilizados os vocábulos “comissário” e “magistrado”. De forma geral, trata-se de um título que era atribuído aos samurais oficiais do governo. Apesar do cargo ter sido criado ainda no período Heian (794-1185), foi durante o período Kamakura até o final do período Edo que tal atribuição passou a ter maior destaque no contexto político e administrativo do Japão.

⁵⁹ “*Kurofune*” significa literalmente “barco negro” e era forma como os japoneses na época se referiam aos barcos portugueses.

A notícia com a decisão final do xogunato foi finalmente recebida no dia 21 de agosto daquele mesmo ano. Apesar do inicial otimismo português, a possibilidade de restabelecimento do comércio com a cidade de Macau foi, no fim das contas, negada, mesmo restrito aos portos de Nagasaki. De acordo com fontes primárias da época, fora dito aos lusitanos as seguintes palavras:

- 1 - Que o Imperador do Japão executara muitos portugueses e espanhóis, visto que apesar da antiga proibição contra a pregação da Lei Cristã em seus domínios, os ditos portugueses e espanhóis frequentemente despacharam muitos padres ao Japão, que, convertendo muitos japoneses, foram deste modo a causa de suas mortes.
- 2 - Que há certa evidência de que, sob pretexto de propagar a Fé Cristã, eles tomaram reinos estrangeiros; e que eles fortemente desejavam fazer o mesmo com o Japão, conforme alguns padres europeus que abandonaram a Lei Cristã confessaram.
- 3 - Que o Imperador do Japão por motivos dos dois parágrafos anteriormente citados, rigorosamente proibiu as trocas, a navegação e o intercâmbio dos portugueses e espanhóis com o Japão.
- 4 - Que apesar de que o Imperador do Japão alguns anos atrás proclamara e decretara que, se por acaso qualquer navio dos ditos reinos chegasse ao Japão, todos a bordo seriam punidos à morte [...], ele não julgou o Embaixador ser passível de morrer.
- 5 - Que apesar do Rei de Portugal agora dizer que deseja servir o Imperador do Japão mesmo ao custo de sua vida, não há motivo para tal desejo; ainda que poderia ser diferente se na carta escrita pelo Rei de Portugal ao Imperador do Japão houvesse prova de que dali em diante a Lei Cristã jamais seria propagada novamente no Japão (BOXER, 1938, p. 52-53).

Tornou-se evidente a partir daquele momento que era praticamente impossível ao olhar japonês desassociar o cristianismo da presença portuguesa, que acabava se tornando indesejada devido às suspeitas que figuras locais nutriam pela religião católica. De acordo com o documento, as autoridades japonesas até mesmo teriam considerado a possibilidade de retomar o comércio se houvesse claras intenções dos portugueses em realizar intercâmbio sem que se realizasse a propagação da religião cristã. Os japoneses, no entanto, foram sagazes o suficiente para detectar que, de fato, os portugueses nunca se comprometeram a abrir mão do cristianismo para voltar a comercializar com o Japão, o que foi decisivo para o fracasso da embaixada e, conseqüentemente, das tentativas de restabelecimento da rota de comércio entre Macau e Nagasaki.

Um dos aspectos mais interessantes do documento em questão é a decisão de poupar a vida dos portugueses envolvidos no envio da embaixada ao arquipélago nipônico, contrariando os decretos que caracterizaram o isolamento japonês da década de 1640 em diante e os próprios ímpetos mais belicosos expressos contra os últimos viajantes lusitanos até aquele período em questão. Em um cenário hipotético de conflito direto, os japoneses claramente tinham vantagens numéricas e operacionais: os lusitanos estavam praticamente presos no porto de Nagasaki e contavam apenas com algumas centenas de homens, enquanto os japoneses beiravam as centenas de milhares de homens preparados para um confronto e estavam livres para se

movimentar da forma que julgassem mais adequado em uma situação de enfrentamento bélico. Ainda assim, as autoridades locais aparentemente teriam se impressionado com a demonstração de coragem ao darem seguimento a uma missão claramente arriscada e com a cooperação no que se referia ao respeito da maioria das normas ali estabelecidas. Esse particular e atípico ato de permissibilidade teria enfurecido os holandeses, que prontamente categorizaram em seus diários tal demonstração de misericórdia como um ato de covardia.

Mas a possibilidade de que os japoneses chegaram a considerar em algum momento a possibilidade de executar os portugueses sem algum tipo de misericórdia não é exatamente remota. Não apenas foi solicitado que os viajantes largassem suas armas como também diversas estratégias foram colocadas em execução para dificultar a mobilidade das embarcações lusitanas naquele território. Enquanto Gonçalo de Siqueira de Souza esperava por uma resposta oficial do *Bugyō* de Nagasaki, foi erguida uma ponte flutuante com a intenção confessa de que a construção estava sendo realizada a fim de que os viajantes fossem incapazes de deixar o porto antes do recebimento de uma resposta oficial do xogunato. Apesar da atitude hostil, a embaixada Gonçalo de Siqueira de Souza acabou decidindo por auxiliar com o suprimento de materiais e ferramentas para a conclusão da ponte, surpreendendo tanto japoneses quanto os antigos rivais holandeses. Nesse sentido, a suposta demonstração de solidariedade pode ter sido decisiva na decisão final de deixar que os portugueses deixassem aquele local com vida, o que, evidentemente, contrariava os éditos que estipulavam a pena de morte àqueles que desrespeitassem as ordens de restrição ao comércio exterior, sendo estes estrangeiros ou não.

Os portugueses então partiram no dia 4 de setembro e realizaram uma curta viagem de 11 dias em direção a Macau depois da resposta do xogunato (BOXER, 1938, p. 59). Eles retornaram a Goa no início do ano seguinte, onde o embaixador responsável pela ida ao Japão acabou falecendo em função de sua idade avançada e das inúmeras dificuldades já esperadas de uma viagem da Ásia em direção à Europa. Uma vez que os navios haviam chegado muito tarde para seguir rumo em direção a Portugal, o Vice-rei da Índia deu continuidade ao traslado apenas no dia 19 de janeiro de 1649, enviando na ocasião os documentos anunciando o fracasso da embaixada e a morte de Gonçalo de Siqueira de Souza ao monarca de Portugal. A viagem do navio Santo André parece não ter encontrado nenhum obstáculo de maior relevância em seu trajeto, uma vez que não existem maiores registros mencionando algum tipo de contratempo (BOXER, 1938, p. 59) ou necessidade de parada em outras possessões portuguesas. A nau São João, por outro lado, acabou desviando do caminho e viu-se obrigada a permanecer durante o

inverno na Bahia, finalmente chegando a Lisboa no dia 19 de janeiro de 1651, exatamente dois anos depois de sua partida de Goa (BOXER, 1938, p. 59).

Infelizmente, no que se refere às fontes primárias envolvendo o envio dessa embaixada ao Japão, a escassez de documentos prejudica a realização de uma análise mais aprofundada, especialmente no que tange à perspectiva japonesa sobre os acontecimentos relatados previamente. Praticamente todos os registros relativos à chegada de Gonçalo de Siqueira de Souza ao arquipélago nipônico são de origem lusitana ou holandesa. Os diários holandeses em particular ainda são particularmente tendenciosos, o que coloca em xeque a veracidade das informações neles apresentadas. Como exemplo, uma das testemunhas holandesas menciona suas iniciativas para prejudicar os lusitanos e manipular a decisão final do xogunato, em uma clara tentativa de superestimar a relevância política dos holandeses naquele território, que, diferentemente do que é relatado, não gozavam das condições para influenciar as políticas do *bakufu*⁶⁰. Ademais, é extremamente duvidoso que os holandeses também pudessem fazer algo para prejudicar - ainda mais - a imagem que os japoneses tinham dos portugueses naquele momento em particular. O mais provável é que a maioria já contasse com um inevitável fracasso português, limitando-se apenas a observar atentamente a escalada dos eventos em questão.

Como praticamente não existem fontes japonesas sobre o assunto, é muito difícil contemplar a perspectiva nipônica no que tange aos eventos em questão e todas as nuances que permearam a decisão do xogunato. No final das contas, a decisão de vetar a retomada de comércio com os portugueses foi unânime entre os conselheiros do xogum⁶¹? E quais eram as inclinações pessoais do xogum Tokugawa Iemitsu nesse contexto de isolamento? Nesse sentido, apenas algumas estimativas e inferências com base no cruzamento de outras fontes e na bibliografia especializada podem ser realizadas. Sabe-se por exemplo que um dos conselheiros presentes era ninguém menos do que Matsudaira Nobutsuna, responsável por liderar as tropas do xogunato contra os rebeldes na infame Rebelião de Shimabara de 1637. Considerando todas as circunstâncias, é extremamente provável que Nobutsuna tenha sido abertamente contrário à ideia de voltar a negociar com os portugueses, como forma de honrar as vidas sacrificadas na ocasião e - principalmente - de manter a frágil unidade política do Japão,

⁶⁰ Frequentemente utilizado como sinônimo de “xogunato”, “*bakufu*” significa “governo da tenda”. Inicialmente o termo foi utilizado para se referir à morada do xogum, mas eventualmente seu significado se expandiu à própria forma de governo da época em questão. A utilização dos vocábulos como sinônimos teria sido própria do período Edo, ou seja, durante o período de ascensão do governo Tokugawa até a Restauração Meiji que restaurou os poderes políticos do imperador.

⁶¹ Ao indivíduo que fazia parte do conselho do xogum se atribuía o título de “*Rōjū*”, que pode ser traduzido como “Ancião”. Por se tratar de uma atribuição de importância ímpar, o cargo constituía-se como um dos mais altos do governo Tokugawa.

que, no entendimento de muitas autoridades locais, foi dolorosamente conquistada com a eliminação de ameaças internas e externas, como a própria presença dos missionários cristãos naquele território.

Algumas décadas depois, já quando a esperança de retomada da rota de comércio parecia remota, também houve uma ocasião em que o contato se deu em sentido inverso, ou seja, dos japoneses aos portugueses, ainda que de forma completamente acidental. De acordo com o documento intitulado “*Assento, e memoria de hum Barco q. veyo de Japaõ, desgarrado, p. força dos temporaes; a estas ilhas da China: Em Março de 1685*” e seus anexos⁶², cuja autoria pode ser atribuída ao Escrivão da Câmara de Macau - Francisco Fragozo, um pequeno barco com doze japoneses - presumidamente uma família - teria chegado no dia 10 de março de 1685 em Macau por conta de um acidente envolvendo uma tempestade. Os japoneses não carregavam mercadorias de grande valor e nem armas para se defender, apenas pertences pessoais e sessenta e quatro fardos de tabaco a mando de um capitão chamado “Tafee⁶³” que teria custeado a embarcação e estaria responsável pelos sustentos dos navegantes nela presentes, de acordo com relato dos próprios tripulantes. Em condições insalubres e praticamente famintos, eles teriam partido de sua terra natal, registrada como “Ixe⁶⁴”, e estavam se dirigindo a Nagasaki, onde iriam finalizar o seu contrato se não fosse o desvio forçado.

Considerando o desgaste das relações luso-japonesas que atingiram um ponto crítico por volta de 1630, as circunstâncias violentas envolvendo o fatídico ano de 1640 em que os lusitanos foram definitivamente expulsos do arquipélago nipônico e o fracasso da embaixada de 1647, a chegada inesperada dos japoneses à cidade de Macau depois de trinta e seis anos certamente foi um evento que gerou grande comoção entre os macaenses. No dia seguinte, representantes do clero e oficiais do governo - como o Procurador Sebastião de Vargas de Lima - estiveram envolvidos diretamente com a estadia dos navegantes japoneses, que teriam sido alojados e alimentados em residências de sua posse. Eventualmente os mandarins chineses também se envolveram com a atípica movimentação de pessoas, chegando inclusive a interrogar os viajantes depois de não se deixarem ser convencidos pelas respostas dos administradores lusitanos quando questionaram a ocasião e as motivações dos japoneses.

⁶² Arquivo de Macau, AM-01-04.

⁶³ Grafia registrada de acordo com o documento original. Esse tipo de transliteração não é comum no que se refere à língua japonesa, e provavelmente é resultado das limitações linguísticas do indivíduo responsável pela escrita da fonte analisada.

⁶⁴ Caso semelhante ao descrito acima. Considerando a proximidade fonética, é possível que os japoneses estivessem se referindo às terras próximas ao Santuário de Ise, um importante templo xintoísta localizado no que hoje é a cidade de Ise.

As discussões sobre o retorno dos japoneses às suas terras de origem deram início no dia quatro de abril daquele mesmo ano, e contou com a presença de figuras ilustres como o Capitão Geral Belchior de Amaral de Menezes e o Reverendo Antonio de Moraes Sarmento. Além de questões operacionais como os recursos financeiros e humanos envolvendo uma possível viagem ao Japão, os portugueses ainda consideraram novamente a possibilidade de retomada das relações luso-nipônicas como pode se observar no trecho abaixo:

[...] e depois de lida a d.^a proposta, afsentaraõ todos, q. muito convinha mãdar os Japões em Barco nofso, p. q. a visita de os Portuguezes fazerem esta eroica obra, poderia ser q. o Emperador de Japaõ reconhecendo della, mandaria q. os Portuguezes tornassem a continuar em hirem as suas terras, de q. se seguia grande serviço a Deos, e a Sua Alteza, e ao bem commum desta cidade;

Por mais que o documento frequentemente mencione a boa vontade portuguesa no que se referia ao retorno dos japoneses ao arquipélago nipônico, torna-se bastante evidente que os lusitanos estavam visando de certa forma ao seu próprio benefício. A expectativa portuguesa era de que o suposto gesto de solidariedade fizesse com que os japoneses mudassem de ideia quanto à proibição do comércio com a cidade de Macau. Dessa forma, o lucrativo intercâmbio entre Macau e Nagasaki seria retomado, e mais uma vez os portugueses participariam ativamente de um dos mais lucrativos empreendimentos no contexto do Leste Asiático.

A fragata São Paulo então partiu da cidade de Macau em treze de junho de 1685, depois de intensa deliberação a respeito dos custos e da viabilidade da viagem em questão. O responsável pelo navio foi Manoel de Aguiar Pereira, que também ficou encarregado de entregar uma carta ao governador de Nagasaki. O documento em si se limita a descrever a chegada dos japoneses à cidade de Macau em função da tempestade e a intenção dos administradores macaenses em levar os naufragados de volta ao arquipélago nipônico, sem mencionar explicitamente o desejo em retomar as relações comerciais. A aparentemente inócua carta, no entanto, caracterizou-se pelo uso de uma distinta retórica cristã, reforçada pelo uso de termos como “*Cidade do Nome de Deos*” para se referir a Macau e “*Deos Nofso Senhor*” para enfatizar o caráter virtuoso de Manoel de Aguiar Pereira - um homem confiável, pelo menos ao olhar lusitano.

São Paulo teria chegado ao Japão no dia três de julho de 1685, onde recebeu a visita de homens armados com catanas que fizeram o reconhecimento da embarcação. Na ocasião, os doze japoneses que foram resgatados em Macau tiveram a oportunidade de explicar sua condição a seus conterrâneos, mas lhes foi negada a possibilidade de enviar por escrito ao governador de Nagasaki um documento escrito em que, no entendimento das testemunhas portuguesas presentes, estariam os detalhes do acidente que acabou os conduzindo a Macau.

Em seguida, os navegantes foram instruídos a acompanhar um navio japonês, que os conduziu ao local onde seria a vez dos portugueses a serem interrogados a respeito das circunstâncias que os levavam novamente àquele território e das intenções que teriam motivado a sua viagem.

Na ocasião, foram enviadas mais duas embarcações para receber os portugueses, sendo que uma delas portava a bandeira holandesa. Apesar dos conflitos contínuos durante a primeira metade do século XVII, o encontro foi descrito com ares de cortesia por Manoel de Aguiar Pereira. Os japoneses, por outro lado, estariam sempre portando suas armas enquanto os intérpretes realizavam a comunicação entre os viajantes e as autoridades locais e assim permaneceram até o retorno a Macau. Os dias seguintes teriam sido marcados por ocasionais visitas pelos japoneses que continuavam a interrogar os viajantes lusitanos. No dia seis de agosto, os portugueses receberam formalmente a notícia de que suas vidas seriam poupadas, e, naquele mesmo dia, o governador de Nagasaki, Kawaguchi Genzaemon, enviou por escrito sua resposta aos portugueses.

Fora registrado que os lusitanos a partir daquele dia não deveriam mais enviar navios ao Japão, uma vez que sua fé cristã e os seus ensinamentos continuavam a ser indesejados naquele território. Interessantemente, de acordo com os relatos de Manoel de Aguiar Pereira, apesar do desdém inicial os japoneses pelo menos teriam aproveitado a ocasião para saciar algumas curiosidades, como o nome do monarca que estava responsável pelo governo de Portugal e sua relação com outros reinos europeus, incluindo a Espanha, a Inglaterra e a Holanda. Os japoneses ainda teriam perguntado se naquele navio havia seda e se a intenção dos navegantes realmente se limitava a fazer o transporte dos naufragados, provavelmente identificando a improbabilidade de um traslado como aquele ser realizado sem maiores intenções em mente. Depois de uma viagem iniciada no dia 30 de agosto, a embarcação finalmente retornou a Macau no dia 23 de setembro daquele mesmo ano.

De forma geral, as evidências não sugerem que os contatos entre portugueses e japoneses depois de 1640 tenham sido frequentes; pelo contrário, há um caráter de excepcionalidade perceptível tanto no envio da embaixada de Gonçalo de Siqueira de Souza em 1647 - que só foi possível com o fim da União Ibérica e motivado por uma possível crise no comércio com a cidade de Manila - quanto na chegada dos japoneses em Macau no ano de 1685 - que se deu em função de um acidente e, portanto, sequer foi intencional. No entanto, ambas as ocasiões demonstram que os lusitanos simplesmente não desistiram do Japão depois de sua expulsão: mesmo várias décadas depois, ainda existia uma esperança de que os japoneses

pudessem retomar as relações comerciais com Portugal, o que - como se sabe - não acabou se concretizando.

4.3 - *Sakoku*: o fim de uma era?

No que se refere às consequências da perda de territórios na Ásia para os portugueses, estabelecer um balanço envolvendo permanências e rupturas pode não constituir tarefa simples. Especificamente no caso da China e do Japão, sabe-se que a cidade de Macau permaneceu sob domínio lusitano por muito mais tempo, retornando à soberania plenamente chinesa apenas no final do século XX. Macau em conjunto com outras cidades indianas que haviam sido conquistadas, como Goa e Damão, continuaram servindo como entrepostos lusitanos na Ásia, que outrora poderiam ser considerados os europeus com maior presença no respectivo continente. Nesse panorama, apesar da crise de grandes dimensões no continente asiático, o capítulo da presença portuguesa na China ainda estava longe de encontrar uma conclusão definitiva.

O caso do Japão, por outro lado, é bem mais complexo. Com a expulsão dos portugueses e a adoção de uma política isolacionista - o *sakoku* -, seria fácil inferir que a era de intercâmbios entre Portugal e Japão havia se encerrado por completo já em meados do século XVII. No entanto, desde a chegada acidental a Tanegashima até a implementação do *sakoku*, as relações luso-nipônicas duraram aproximadamente um século, com intenso fluxo de ideias, de pessoas e de mercadorias que caracterizou um período de aproximações e de conflitos. A herança desses fluxos, nesse sentido, continuou a reverberar na sociedade japonesa ao longo dos séculos seguintes.

Sakoku em língua japonesa significa “país fechado” e o termo foi utilizado para se referir à política externa de isolacionismo adotada pelo xogunato Tokugawa quando o terceiro xogun da respectiva dinastia - Tokugawa Iemitsu - ascendeu ao governo. O *sakoku* foi reforçado a partir de uma série de éditos desde a década de 1630, mas o termo propriamente dito foi cunhado apenas no século XIX, mais especificamente no ano de 1801 pelo tradutor e astrônomo Shizuki Tadao em seu manuscrito “*Sakoku-ron*”, a partir de uma leitura dos relatos do viajante alemão Engelbert Kaempfer sobre o Japão (GUNN, 2003, p. 151).

Das medidas tomadas pelo governo japonês da época, o édito de 1636 certamente é um dos registros mais emblemáticos no que diz respeito à forma com que o xogunato viria a lidar com questões comerciais e relações diplomáticas nos próximos 264 anos:

Nenhum navio japonês... nem qualquer nativo do Japão presumirá sair do país; quem contrariar isto morrerá, e o navio com tripulação e mercadorias a bordo será sequestrado até novas ordens. Todas as pessoas que regressarem do estrangeiro serão condenadas à morte. Quem descobrir um padre cristão terá uma recompensa de 400 a 500 folhas de prata e para cada cristão na proporção. Todos os *namban* que propagam a doutrina dos católicos, ou levam esse nome escandaloso, serão presos na Onra, ou prisão comum da cidade. Toda a raça dos portugueses com as suas mães, amas e tudo o que lhes pertence será banida para Macau. Quem pretender trazer carta do estrangeiro, ou regressar depois de banido, morrerá com a sua família; também quem ousar interceder por ele será morto. Nenhum nobre nem nenhum soldado, nenhum navio japonês... nem qualquer nativo do Japão, ousará sair do país; quem contrariar isto morrerá, e o navio com tripulação e mercadorias a bordo será seqüestrado até novas ordens. Todas as pessoas que regressarem do estrangeiro serão condenadas à morte. Quem descobrir um padre cristão terá uma recompensa de 400 a 500 folhas de prata e para cada cristão na proporção. Todos os *namban* que propagam a doutrina dos católicos, ou levam esse nome escandaloso, serão presos na Onra, ou prisão comum da cidade. Toda a raça dos portugueses com as suas mães, amas e tudo o que lhes pertence será banida para Macau. Quem pretender trazer carta do estrangeiro, ou regressar depois de banido, morrerá com a sua família; também quem ousar interceder por ele será morto. Nenhum nobre ou qualquer soldado será penalizado ao comprar qualquer coisa do estrangeiro (STRAELEN, 1952, p. 7-8).

O édito de 1636 ainda não limitava as possibilidades de comércio com os estrangeiros e até mesmo deixava de incluir - pelo menos explicitamente - portugueses e espanhóis que não se responsabilizassem pela propagação da religião católica na categoria de pessoas a serem condenadas à prisão, citando apenas aqueles que teriam auxiliado de alguma forma missionários. A categórica decisão de restringir as atividades comerciais apenas à Companhia Holandesa das Índias Orientais e aos chineses no porto de Dejima deu-se, por sua vez, apenas no ano de 1640, com a expulsão definitiva dos reinos ibéricos daquele território. Ainda assim, trata-se de um registro bastante contundente no que diz respeito às possíveis formas de punição que viriam a ser aplicadas àqueles que ousassem descumprir as ordens do xogunato, tanto japoneses quanto estrangeiros.

É comumente aceito que o início do *sakoku* se deu com a promulgação de éditos ao longo da década de 1630, quando as relações luso-japonesas entraram em uma espiral de decadência, muito em função das desconfianças em relação ao cristianismo e às intenções dos europeus naquele território. Contudo, seus antecedentes podem ser traçados a pelo menos cinco décadas antes, com os primeiros éditos anti-cristãos promulgados pelo segundo unificador - Toyotomi Hideyoshi - no fatídico ano de 1587 para os portugueses. Hideyoshi lançou o édito apenas um ano depois da invasão de Nagasaki por forças de Shimazu Yoshihisa, que colocou fim ao controle lusitano sobre a cidade no que pode ser considerada uma das primeiras medidas que visaram explicitamente frear o avanço estrangeiro sobre o arquipélago japonês.

Em primeira análise, a política externa de isolamento do *sakoku* fez parte de uma série de tendências de governo rígido e centralizado por parte do xogunato Tokugawa - que, de fato, não hesitou em fazer uso da força para reforçar a estabilidade social no território que estava sob

seu domínio. Essa interpretação foi bastante destacada e se tornou praticamente hegemônica durante várias décadas pela historiografia, especialmente durante a primeira metade do século XX. Pesquisas mais contemporâneas, no entanto, tendem a relativizar mais a eficácia do *sakoku*, destacando exemplos tanto externos - ou seja, tentativas de contato protagonizadas por reinos e nações estrangeiras - quanto internos, que partiram da própria população japonesa, de continuidade ou de retomada do intercâmbio com reinos e comerciantes estrangeiros.

Em meados da década de 1640, por exemplo, existem evidências suficientes que atentam à permanência de um comércio entre Macau e Nagasaki através dos chineses. Evidentemente, os juncos chineses não comportavam a mesma capacidade de transporte das cargas que eram levadas pelos navios portugueses, mas, ainda assim, não deixa de ser intrigante como os comerciantes envolvidos com a rota ao Japão encontraram formas de continuar seus negócios em um contexto de opressão. No ano de 1645, Manuel Dias da Silva estava investindo cerca de 7500 cruzados anuais em preparações para a viagem a Nagasaki (BOYAJIN, 1993, p. 236); e muito provavelmente não se tratou do único caso. É possível ainda que a atividade clandestina tenha limitado as possibilidades de capitalização da expulsão lusitana pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, o que explicaria seus lucros modestos nas décadas seguintes (BOYAJIN, 1993, p. 236).

Ainda no que tange à relativização da eficácia do *sakoku*, atenta-se especialmente à capacidade organizacional de alguns indivíduos na participação de comércio marítimo com reinos estrangeiros em cidades costeiras, incluindo Nagasaki. De acordo com Knoest (2016), entre os anos de 1666 e 1742 foram registrados pelo menos 194 casos de contrabando apenas no porto de Nagasaki, que compuseram cerca de 18% de todos os crimes do período em questão. A vasta maioria do contrabando envolveu chineses - cerca de 60% do total -, sendo o restante dividido entre casos envolvendo a Companhia Holandesa das Índias Orientais - 6% -, chineses e holandeses simultaneamente - 1% - e coreanos - 1%. Os 32% restantes contemplam ocorrências domésticas ou que os agentes não puderam ser identificados. Dentre os casos analisados, destacam-se a formação de uma rede de contrabando entre 1662 e 1667 responsável pela comercialização ilegal de armas à Coreia e o envolvimento de um oficial chamado Suetsugu Heizō com carregamentos de mercadorias em juncos chineses, descoberto em 1676. Interessantemente, a partir de uma confissão de um capitão chinês nesta ocasião, foi destacado também que um dos locais envolvidos nesse contrabando era justamente a cidade de Macau, ainda controlada pelos portugueses.

Apesar das punições severas, que muitas vezes envolviam não apenas o acusado como também toda sua família, aqueles que tiveram envolvimento com o contrabando no contexto do *sakoku* acumularam pequenas fortunas enquanto foram bem sucedidos. Nessas circunstâncias de ilegalidade, a hipótese de que exista uma subnotificação de casos, ou seja, de que nem todos os crimes tenham sido registrados ou sequer denunciados em primeiro lugar, não é completamente descartada. No final das contas, o comércio marítimo ainda era uma atividade extraordinariamente lucrativa - com ou sem aval do governo japonês da época -, e a capacidade de organização de redes de contrabando em cidades como Nagasaki e Hirado se provou muito maior do que outrora era considerado pela historiografia, apesar dos esforços do xogunato.

Ademais, atenta-se aqui também ao legado português no âmbito da cultura, da linguística e da ciência japonesas. O intercâmbio direto entre lusitanos e japoneses durou aproximadamente um século, e, nesse intervalo, é mais do que plausível inferir que o contato não se limitou à troca de mercadorias. A partir da introdução das armas de fogo, por exemplo, a população japonesa desenvolveu técnicas de manuseio da pólvora e de confecção de gatilhos até então inéditas àquela região, que não só passou a manufaturar os arcabuzes como também aperfeiçoou o processo de produção das armas de fogo. Como os primeiros europeus a estabelecerem um fluxo direto e contínuo de comércio entre o Japão e a Europa, os portugueses ainda trouxeram ao arquipélago nipônico conhecimentos navais e introduziram uma série de vocábulos à língua local, sendo alguns deles utilizados até os dias de hoje.

Os japoneses demonstraram-se particularmente receptivos às contribuições portuguesas no âmbito da astronomia. Os missionários católicos teriam utilizado a astronomia como meio de justificar a existência de Deus (HIROSE, 1964, p. 292); estratégia que teria se provado um sucesso com a conversão de notáveis indivíduos, incluindo um nobre chamado Kamo Arimasa, que aparece nos registros de Luís Fróis (HIROSE, 1964, p. 292). Uma vez identificado o interesse pela astronomia, era altamente recomendado na Europa que os missionários enviados ao Japão fossem instruídos em maior ou menor grau em astronomia. Os conhecimentos de astronomia dos portugueses eram baseados no geocentrismo ptolomaico, muito em função da influência da religião católica que na época ainda não tolerava as teses heliocêntricas de Copérnico e de Galilei. Entretanto, o debate entre o heliocentrismo e o geocentrismo não eram de particular relevância aos japoneses: seu interesse na astronomia surgia mais em função de necessidades práticas do que metafísicas (HIROSE, 1964, p. 297). Nesse sentido, o simples entendimento de que a Terra era esférica e não plana já teria sido suficiente para a aplicabilidade

de conceitos mais utilitários como os de latitude e de longitude, especialmente importantes para aqueles que viviam em função das navegações.

No contexto de contato dos japoneses com os conhecimentos de astronomia dos portugueses, por volta de 1650 - praticamente dez anos depois da expulsão portuguesa do arquipélago nipônico -, foi escrita a obra “*Kenkon bensetsu*”, uma tradução de um livro português desconhecido que pode ser atribuída a Cristóvão Ferreira (YAJIMA, 1964, p. 342). Ferreira foi um missionário lusitano que se viu obrigado a renegar de sua fé católica e cometer apostasia em função das perseguições elaboradas pelas autoridades japonesas contra cristãos, mudando seu nome para Sawano Chuan e publicando em 1636 “A Fraude Revelada”, em que nega a existência de uma série de pilares do cristianismo. Em “*Kenkon benetsu*”, o autor abordou o caráter esférico da Terra em oposição a princípios chineses antigos que afirmavam que o céu ou o paraíso seria redondo e a terra seria quadrada (YAJIMA, 1964, p. 342). O livro ainda apresenta princípios da teoria dos quatro elementos de Empedócles e Aristóteles, uma tentativa de explicar a natureza da matéria a partir da tese de que tudo que existe no universo seria composto por quatro elementos principais: terra, fogo, ar e água (YAJIMA, 1964, p. 342). A teoria dos quatro elementos também era diferente da concepção elemental chinesa, que os separava em madeira, fogo, terra, metal e água.

A presença portuguesa no Japão também deu origem a um intercâmbio linguístico de grandes dimensões no que diz respeito à introdução de vocábulos na língua japonesa. Os portugueses teriam sido os primeiros europeus a traduzirem o japonês a uma língua ocidental, com a publicação de “*Nippo Jisho*” - ou “*Vocabulário da Língua de Iapam*” - no ano 1603 por missionários jesuítas portugueses em Nagasaki. O dicionário foi editado por João Rodrigues e conta com 32 mil vocábulos organizados em ordem alfabética, consolidando-se como uma importante fonte primária relativa à língua japonesa escrita e falada no período do *Sengoku Jidai*. Apenas um ano depois, em 1604, João Rodrigues também compilou um manual de gramática japonesa intitulado “*Arte da Língua de Iapam*”, dividido em três volumes que abordam, respectivamente, um esboço da gramática japonesa fundamental, sintaxe e leitura dos kanji. Ainda que algumas palavras tenham caído em desuso - especialmente aquelas mais específicas a conceitos cristãos como “*Deusu*” (デウス) para se referir a “Deus” ou “*kurusu*” (クルス) para se referir a “cruz” -, alguns termos ainda são utilizados na língua japonesa contemporânea, como “*tabako*” (タバコ / 煙草 / たばこ) para se referir a “tabaco” ou “*pan*” (パン) para se referir a “pão”.

A absorção de conhecimentos ocidentais antes e durante o *sakoku* revela duas questões relevantes no que diz respeito à história japonesa a partir da ascensão do xogunato Tokugawa: a primeira volta-se ao fato de que o Japão não permaneceu absolutamente isolado do restante do mundo, e que o fluxo de pessoas, de mercadorias e - não menos importante - de ideias continuou ocorrendo apesar das represálias do novo governo. No que se refere especificamente à troca de saberes, os portugueses foram responsáveis pela introdução a uma série de conhecimentos que se provaram de considerável agrado à sociedade japonesa, especialmente no tocante ao âmbito da astronomia, que chegou a despertar o interesse de algumas figuras de alto status social. Enquanto ainda gozavam do direito a frequentar o Japão, as técnicas de manuseio da pólvora e de manufatura das armas de fogo cativaram a atenção de importantes líderes, que organizaram uma produção em larga escala de arcabuzes que deram origem a novas estratégias de combate. Esses conhecimentos, por sua vez, continuaram a ser difundidos pelo arquipélago nipônico mesmo depois da expulsão dos missionários que os trouxeram em primeiro lugar, como pode ser observado pela publicação de obras contendo princípios científicos do Ocidente mesmo depois de 1640.

Um dos motivos pelos quais esse fluxo de informações protagonizado pelos lusitanos não seja tão mencionado se volta ao fato de que as contribuições portuguesas acabaram sendo parcialmente ofuscadas pelo *Rangaku*⁶⁵, o método de absorção de conhecimento estrangeiro a partir do contato com os holandeses em Dejima. O contato contínuo com os holandeses permitiu que os japoneses fossem capazes de atualizar uma série de conhecimentos anteriormente introduzidos por outros europeus, como a noção de que a Terra girava em torno do Sol e não o contrário, por exemplo. Inicialmente bastante controlado, esse fluxo de conhecimentos a partir dos holandeses ficou restrito aos manuscritos de natureza náutica e médica, até que gradualmente foi se identificando uma demanda mais diversa que acabou se tornando tolerada quando o xogunato permitiu o estabelecimento de um comércio em âmbito privado centrado na região de Nagasaki, especialmente a partir da década de 1720, com o relaxamento da censura contra obras ocidentais sob o governo do xogum Tokugawa Yoshimune. Com o passar dos anos, os holandeses não apenas se tornaram a principal fonte de informações a respeito do mundo exterior como também passaram a exportar ao Japão telescópios, relógios, mapas e uma série de artefatos que conquistaram um mercado consumidor local.

A segunda volta-se à organização de redes de contrabando nas regiões de Nagasaki e Hirado, que receberam a maior parte das embarcações que saíam de Macau em direção ao Japão.

⁶⁵ “*Rangaku*” pode ser traduzido como “aprendizagem holandesa”.

Nesse sentido, a chegada lusitana transformou permanentemente a economia local dessas regiões; Nagasaki, por exemplo, que não era mais do que um vilarejo periférico habitado por pescadores, tornou-se o principal ponto de recepção de navios estrangeiros - mesmo com as limitações impostas pelo xogunato, chineses e holandeses ainda tinham permissão para visitar o Japão durante praticamente todo o período Edo. Esse trânsito mais ou menos constante de indivíduos e mercadorias contribuiu para o fomento do comércio, que conseqüentemente resultou em maior arrecadação de impostos e, eventualmente, no crescimento da cidade.

De qualquer forma, independentemente do êxito do *Rangaku* ou da longevidade dos intercâmbios protagonizados pelos holandeses, renegar o pioneirismo lusitano à secundariedade no que tange ao fluxo de mercadorias, de pessoas e de ideias no Japão pré-moderno não faz justiça à relevância desse contato, especialmente quando existem evidências na contemporaneidade que corroboram o peso dessas interações sociais para a história japonesa. A tendência em minimizar o legado da presença lusitana no arquipélago nipônico pode ser observada em obras ligadas à historiografia anglo-saxã: George Sansom, por exemplo, diplomata e historiador britânico era particularmente adepto da tese de que as conexões entre o Império Português e o Japão acabaram se tornando um fenômeno de menor importância frente ao isolamento adotado pelo xogunato nos séculos posteriores e ao triunfo de outras potências europeias no que se referia à manutenção das relações com os japoneses. Sobre o assunto, o autor declarou que:

A importância desses novos elementos na história japonesa tende a ser exagerada por escritores ocidentais. Naturalmente a chegada dos europeus no Japão é de interesse peculiar para os leitores ocidentais, e tem muitos aspectos dramáticos; mas na longa crônica da história japonesa é um episódio secundário (SANSOM, 1990, p. 263).

Como visto anteriormente, estabeleceram-se ao longo dos anos de produção historiográfica diferentes perspectivas sobre a presença lusitana no Leste Asiático, sendo as próprias origens do estabelecimento português na cidade de Macau um grande exemplo de divergência entre destacados autores. Mas como fora destacado previamente também, essas diferentes visões sobre um tema em comum ocasionalmente não se limitavam às possíveis e diversas interpretações de um mesmo fenômeno histórico - um processo recorrente e até mesmo desejável no que tange à historiografia -, mas expressavam também um certo ímpeto imperialista sobre a região estudada. Ao renegar o contato português à secundariedade, o autor acaba colocando em maior evidência os fluxos protagonizados por outros agentes históricos; neste caso, os holandeses e, em menor escala, os próprios ingleses.

Isso também não significa que não é necessária a realização de uma leitura crítica sobre a presença lusitana no Japão. Ao longo do século em que se fizeram presentes no arquipélago

nipônico, os portugueses - ou, mais especificamente, os missionários jesuítas e franciscanos de diferentes origens - protagonizaram episódios de depredação contra templos e símbolos religiosos locais, e comerciantes teriam explorado ainda em meados do século XVI o tráfico de escravizados japoneses, que eram levados em condições precárias à Europa para realizarem trabalhos domésticos juntamente com outras pessoas de ascendência asiática, como chineses e javaneses. Em alguns casos mais raros, esses indivíduos que se tornaram vítimas da mão-de-obra compulsória acabaram nas Américas, possivelmente como resultado do tráfico que tinha como destino as Filipinas e, posteriormente, o México (DE SOUSA, 2019. p. 439).

O esforço da escrita de uma história conectada a respeito da rota de comércio estabelecida entre Macau e Nagasaki reside na tentativa de analisar as interações sociais que se formaram a partir dela como parte de um empreendimento de dimensões globais, ou seja, o Império Português. Nesse panorama, destacar o fato de que os pilares da expansão ultramarina lusitana foram construídos a partir da exploração da mão-de-obra compulsória e de campanhas bélicas contra diferentes povos é essencial para a desconstrução de certos mitos que se criaram sobre esse tema em específico. Pensar no que aconteceria com o Japão caso os portugueses não tivessem sido expulsos em 1640, considerando a proposta deste presente trabalho, é uma questão que pouco interessa a historiografia, por se tratar de um exercício restrito ao âmbito das suposições e, portanto, pouco ancorado em evidências empíricas. Contudo, é suficientemente plausível afirmar que as intenções portuguesas no arquipélago nipônico não eram exatamente inócuas; anexar Nagasaki aos seus domínios era, no final das contas, uma forma de aumentar o poder político e econômico de seu reino e da Igreja Católica.

Ainda no que se refere às permanências resultantes desse contato entre portugueses e japoneses, o próprio cristianismo merece também uma menção particular. Constantemente mencionada como um dos grandes fatores que acabaram contribuindo para a crise que desencadeou a expulsão definitiva dos lusitanos do Japão, a religião cristã também encontrou formas de permanecer existindo em um panorama marcado pela censura e pela repressão. Aos cristãos que continuaram praticando a sua fé em segredo, cunhou-se o termo “*Kakure Kirishitan*”, que significa “cristão escondido”.

Graças aos *Kakure Kirishitan*, o cristianismo acabou sobrevivendo no Japão do período Edo, ainda que em número drasticamente reduzido e bastante modificado para resistir às investidas das autoridades do governo. Quando a religião voltou a ser permitida no Japão em 1873, já no contexto da Restauração Meiji, os cristãos puderam novamente professar o seu credo em público, mas alguns permaneceram longe dos olhares da sociedade civil e sequer

reconheceram missionários católicos como representantes de sua fé (KAMSTRA, 2000, p. 142). Nesse sentido, uma explicação para o fenômeno em questão se volta ao fato de que, ao longo dos vários anos em que o cristianismo fora perseguido, algumas modificações feitas por seus adeptos foram tão profundas que os ritos locais se diferenciavam muito das práticas ocidentais. Em alguns casos, a crença já nem teria mais necessariamente ligação com figuras e conceitos sagrados ao catolicismo e sim aos antepassados que foram executados no contexto de represália.

A própria forma com que o xogunato Tokugawa procurou reprimir grupos cristãos ao longo de seu governo também pode ser interpretada como uma consequência a longo prazo dos contatos entre portugueses e japoneses. Nesse sentido, se a herança do cristianismo pode ser identificada em sua presença, ou seja, através dos grupos que mantiveram a religião viva no arquipélago nipônico, ela também pode ser reconhecida em sua ausência. No final das contas, o reforço do *sakoku* e da censura a crenças estrangeiras tem raízes profundas na crise das relações entre lusitanos e japoneses, cujo estopim foi a infame Rebelião de Shimabara, em que se tornou evidente aos olhares das autoridades japonesas que os cristãos poderiam se tornar uma força disruptiva à estabilidade do *bakufu* se não fossem controlados e, conseqüentemente, combatidos.

De muitas formas, o *sakoku* de fato foi uma ruptura no que tange à história japonesa. O período de contínuo contato com estrangeiros das mais diversas estirpes em meados de uma prolongada guerra civil interna deu espaço a uma era de relativa estabilidade política, fomentada pela atuação de um governo firme que teve graus consideráveis de sucesso em subjugar seus inimigos de longa data e praticamente todas as potenciais ameaças ao seu ambicioso projeto de poder, incluindo os estrangeiros. Em outras palavras, o Japão do período Edo - que costumeiramente corresponde aos anos de 1603 a 1867 - foi muito diferente do Japão do período Azuchi-Momoyama ou até mesmo do período Muromachi, que contemplou a eclosão da Guerra de Ōnin. Ainda que o xogunato tenha continuado a exercer o poder *de facto* sobre a sociedade japonesa, uma vez que o imperador só retornaria a ser uma figura central e ativamente presente com a restauração Meiji do século XIX, o Japão do período Edo poderia ser resumido como uma era de rigidez política e crescimento econômico; muito distante da agitação social e do caos generalizado das épocas que o antecederam.

No entanto, mesmo com o isolamento que durou quase três séculos inteiros, o Japão depois do contato com os portugueses não encontraria mais as condições para se manter o mesmo de anteriormente, mesmo com a repressão imposta pelo xogunato Tokugawa. Os

lusitanos introduziram conhecimentos que continuaram a ser transmitidos às gerações posteriores e exploraram rotas de comércio que continuaram a ser utilizadas por aqueles que mantiveram algum tipo de contato com atividades de navegação. Até mesmo o cristianismo, possivelmente o maior alvo da censura deste período em questão, encontrou formas de resistir à erosão do tempo através do sincretismo e do resguardo de seus praticantes. Nesse sentido, uma série de permanências também pode ser observada em uma escala temporal consideravelmente ampla.

5. Considerações Finais

A partir da análise conectada entre a situação política e social de Portugal, da China e do Japão no momento de expansão ultramarina lusitana, conclui-se que, de fato, os portugueses se beneficiaram das crises que abalaram a dinastia Ming e da guerra civil que assolava o Japão. Ainda que os lusitanos não contassem com poderio bélico suficiente para enfrentar diretamente a marinha dos Ming, o governo chinês viu-se incapaz de controlar a indesejada presença estrangeira em suas cidades costeiras, favorecida principalmente pela corrupção de funcionários públicos. No caso japonês, os conflitos entre senhores de terra somados ao isolamento imposto pela China criaram uma demanda pelos produtos exportados pelos “bárbaros do sul”, especialmente tecidos - como seda e algodão - e uma variedade de metais - como chumbo, estanho e mercúrio.

Ainda com a implementação dos decretos *Haijin* na China, que visaram à restrição do comércio marítimo com o Japão em função do ataque dos piratas *wakō* em cidades costeiras chinesas, os portugueses acabaram ocupando o papel de intermediadores entre o Império do Meio e o arquipélago nipônico. Isso foi particularmente importante nos primeiros anos de contato com os japoneses, uma vez que a ausência de concorrentes europeus dava ao pequeno Reino de Portugal uma grande vantagem em relação aos seus vizinhos. Esse pioneirismo foi importante não apenas em uma perspectiva econômica, já que o estabelecimento de uma nova rota de comércio era fundamental para o êxito da expansão ultramarina portuguesa, como também em uma perspectiva política, uma vez que a presença lusitana em diferentes territórios asiáticos reforçava seu poderio no continente, freando os avanços de rivais europeus.

Isso não significa, entretanto, que ocasionalmente os portugueses não foram prejudicados pela conjuntura política e social da China e do Japão naquele período. Ainda que seja plausível afirmar que os sinais de crise que eventualmente resultaram na queda da dinastia Ming - como a corrupção desenfreada de funcionários públicos, a participação desvantajosa na Guerra Imjin e as dificuldades climáticas - possam ter, de certa forma, contribuído para o sucesso lusitano em Macau, em nenhum momento os portugueses tiveram força suficiente para impor seu processo de estabelecimento pela via bélica. Os lusitanos não apenas perderam as duas batalhas em que participaram contra a marinha chinesa como também, no ápice do desgaste do governo Ming, encontravam-se enfraquecidos pela perda de territórios na Ásia e pela batalha interna em função de sua independência à Espanha.

No Japão, a instabilidade causada pelas constantes batalhas entre senhores de terras locais acabou inviabilizando a possibilidade de comércio em certas regiões mais afetadas pelas

guerras constantes e colocava em risco a integridade física de comerciantes e missionários que viajavam aos portos japoneses e que não estavam imunes aos ataques de bandidos e mercenários. Além disso, na medida em que os portugueses demonstravam simpatia por um determinado *daimyō*, seus rivais interpretavam tal aproximação como um sinal de traição e, dessa forma, acabavam adotando uma postura mais agressiva contra os estrangeiros ao entenderem que o comércio não seria mais praticado nos seus domínios. Isso foi particularmente observável quando os europeus se aproximaram de Ōmura Sumitada, o primeiro *daimyō* a se converter ao cristianismo, e passaram a ser hostilizados pelos *daimyō* de Hirado - Matsura Takanobu - e de Bungo - Ōtomo Yoshishige, que chegaram a permitir a atividade comercial lusitana e, pelo menos no caso de Yoshishige, a permitir o proselitismo cristão.

Portugal ainda teve que lidar com algumas circunstâncias adversas também em âmbito interno, que prejudicaram suas ambições na Ásia. Somada às dificuldades envolvendo a falta de recursos humanos e materiais para efetivar a ocupação das regiões que iam sendo incorporadas ao seu império e ao fato de que algumas conquistas não se provaram suficientemente rentáveis do ponto de vista econômico, a crise de sucessão ao trono em 1580 acabou resultando na União Ibérica acabou privando Portugal de uma política externa independente, apesar de manter autonomia no que dizia respeito à administração de suas colônias. Como resultado, inimigos da Espanha acabaram voltando seus olhos às possessões lusitanas, protagonizando ataques que - especialmente na Ásia - desestabilizaram seu controle sobre certos territórios.

Um dos aspectos mais intrigantes, nesse contexto, é justamente a evolução das interações sociais entre lusitanos e os povos que os receberam. Inicialmente, tudo indicava o fracasso de Portugal na China: os incidentes diplomáticos com a corte em Pequim, a conquista de um Estado tributário à dinastia Ming e a derrota em diferentes embates navais atentavam à impossibilidade de estabelecimento naquele território, tanto pela via diplomática quanto bélica. No Japão, por outro lado, os primeiros contatos foram muito mais positivos: os japoneses rapidamente se interessaram pelas armas de fogo e pelas contribuições que os viajantes levavam ao seu arquipélago, e, pouco tempo depois da chegada acidental a Tanegashima em 1543, os portugueses já estavam realizando viagens anuais a diferentes portos nipônicos, comercializando seus bens.

O comércio com o Japão provou-se extremamente lucrativo aos envolvidos, rapidamente se tornando um dos grandes triunfos portugueses em seu processo de expansão territorial. Essa movimentação anual de mercadorias, por sua vez, tornou-se uma das mais

profícuas não apenas no contexto asiático como também no que se referia a todo o Império Português em sua dimensão global. Como destacado anteriormente, apenas o trajeto de Goa às Ilhas Banda superava a rentabilidade da viagem de Macau em direção a Nagasaki, que ocasionalmente também era feita com a realização de escala no que hoje constitui território da Tailândia. Na mesma época, a exploração do Brasil ainda engatinhava se comparada aos avanços lusitanos na Ásia e a ocupação do Norte da África não tardou em se provar pouco viável do ponto de vista econômico e logístico.

Em menos de um século, no entanto, a situação era vastamente diferente: tanto no que se referia à China quanto ao Japão. Em Macau, os portugueses encontraram um território estável, onde gozaram de uma administração compartilhada muito particular da cidade em questão até o final do século XX. Eventualmente, Macau viria a se tornar o último território europeu na Ásia, com pelo menos 400 longínquos anos de ocupação estrangeira. Já no Japão - e especialmente em Nagasaki -, as relações com as autoridades locais escalaram para uma situação de extrema violência e antipatia. As suspeitas envolvendo o cristianismo, a exploração da escravização de japoneses, o endividamento dos comerciantes a partir da década de 1630 e a atuação de rivais europeus contribuíram para a deterioração dos laços ali estabelecidos, que jamais foram recuperados.

No entanto, isso não significa necessariamente que a história relativa aos contatos entre portugueses e japoneses tenha se encerrado por definitivo depois de 1640. Assim que Portugal iniciou o seu processo de independência à Espanha, os lusitanos enviaram uma embaixada ao arquipélago nipônico na esperança de que a mudança de governo pudesse ser bem vista, e, assim, os negócios pudessem ser retomados. As suspeitas das autoridades japonesas, no entanto, já eram muito grandes - especialmente no que dizia respeito ao cristianismo -, e a embaixada não obteve os resultados esperados. Algumas décadas depois, em 1686, portugueses de Macau mais uma vez tentaram restabelecer contato com os japoneses - dessa vez a partir de uma oportunidade que surgiu com a chegada acidental de viajantes nipônicos em função de uma tempestade.

Cabe-se aqui uma reflexão também sobre os impactos da presença portuguesa no Japão, mesmo depois da política externa isolacionista que caracterizou praticamente todo o período Edo. Ainda que estivessem ausentes e assim permaneceram pelos vários séculos que se seguiram, os portugueses no espaço de um século deixaram suas marcas na sociedade japonesa, a exemplo dos vocábulos que foram incorporados pela língua local e os conhecimentos de astronomia e ciências naturais que foram absorvidos e posteriormente atualizados pelos

holandeses. A própria religião cristã, que foi severamente perseguida e reprimida enquanto o xogunato Tokugawa se manteve no poder, também encontrou formas de continuar existindo no Japão, através do sincretismo e do resguardo de seus praticantes, que permaneceram escondidos dos olhares das autoridades locais.

O uso de Nagasaki e de Macau como entrepostos comerciais também afetou permanentemente as dinâmicas daquelas regiões outrora consideradas periféricas. Antes da chegada portuguesa, tanto Nagasaki quanto Macau não eram mais do que pequenos vilarejos habitados por pescadores e por refugiados, sem participação de destaque no que se referia à economia e à política de seus respectivos reinos. A partir da virada do século XVI para o século XVII, Nagasaki começou a receber com frequência a visita de navios portugueses, chineses e holandeses, que contribuíram para o fomento do comércio naquele local. Mesmo com o isolamento persistindo até meados do século XIX, um dos portos de Nagasaki - Dejima - continuou a ser utilizado como o principal receptor de viajantes estrangeiros. Semelhantemente, Macau passou a integrar rotas de comércio que contemplavam, simultaneamente, a Europa, a África, a Ásia e, em alguns casos, até mesmo a América

O comércio de Nagasaki enquanto o *sakoku* foi reforçado pelo xogunato Tokugawa ainda demonstrou sinais consideráveis de organização própria, manifesta nos casos de contrabando registrados pelas autoridades da época. Apesar das punições severas destinadas a aqueles que contrariassem os éditos lançados ainda na década de 1630, famílias inteiras e até mesmo representantes do governo se dedicavam à importação e exportação clandestina de mercadorias, acumulando pequenas fortunas no processo. Considerando ainda o gradual afrouxamento da fiscalização com o passar dos anos, a hipótese de que exista uma subnotificação de outros casos semelhantes não é exatamente remota, o que atenta à possibilidade de uma dimensão ainda maior do comércio ilegal que ocorreu ao longo de praticamente todo o período Edo.

Portugal, por outro lado, também foi responsável por uma série de violências que acabaram se tornando fatores importantes na decisão que culminou em sua expulsão do arquipélago nipônico. Enquanto se fizeram presentes no Japão, missionários lusitanos envolveram-se com a destruição de símbolos sagrados das religiões locais - em particular o budismo e o xintoísmo. Comerciantes, por sua vez, exploraram um tráfico de escravos que culminou no transporte forçado de japoneses e chineses à Europa e às Américas, onde acabavam desempenhando atividades domésticas nas residências de elites coloniais.

Torna-se bastante pertinente ressaltar o lado mais violento dos contatos portugueses com a China e o Japão por dois grandes motivos. O primeiro deles é referente ao fato de que essas condutas foram fundamentais para o declínio definitivo da rota de comércio entre Macau e Nagasaki, como discutido anteriormente. Se Portugal não teve êxito em preservar seu domínio sobre uma das rotas comerciais mais lucrativas do Leste Asiático, isso deve-se em parte à animosidade entre os viajantes que representavam e agiam em nome de seu reino e diferentes segmentos das sociedades locais, fomentadas por condutas protagonizadas pelos próprios portugueses. O segundo volta-se à necessidade do reforço de uma análise crítica dos fenômenos históricos estudados, a fim de que se evite a perpetuação de alguns mitos sobre a natureza da expansão marítima no contexto da modernidade europeia. O avanço lusitano no Leste Asiático ao longo dos séculos XVI e XVII fez parte de um empreendimento de dimensões mundiais caracterizado pela busca por lucros e por poder; não sendo a Ásia uma exceção, apesar das vastas diferenças envolvendo a experiência colonial no respectivo continente e na América ou na África, por exemplo.

Nesse sentido, resgatar o pioneirismo português no que tange ao estabelecimento de conexões entre a Europa e a Ásia não pode recair na adoção de uma postura apologista a respeito da natureza dos contatos entre portugueses e chineses ou japoneses. Foram discutidos ao longo do presente trabalho algumas divergências entre produções historiográficas do contexto anglo-saxônico e de outras regiões, atentando ao fato de que algumas dessas obras foram escritas em contexto de avanço imperialista sobre o continente asiático, com intenções de justificar ou de reforçar as investidas de países como a Inglaterra e a Holanda sobre territórios da China e do Japão. Essas obras contemplam esforços em destacar as conquistas destas respectivas nações, enquanto simultaneamente renegam à secundariedade ou até mesmo questionam as origens da presença de outros agentes históricos nestes territórios. Evidentemente, essas perspectivas foram sugeridas no intuito de eliminar possíveis concorrentes, já que, desde o século XVII, as potências europeias entravam em conflitos mais ou menos frequentes para definir quem passaria a controlar o fluxo de mercadorias sobre os mares asiáticos. Ressaltar as experiências questionadas por essas obras é uma forma de, conseqüentemente, questionar narrativas históricas de tendências imperialistas.

No entanto, de forma alguma isso significa que Portugal não avançou sobre esses mesmos territórios com intenções de expandir sua economia e sua influência a partir de relações desiguais de poder. Mesmo que os portugueses não tivessem encontrado condições para contestar o poder dos governos da Dinastia Ming e do Xogunato Ashikaga sobre as suas

respectivas sociedades, seu estabelecimento nessas regiões se deu muito em função da exploração de fragilidades consequentes das crises sociais que caracterizaram a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII no Leste Asiático.

Dada a dimensão da pesquisa realizada, alguns aspectos e discussões infelizmente não puderam ser contempladas com o mesmo grau de profundidade. As relações de Macau com a cidade de Manila, por exemplo, também foram muito importantes para a escalada da crise das relações luso-nipônicas, dado que o medo da colonização vinha da própria forma com que os espanhóis – na época unidos com Portugal – ocuparam as Filipinas. O comércio entre Macau e Manila, por sua vez, também era um dos principais pilares econômicos do entreposto comercial português na China, e o receio da deterioração desta rota de comércio depois do fim da União Ibérica teria inclusive motivado Portugal a enviar uma embaixada ao Japão na tentativa de retomar o comércio com Nagasaki.

Nesse contexto, alguns questionamentos ainda permanecem em aberto. Afinal, com a perda da rota de comércio com Nagasaki, como Macau permaneceu sob o domínio lusitano por tanto tempo? E por que os portugueses mantiveram interesse em continuar na cidade, que só permitia sua presença sob o pagamento de impostos? Para responder essas perguntas, novas investigações a respeito da dinâmica portuguesa na China deverão ser realizadas.

Lista de Fontes

Arquivo de Macau

As fontes do Arquivo de Macau foram transcritas, digitalizadas e publicadas no site do Arquivo de Macau. Os documentos não foram disponibilizados na forma de seus manuscritos originais, mas foram transcritos mantendo o português da época.

AM-01-04:

O “*Assento, e memoria de hum Barco q. veyo de Japão, desgarrado p. força dos temporaes; a estas Ilhas da China: Em Março de 1685*” e o “*Breve, e sucinto Relatorio q. dou, ao Governo da Nobre Cidade: da viagem q. fiz ao Japão, a levar os doze Japões, q. os temporaes os trouxeraõ a esta Cidade, na sua Embarcaçaõ; p.^a os entregar ao Governador de Nangasaque: com carta p.^a o mesmo*” são longos documentos que abordam a chegada de navegantes japoneses à cidade de Macau depois de um temporal. Na ocasião, os portugueses tentaram utilizar o ocorrido para retomar suas relações com o Japão.

AM-I-01-05:

O “*Termo fobre fe mandar a Manilla avizo, para que não pafsem Relligiozos a Japão, este A.^o de 1638*” é um documento escrito por Francisco de Abreu, Pero Cordeiro, Gaspar Barboza Pereira, Luiz Tavares Carneiro, Domingos Dias Velho e Romão de Lemos que relata um recado dado aos portugueses de Macau pelos japoneses que alertavam aos riscos de enviar missionários ao arquipélago nipônico. De acordo com os autores, os japoneses teriam alertado que – caso um viajante lusitano não cumprisse com as exigências feitas pelas autoridades locais – as relações entre Portugal e Japão se encerrariam por definitivo, com destruição dos navios e execução de seus tripulantes.

AM-I-01-06:

O “*Termo de acordo fobre fe mandar a Manilla hu’ navio em Septembro cõ fazendas, p.^a fobre ele fe tomar dinhr.^o p.^a os gastos dos Cidadões, q. haõ de hir a Japão*” e o “*Termo de acordo, e afsento que os officiaes da cid.^a fizeraõ, p.^a não hirem os que trazem dinheiro de Japão, ou Manilla p.^a esta terra a nenhuã das ditas partes*” são dois documentos que abordam o pagamento das dívidas acumuladas pelos comerciantes macaenses em Nagasaki. Na época, tornou-se comum que viajantes realizassem empréstimos para cobrir dívidas com as viagens,

uma situação economicamente insustentável na medida em que se pegava dinheiro emprestado de credores japoneses para pagar outros japoneses. Na prática, os lusitanos estavam simplesmente fazendo dinheiro do Japão circular, sem efetivamente quitar suas dívidas.

O Primeiro Acordo Luso-Chinês Realizado por Leonel de Sousa em 1554, reproduzido e anotado por Leonel de Souza:

Este manuscrito publicado pela Revista Cultural do Instituto de Macau conta com registros de cartas enviadas por Leonel de Souza ao seu monarca, em que relata as circunstâncias que contribuíram para o firmamento de um acordo entre portugueses e chineses que possibilitou a realização de atividades comerciais no território até então controlado pela dinastia Ming. Uma vez que se trata de um relato em primeira pessoa, com pouca bibliografia disponível sobre o tema, é difícil afirmar até que ponto se confirma a veracidade dos acontecimentos nele relatados.

Textos Japoneses

Os três textos japoneses consultados foram traduzidos para o inglês por Olof G. Lidin, em sua obra intitulada “*Tanegashima: The Arrival Of Europe In Japan*”. Seu livro conta tanto com as versões traduzidas quanto réplicas dos textos originais em inglês. Para realização do presente trabalho, optou-se pela utilização das traduções.

Kunitomo Teppoki:

Kunitomo Teppoki é um texto que provavelmente foi inspirado em Tepokki e que relata a produção de armas de fogo por ferreiros da região de Kunitomo a partir das ordens do primeiro unificador do Japão, Oda Nobunaga. Diferente de outras fontes semelhantes, o Kunitomo Teppoki parece misturar elementos folclóricos com relatos mais factuais. No entanto, é o único que menciona o uso da pólvora pelos mongóis e a presença de Oda Nobunaga no contexto de chegada dos estrangeiros ao arquipélago nipônico

Tanegashima Kafu:

Tanegashima Kafu é uma crônica que contempla a história de diferentes gerações do clã Tanegashima ao longo da história. Em uma de suas passagens, o texto aborda a chegada dos portugueses no Japão e a compra das primeiras armas de fogo, podendo ser considerada a versão mais direta e objetiva sobre os fatos nele relatados.

Teppoki:

Dentre os relatos que contemplam a chegada dos portugueses ao Japão, o Teppoki é frequentemente considerado aquele que inspirou os outros textos que abordavam a mesma temática. Escrito por Nanpo Bunshi, o texto relata os acontecimentos envolvendo o naufrago de um junco chinês na ilha de Tanegashima em 1543. Na ocasião, viajantes portugueses traziam armas de fogo, que teriam impressionado o senhor de terra local.

Outros

As fontes a seguir foram transcritas e republicadas por outros autores, como Charles Boxer, em sua obra “O Grande Navio de Amacau” e Michael Cooper no seu artigo “The Mechanics of the Macao-Nagasaki Silk Trade”. Os manuscritos originais estão preservados, respectivamente, no Arquivo das Índias, na cidade de Sevilha, e no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa.

Archivo de Indias, Sevilla 1.-2. 1/13-P-31:

O documento intitulado “*Memorando das mercadorias que os Grandes Navios dos portugueses normalmente levam da China para o Japão*” compõe uma listagem de mercadorias carregada pelos navios de Macau a Nagasaki a partir de 1600, incluindo quantia, valor pago em Cantão e preço a ser vendido no Japão.

Relatório sobre a Armação ou Acordo Corporativo pelo qual os cidadãos de Macau enviam a sua seda para o Japão:

O relatório aborda os termos envolvendo o comércio de seda com o Japão adotados pelos cidadãos de Macau. A “Armação”, segundo as autoridades macaenses, garantia equidade e justiça entre todos os comerciantes que realizavam as viagens ao arquipélago nipônico.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Tonio. *The Gunpowder Age: China, Military Innovation, and the Rise of the West in World History*. [S.I]: Princeton University Press, 2016.
- ANTONY, Philomena Sequeira. *Relações intracoloniais Goa-Bahia: 1675-1825*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- ATWELL, William S. Another Look at Silver Imports into China, Ca. 1635-1644. *Journal of World History*. v. 16, n. 4, p. 467-89, 2005.
- BERRY, Mary Elizabeth. *The Culture of Civil War in Kyoto*. [S.I]: University Of California Press, 1997.
- BOYAJIAN, James. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs: 1580-1640*. Londres: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- BOXER, Charles. *Fidalgos in the Far East (1550-1770)*. Hong Kong: Oxford University Press, 1968.
- _____. *O Grande Navio de Amacau*. Lisboa: Fundação Oriente, 1989.
- _____. *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: The University Of Wisconsin Press, 1965.
- _____. *The Christian Century in Japan: 1549-1650*. Binghamton: Vail-Ballou Press, 1961.
- BUTEL, Paul. *The Atlantic: seas in history*. [S.I]: Routledge, 1999.
- CARVALHO, Daniela de. Nambanjin: sobre os portugueses no Japão. *ANTROPOLógicas*, Porto, n. 4, p. 131-149, 2000.
- CHAMAS, Fernando Carlos. *Escultura Budista Clássica Japonesa: da introdução das imagens budistas no Japão até o século XIII*. Belo Horizonte: Dialética, 2020.
- CHANG, Tien Tse. *Sino Portuguese Trade from 1514 to 1644: A Synthesis of Portuguese and Chinese Sources*. [S.I.]: Ams Pr Inc., 1978.
- COOPER, Michael. The Mechanics of the Macao-Nagasaki Silk Trade. *Monumenta Nipponica*, Tóquio, v. 27, n. 4, p. 423-433, 1972.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. A route under pressure: communication between Nagasaki and Macao (1597-1617). *Bulletin Of Portuguese - Japanese Studies*, Lisboa, v. 1, p. 71-91, 2001.
- _____. *Mare Nostrum: em busca de honra e riqueza*. Lisboa: Temas e Debates - Circulo Leitores, 2013.

- CRUZ, Miguel Dantas da. War, Military Forces, and Society in Colonial Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, [S.L.], p. 01-29, 29 nov. 2021.
- _____. *Portugal and Japan: The Namban Century*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- DARDESS, John W. *Ming China, 1368-1644: a concise history of a resilient empire*. [S.I.]: Rowman & Littlefield, 2012.
- DE SOUSA, Lúcio. *The Portuguese Slave Trade in Early Modern Japan: merchants, jesuits and japanese, chinese, and korean slaves*. Leiden: Brill, 2019.
- DORAN, Christine. Chinese Palace Eunuchs: Shadows of the Emperor. *NEBULA: A Journal of Multidisciplinary Scholarship*, v. 7, n. 3, p. 11-26, 2010.
- EHALT, Rômulo da Silva. Toyotomi Hideyoshi e a Proibição do Tráfico de Escravos no Japão, 1587. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; MARIA NETO, José (org.). *Mais Orientes*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2017. p. 143-156.
- FARRIS, William Wayne. *Japan to 1600: a social and economic history*. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2009.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". In: *Tempo*, Vol. 14, nº 27, 2009, p. 49-63.
- FRÓIS, Luís. *História do Japão*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa. 1973.
- GIUMLIA-MAIR, Alessandra; MORIMOTO, Yasunosuke; OTA, Ken'ichi. Mercury Gilding in Today's Japan: an amalgam of old and new. *ISIJ International*, Tóquio, v. 54, p. 1106-1110, 2014.
- GROSSBERG, Kenneth A. Bakufu Bugyonin: the size of the lower bureaucracy in Muromachi Japan. *The Journal Of Asian Studies*, [S.L.], v. 35, n. 4, p. 651, ago. 1976.
- _____. *First Globalization: the eurasian exchange, 1500 to 1800*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- GUNN, Geoffrey. *World Trade Systems of the East and West: Nagasaki and the Asian bullion trade networks*. Leiden: Brill, 2018.
- HALLET, Nicole. China and Antislavery. In: HINKS, Peter P.; MCKIVIGAN, John R.; *Encyclopedia of Antislavery and Abolition*. Greenwood Publishing Group, 2006, p. 154-156.
- HAO, Zhidong. *Macau History and Society*. Hong Kong: Hong Kong Press, 2011.

- HAWLEY, Samuel. *The Imjin War: Japan's sixteenth-century invasion of Korea and attempt to conquer China*. [S.I.]: Conquistador Press, 2014.
- HESPANHA, António Manuel. As fronteiras do poder: o mundo dos rústicos. *Revista Seqüência*, nº 51, p. 47-105, dez. 2005.
- HESSELINK, Reinier H. *The Dream of Christian Nagasaki: world trade and the clash of cultures, 1560-1640*. Jefferson: McFarland Incorporated Publishers, 2016.
- HICHMEH, Yuri Sócrates Saleh. *O cristianismo do Japão: do proselitismo jesuíta à construção ideológica da perseguição (1549-1640)*. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- HIROSE, Hideo. The European Influence on Japanese Astronomy. *Monumenta Nipponica*, Tóquio, v. 19, n. 3/4, p. 295-314, 1964.
- JACKSON, G., *Introducción a la España medieval*. Madrid, Alianza, 1994.
- KAMSTRA, Jacques H. Kakure Kirishitan: The Hidden or Secret Christians of Nagasaki. In: TURNBULL, Stephen. *Japan's Hidden Christians - 1549-1999*, Volume 1. Tóquio: Edition Synapse, 2000. p. 141-150.
- KNOEST, Jurre. "The Japanese Connection": self-organized smuggling networks in Nagasaki circa 1666-1742. In: ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (ed.). *Beyond Empires: global, self-organizing, cross-imperial networks, 1500-1800*. Leiden: Brill, 2016. p. 88-137.
- KÜHN, Fábio. Economy and Society in Southern Portuguese Colonial America. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, [S.L.], v. 28, p. 1-25, 28 set. 2020.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- LIDIN, Olof. *Tanegashima: the arrival of Europe in Japan*. Copenhagen: Nias Press, 2002.
- LOUREIRO, Rui Manoel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-Nagasaki. *Revista de Cultura*, Macau, v. 24, p. 33-51, 2007.
- _____. The Macau-Nagasaki route (1570-1640): portuguese ships and their cargoes. In: UNGER, Richard W. *Shipping and Economic Growth: 1350-1850*. Leiden: Brill Publishers, 2011. p. 189-206.
- MINAHAN, James. *Ethnic Groups of North, East, and Central Asia: an encyclopedia*. Santa Barbara: Abc-Clio, 2014.
- MONTEIRO, Saturnino. *Portuguese Sea Battles - Volume II - Christianity, Commerce and Corso (1522-1538)*. [S.I.]: Saturnino Monteiro, 1995.

MURAKAMI, Naojro; MURAKAWA, Kengo. *Letters written by the English residents in Japan, 1611-1623: with other documents on the english trading settlement in Japan in the seventeenth century*. Tóquio: Tokyo The Sanksha, 1900.

NAGASE-REIMER, Keiko (ed.). *Copper in the Early Modern Sino-Japanese Trade*. Leiden: Brill, 2016.

NAKANE, Chie; OISHI, Shinzaburō (ed.). *Tokugawa Japan: the social and economic antecedents of modern japan*. Tóquio: University Of Tokyo Press, 1990.

NEWITT, Malyn. *A history of Portuguese overseas expansion: 1400-1668*. [S.I]: Routledge, 2005.

NOGAMI, Takenori; ESPINOSA, Eladio Terreros. Aruzenchin Chiri ni watatta tōyō jiki. *Multicultural Society Studies*, Nagasaki, v. 5, p. 75-93, mar. 2019.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. Cartografia antiga da cidade de Macau, c. 1600-1700: confronto entre modelos de representação europeus e chineses. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. , n. 218, online, 01 ago. 2006.

OTANI, Chojun. Le mouvement insurrectionnel du Ikkō-Ikki, adeptes de la secte bouddhique Shin-shū au XVe et au XVIe siècle. *École Pratique Des Hautes Études*. 4E Section, Sciences Historiques Et Philologiques, [S.L.], v. 100, n. 1, p. 609-612, 1968.

PEDREIRA, Jorge M. Custos e Tendências Financeiras do Império Português, 1415-1822. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada. *A Expansão Marítima Portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 53-91.

PITELKA, Morgan. *Handmade Culture: raku potters, patrons, and tea practitioners in Japan*. Honolulu: University Of Hawaii Press, 2005.

PORTER, Jonathan. *Macau: the imaginary city*. [S.I]: Westview Press, 1996

QICHEN, Huang; KAISONG, Deng. O desenvolvimento do comércio externo de Macau na dinastia Ming. *Revista de Cultura*, Macau, v. 6, p. 25-32, 1988.

RAMOS, Fábio Pestana. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2015.

RICKLEFS, Merle Calvin. *A History of Modern Indonesia since c.1200*. [S.I]: Palgrave, 2001.

ROWE, William T. *China's last empire: the great Qing*. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente: séculos XVI-XIX*. Topoi., Rio de Janeiro, p. 9-40, set. 2001.

- _____. O Império Português 1415-1808: o mundo em movimento. Lisboa: Clube do Autor, 2016.
- SANSOM, George. *A History of Japan: 1334-1615*. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, 1990.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *On the Origins of Global History*. Paris: Collège de France, 2016.
- _____. *O Império Português 1415-1808: o mundo em movimento*. Lisboa: Clube do Autor, 2016.
- SCHWARTZ, Stuart B. A Economia do Império português. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada. *A Expansão Marítima Portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 2020, p. 21-51.
- SOURYI, Pierre-François. *Historie du Japon médiéval*. Paris: Perrin, 2013.
- SPENCE, Jonathan D. *The Search for Modern China*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1990.
- STRAELEN, Henri. *Yoshida Shoin: forerunner of the Meiji Restoration*. Leiden: Brill, 1952.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. Expansão portuguesa e expansão europeia: reflexão em torno da génese dos descobrimentos. In: THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. p. 1-41.
- _____. O sistema das viagens e a rede comercial portuguesa na Ásia Oriental. *Anais de História de Além-Mar XIX*, [s. l.], p. 53-86, ago. 2018.
- TOTMAN, Conrad. *Early Modern Japan*. Los Angeles: University of California Press, 1993.
- TRAMBAIOLO, Daniel. Antisyphilitic Mercury Drugs in Early Modern China and Japan. *Asiatische Studien - Études Asiatiques*, [S.L.], v. 69, n. 4, p. 997-1016, 1 dez. 2015.
- TSAI, Shih-Shan Henry. *Perpetual Happiness: The Ming Emperor Yongle*. University of Washington Press, 2001.
- TURNBULL, Stephen. *The Samurai Sourcebook*. Londres: Cassell & Co, 2000.
- WILLS, Jr., John E. *1688: o início da era moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- WU, Zhiliang. Análise Crítica sobre os Estudos da História de Macau. *Administração, Macau*, v. 9, n. 32, p. 371-392, 1996.
- YAJIMA, Suketoshi. The European Influence on Physical Sciences in Japan. *Monumenta Nipponica*, Tóquio, v. 19, n. 3/4, p. 340-351, 1964.

YONEMOTO, Marcia. *Mapping Early Modern Japan: space, place, and culture in the tokugawa period (1603-1868)*. Londres: University Of California Press, 2003.